U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

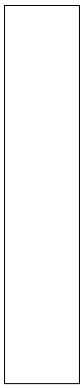
ARQUITETURA

O espaço público como extensão da habitação: O caso do bairro municipal do Falcão

Raquel Sofia Correia Ribeiro

M

2026



U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura

Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
Raquel Ribeiro

Orientação:
Doutora Luciana Rocha e Doutora Joana Restivo

Porto, Julho de 2026

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

O espaço público como extensão da habitação: O caso do bairro municipal do Falcão

Raquel Sofia Correia Ribeiro

M

2026

Nota Prévia:

A presente dissertação está redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico. O corpo de texto é integralmente apresentado no mesmo idioma, tendo sido traduzidas, pela autora, as citações originalmente escritas noutras línguas. A norma utilizada para apresentação das referências bibliográficas é a APA 7.

Recomenda-se a visualização deste documento em formato de duas páginas (modo livro), configuração preferencial de modo a garantir a leitura e a continuidade visual dos desenhos e tabelas elaborados.

Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Doutora Luciana Rocha e Doutora Joana Restivo, expresso o meu profundo agradecimento pela partilha de conhecimento e por terem aceitado o desafio de concluir esta jornada comigo.

Aos professores da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, pela partilha de saberes e pela motivação ao longo de todo o meu percurso académico.

Um agradecimento especial aos moradores do bairro do Falcão, pela colaboração e disponibilidade ao responderem ao inquérito e partilharem as suas vivências quotidianas, um contributo que foi fundamental para a realização deste trabalho.

Aos meus amigos, pela amizade e pelo apoio constante. Obrigada pela ajuda nos momentos difíceis e por fazerem desta faculdade uma casa.

À minha família, em particular aos meus pais, agradeço pela paciência, compreensão e apoio, não apenas ao longo do processo de dissertação, mas também durante todo o curso. A eles, dedico este trabalho.

Resumo

O espaço público urbano configura-se como um elemento estruturante da vida coletiva, podendo funcionar como um palco onde se manifestam as dinâmicas sociais, culturais e quotidianas de uma comunidade. Esta dissertação investiga a relação intrínseca entre o desenho urbano e os seus utilizadores, tendo como objeto de estudo o bairro municipal do Falcão. Pretende-se, assim, compreender de que forma a configuração morfológica e arquitetónica deste território condiciona, molda ou potencia as vivências e os processos de apropriação dos utilizadores do espaço.

Para fundamentar esta análise, a investigação adota uma abordagem metodológica mista, que cruza a leitura morfológica com o trabalho de campo. Numa primeira vertente, desenvolve-se uma análise arquitetónica e urbanística do traçado do bairro, identificando potencialidades, barreiras físicas e qualidades espaciais. Complementarmente, prioriza-se a dimensão humana e social, através da realização de um inquérito e da auscultação direta da comunidade, com o intuito de captar a perceção real deste espaço e os seus padrões de utilização — especialmente no que respeita as dinâmicas de exercitar, estar, cuidar e circular — avaliando de que modo estas práticas quotidianas influenciam o sentimento de pertença que as pessoas nutrem pelo espaço que “habitam”.

O cruzamento sistemático entre os dados quantitativos e qualitativos recolhidos e a análise do espaço público permite mapear as convergências e as dissonâncias entre o espaço projetado e o espaço vivido. Assim, este estudo não só pretende compreender a realidade atual do espaço público do bairro do Falcão, como também contribuir para o debate sobre o planeamento urbano inclusivo, demonstrando que a qualidade do desenho arquitetónico reside na sua capacidade de resposta às dinâmicas, necessidades e aspirações da população, afirmando o espaço público como uma extensão da habitação e da vida doméstica.

Palavras- Chave:
Arquitetura;
Urbanismo;
Espaço Público;
Bairro do Falcão;
Habitação Social;

Abstract

Urban public space stands as a structural element of collective life, serving as a stage where the social, cultural, and daily dynamics of a community unfold. This dissertation investigates the intrinsic relationship between urban design and its users, taking the Falcão municipal neighbourhood as its case study. The goal is to understand how the morphological and architectural configuration of this territory conditions, shapes, or enhances the experiences and processes of spatial appropriation by its inhabitants.

To support this analysis, the research adopts a mixed-methodological approach that combines morphological interpretation with fieldwork. On the one hand, an architectural and urban analysis of the neighbourhood's layout is developed, identifying potential, physical barriers, and spatial qualities. On the other hand, priority is given to the human and social dimension through a survey and direct community consultation. This aims to capture the actual perception of the space and its usage patterns — particularly regarding the dynamics of exercising, resting, caregiving, and moving through space — evaluating how these daily practices influence the sense of belonging that residents feel toward the space they "inhabit."

The systematic cross-referencing of the collected quantitative and qualitative data with the analysis of public space allows for the mapping of convergences and dissonances between designed space and lived space. Thus, this study seeks not only to understand the current reality of the Falcão neighborhood's public space, but also to contribute to the debate on inclusive urban planning, demonstrating that the quality of architectural design lies in its capacity to respond to the dynamics, needs, and aspirations of the population, affirming public space as an extension of housing and domestic life.

Key words:
Architecture;
Urban Planning;
Public Space;
Falcão Neighborhood,
Social Housing;

Sumário

Agradecimentos
Resumo
Abstract

Introdução **11**
Objetivo 12
Objeto 13
Metodologia 15
Estrutura 16
1. O espaço público como extensão da habitação **17**
1.1. Enquadramento 18
1.1.1. Morfologia e tipologia do espaço público
1.1.2. Parâmetros de qualidade e de desenho do espaço público
1.1.3. Dimensão humana
1.2. Metodologia de análise 32
1.2.1. A morfologia e tipologia do espaço público 32
1.2.2. Avaliação dos parâmetros de qualidade e desenho 33
1.2.3. A dimensão humana 34
2. O espaço público dos bairros do PMP **35**
2.1. Contextualização histórica 36
2.2. Estado atual: Desafios e oportunidades 48
3. O caso do bairro do Falcão **57**
3.1. Caracterização do território 58
3.2. Análise sociodemográfica 64
3.3. Análise do espaço público 67
3.3.1. Definição funcional dos espaços
3.3.2. Avaliação dos parâmetros de qualidade e desenho
4. A apropriação e o desenho **97**
4.1. O exercitar 104
4.2. O estar 112
4.3. O cuidar 120
4.4. O circular 126
Considerações finais **132**

Bibliografia
Iconografia
Apêndices

. Introdução

Objetivo

A presente dissertação tem como objetivo analisar o espaço público como extensão da habitação, centrando-se no caso de estudo do bairro municipal do Falcão. Desdobrado em espaço de exercitar, estar, cuidar e circular, o estudo do espaço público daquele bairro cruzará a análise espacial com a avaliação qualitativa da satisfação dos utilizadores.

O foco central é compreender de que forma o desenho arquitetónico dos espaços exteriores residenciais pode condicionar ou potenciar a permanência e a apropriação, por parte dos utilizadores. Defende-se que os espaços exteriores devem ser projetados de modo a acomodar as necessidades sociais, funcionando como um prolongamento do ambiente doméstico e incentivando ao seu usufruto.

Procura-se, assim, aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas socio-espaciais do bairro do Falcão, partindo da premissa de que a opinião da população, aquando do desenho de um espaço, deve ser considerada, uma vez que "(…) a população não é passiva, e influencia e altera o ambiente envolvente assim como este as influencia e as muda. Esta relação torna-se, portanto, um processo contínuo de dois sentidos no qual as pessoas criam e modificam o espaço enquanto ao mesmo tempo estão a ser influenciadas de variadas formas por esses espaços."[1]

Partindo do desenho do espaço público, procura-se entender a forma como os habitantes do bairro utilizam os espaços exteriores envolventes à sua habitação, evidenciando a relevância do desenho de espaços que integrem e envolvam as pessoas.

[1] Fernandes, A. C. T. D. (2012). *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos* FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. P.9

Objeto

O presente estudo centra-se na análise qualitativa do espaço público urbano (EPU) do bairro do Falcão, mais especificamente na sua primeira fase de construção. Esta investigação insere-se no campo dos estudos urbanos e sociais do espaço, procurando compreender de que forma a arquitetura e o desenho do espaço público se relacionam com os seus utilizadores.

O *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* (PMP), cujo decreto foi lançado em 1956, "tinha como objetivo principal a extinção das ilhas, criando bairros com melhores condições de salubridade."[2]

Este plano tinha como propósito a construção, ao longo de 10 anos, de 6000 novos fogos destinados a famílias provenientes de habitações demolidas, mas também a reurbanização da cidade, a criação de zonas de expansão para os novos bairros e o reordenamento do território. A conceção destes bairros foi otimizada, de modo a controlar os custos por alojamento e a "diminuir o mais possível o movimento de terras na regularização das superfícies onde se situam os edifícios."[3]

Superando o número de fogos no tempo previsto, e dando origem a 13 bairros, o plano prolongou-se por mais 5 anos, antevendo-se a construção de mais 3000 habitações. Em 1966 deu-se início à construção de mais 1674 fogos, pouco mais de metade do propósito inicial, no tempo previsto. No entanto, esta ampliação ao plano espoletou a construção de vários conjuntos habitacionais, como o bairro do Falcão, tendo resultado em mais 11 bairros construídos até ao final da década de 1970.[4]

O bairro do Falcão situa-se na freguesia de Campanhã, na zona Oriental da cidade do Porto, entre o centro histórico e a periferia, sendo delimitado a oeste pela Via de Cintura Interna (VCI) e a sul pela linha de caminho de ferro.

A primeira fase deste bairro, blocos 1 a 9, foi construída em 1973 e projetada pelo arquiteto Rui Paixão, seguindo-se-lhe uma segunda fase, com mais 5 blocos, em 1981, da autoria do arquiteto Florêncio de Carvalho.

Os edifícios da primeira fase de construção apresentam fachadas em tijolo de face à vista com algumas paredes de granito e apontamentos em betão, sendo organizados segundo um sistema de acesso vertical.

> "O desenho urbano do conjunto assenta na implantação de edifícios residenciais com áreas verdes adjacentes e na articulação de um sistema e percursos pedonais e viários com a estrutura urbana existente. Este bairro revela influências dos princípios da Carta de Atenas com uma particular adaptação ao terreno e circunstâncias locais."[5]

[2] Porto, C. M. d. (1966). *Plano de Melhoramentos 1956-66.* Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966

[3] Ibid. P.12

[4] Rocha, L., & Póvoas, R. F. (2023). Bairro do Falcão. Tectonic Series 03. Well-Balanced Energy Housing (WellBEH). https://hdl.handle.net/10216/156156

[5] Rocha, L., & Póvoas, R. F. (2023). Bairro do Falcão. Tectonic Series 03. Well-Balanced Energy Housing (WellBEH). https://hdl.handle.net/10216/156156 P.3

Tal como analisado por Rocha, Póvoas e Restivo, os edifícios construídos mais tardiamente introduziram algum grau de variação, demonstrando características particulares que correspondem a uma linguagem arquitetónica diferente, usando sistemas porticados compostos por uma grelha de pilares e vigas.[6]

Atualmente, os bairros sociais de habitação pública municipal do Porto são geridos pela *Domus Social*, a empresa municipal responsável pela gestão, manutenção e reabilitação do património habitacional, equipamentos e infraestruturas do município. Como avançado pelos autores, com a criação desta empresa municipal no início dos anos 2000, os bairros do PMP, que se encontravam muito degradados, começaram a ser gradualmente, requalificados, sobretudo ao nível do envelope exterior e circulações comuns. Mais recentemente, supridas as grandes necessidades de reabilitação do edificado, o espaço público destes conjuntos tem vindo a ser intervencionado de modo mais sistemático.[7]

No bairro do Falcão, entre 2017 e 2018, os blocos 1 a 9 foram intervencionados pelo gabinete Calapez arquitetos, tendo os blocos 10 a 15 sido requalificados posteriormente, em 2020, pelo gabinete CPrata arquitetos. Ambas as intervenções foram ao nível do edificado, nomeadamente a envolvente exterior (fachadas e coberturas) e das circulações comuns. No entanto, em 2024, o espaço público referente à primeira fase de construção sofreu uma intervenção de requalificação urbana, projetada pelo gabinete Calapez arquitetos e encontrando-se em fase de projeto a requalificação do espaço público dos blocos 10 a 15, porém ainda sem previsão do início das obras.

O bairro do Falcão constitui um exemplo singular de dualidade urbana no Porto onde a habitação social se articula diretamente com a malha envolvente. Embora planeado no âmbito do PMP, o bairro destaca-se pela forma como a comunidade se apropria do espaço público. Admite-se que esta especificidade possa decorrer do seu desenho urbano e da sua localização estratégica entre polaridades marcantes, como a Praça da Corujeira e a Rua do Falcão. Ao contrário da organização em *cul-de-sac,* comum noutros bairros sociais da época, o Falcão funciona como um espaço permeável e de transição, que potencia a integração urbana e transforma o espaço público, diluindo as fronteiras entre o edificado e a envolvente.

6 Rocha, L., *et al.* (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.8

7 Ibid. P.18

Metodologia

De modo a ser possível analisar a relação entre o desenho do espaço público e a sua utilização, adotar-se-á uma metodologia de natureza híbrida, recorrendo a ferramentas arquitetónicas de análise do desenho urbano e integrando uma visão social através da avaliação qualitativa do espaço público do bairro, por parte dos seus utilizadores. Esta abordagem irá combinar uma análise morfológica e técnica do espaço com métodos qualitativos de auscultação direta, promovendo uma visão integrada da participação dos habitantes no seu meio ambiente.

A dissertação estrutura-se, assim, segundo três eixos principais. Numa primeira fase, o estudo centrar-se-á na dimensão física do espaço público do bairro do Falcão. Partindo de ferramentas de levantamento arquitetónico, serão analisados os parâmetros formais que o compõem, bem como as dinâmicas sociais que nele emergem. Esta análise permitirá mapear a infraestrutura existente e identificar tanto as potencialidades como os constrangimentos inerentes ao desenho do espaço público.

Numa segunda fase, serão aplicados métodos de recolha de dados junto dos utilizadores do espaço. Será conduzido um inquérito que permita uma recolha qualitativa da perceção dos residentes relativamente ao bairro. Pretende-se, assim, compreender as narrativas pessoais e as vivências no espaço, conduzindo à identificação de padrões e hábitos de utilização, ao longo do dia. Esta análise incidirá sobre critérios como acessibilidade, segurança e versatilidade.

Por fim, numa terceira fase, proceder-se-á ao cruzamento dos dados recolhidos com a base teórica do estudo. O espaço público será avaliado segundo as quatro dimensões de uso: exercitar, estar, cuidar e circular. Este cruzamento permitirá verificar em que medida o desenho atual incentiva ou condiciona a apropriação destes espaços pelos utilizadores, bem como a sua integração nas rotinas quotidianas, contribuindo para compreender o desenho como um fator de articulação entre a arquitetura e o bem-estar social.

. Estrutura

A presente dissertação será estruturada a partir de quatro capítulos principais, organizados de forma a permitir uma análise progressiva do tema em estudo.

O primeiro capítulo dedica-se à revisão da literatura, abordando autores e teorias relevantes sobre o desenho do espaço público. O objetivo é consolidar os conceitos fundamentais que sustentam a investigação, culminando na definição de uma metodologia que orientará a análise do caso de estudo.

Num segundo capítulo, pretende-se estabelecer as bases históricas dos conjuntos habitacionais do PMP. Para tal, será explorado o contexto político, social e económico que influenciou o seu desenvolvimento, bem como as políticas urbanísticas da época que condicionaram a configuração do espaço público da cidade. Paralelamente, será analisado o estado atual destes bairros, identificando o impacto de intervenções recentes de requalificação e as estratégias de gestão e desenho do espaço público.

O terceiro capítulo centra-se na análise detalhada do caso de estudo — o bairro do Falcão. A investigação inicia-se com um enquadramento geográfico e urbano, avaliando a sua relação com o território envolvente, bem como as acessibilidades e conetividades com a cidade. Segue-se a caracterização das tipologias do edificado e a sua evolução morfológica. Neste capítulo, integra-se ainda o perfil sociodemográfico dos residentes, permitindo cruzar as necessidades dos utilizadores com as características físicas do bairro. A análise culmina no estudo morfológico e funcional do espaço público, organizado segundo as dimensões de exercitar, estar, cuidar e circular.

Por fim, o quarto capítulo sintetiza os dados recolhidos, com especial enfoque nos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados e na avaliação qualitativa da perceção dos habitantes.

Deste modo, a estrutura proposta permite uma progressão lógica, desde o enquadramento geral dos bairros do PMP até à análise específica e multidimensional do bairro do Falcão, resultando numa reflexão sobre os diversos papéis desempenhados pelo espaço público na vida quotidiana dos seus utilizadores. Esta abordagem possibilita não só a compreensão aprofundada do caso de estudo, mas também a formulação de considerações mais abrangentes sobre a importância do desenho do espaço público em contextos habitacionais.

1. O espaço público como extensão da habitação

O presente capítulo dedica-se ao enquadramento teórico, necessário para a compreensão do espaço público. A investigação ancora-se numa revisão bibliográfica centrada na produção crítica de autores portugueses das últimas décadas, período particular do debate sobre a cidade e a habitação em Portugal.

Partindo deste levantamento, identificam-se as dimensões de análise que orientam a investigação, estruturando uma metodologia que servirá o estudo do caso escolhido.

1.1. Enquadramento

A análise do espaço público é um campo de investigação extenso que, para além da Arquitetura, pode abranger outras áreas. Antes de se iniciar a discussão sobre o tema da dissertação, é importante identificar alguns autores que abordam o espaço público, bem como as temáticas por eles exploradas. Para o efeito, este capitulo estruturar-se-á em três secções complementares.

Numa primeira parte, será analisada a morfologia do espaço público, tendo em conta as diferentes tipologias adotadas por Pedro Brandão, Fernando Alves, Marlene Francisco e Nuno Abrantes. Os três primeiros autores sistematizam a análise do espaço público, tendo em conta os elementos formais que o compõem, enquanto Abrantes define o espaço público através da funcionalidade que é atribuída a cada zona. Abordam-se também os estudos de Paulo Marques e os contributos do projeto URBiNAT[8], dada a visão mais centrada nos espaços verdes e sociais que compõe e promovem a vida comum. Por fim, serão analisados os estudos de Ana Fernandes e Nuno Abrantes, que confrontam os princípios teóricos com a realidade prática.

Numa segunda parte, analisar-se-ão os parâmetros de qualidade e desenho do espaço público, partindo das visões de Fernando Alves e António Coelho. Estes autores definem alguns pontos essenciais a cumprir aquando do desenho de um espaço público de qualidade. Analisam-se também as perspetivas de Pedro Brandão e Fernando Alves, quanto à definição de parâmetros qualitativos para o espaço público, de modo a responderem, de forma clara, às necessidades dos seus utilizadores.

Por fim, num último parâmetro, analisa-se a dimensão humana concedida aos espaços. Para esta dimensão, considera-se a visão de Fernando Alves, Marlene Francisco e do projeto URBiNAT, que enfatizam a necessidade de envolver a comunidade e responder às necessidades dos mesmos. Estuda-se, por fim, os contributos de Ana Fernandes e Nuno Abrantes, que cruzam as bases teóricas e a sua aplicação em casos práticos.

No entanto, antes da análise formal do espaço público, é preciso definir este conceito e, para isso, analisam-se autores como Fernando Alves, Marlene Francisco, António Coelho e Nuno Abrantes, que o definem de forma distinta, tornando-se, assim, possível compreender como a perceção e a definição de espaço público variam, dependendo dos autores e dos seus contextos temporais e geográficos.

[8] URBiNAT é um projeto financiado pelo programa H2020, da União Europeia, que se focou na regeneração urbana de bairros sociais através da cocriação de soluções baseadas na natureza. O projeto contou com três cidades líderes, Porto, Nantes e Sófia.
URBiNAT- D4.2 *Healthy Corridor Concept.* (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/

Para Alves (2003), o espaço público é um conceito que deve estar sempre em constante evolução. Este é definido pelas suas características formais, mas a sua qualidade urbana apenas se define pela capacidade que o desenho tem em responder às necessidades funcionais e estéticas dos utilizadores. O autor considera que o desenho urbano deve promover o envolvimento da população, pois entende-o como um palco aberto que permite e incentiva atividades coletivas da vida pública e que, juntamente com o espaço privado, forma um todo, que se complementa. Para este autor, "o espaço público está em constante transformação, pelo que conquistar a sua qualidade é um processo que deverá evoluir, sucessivamente, no tempo, num formato prospetivo à luz das transformações ocorridas."[9]

Também Francisco (2005) encara o espaço público como um palco para relações sociais, contextualizando-o na perspetiva do homem que se relaciona com outros e utiliza o espaço público para o fazer. Assim, a autora define estes espaços como "palcos de manifestações várias (como as sociais) que contribuem para a qualidade de vida, e que se individualizam como marcos de identidade da cidade, denotando simbolismo (político e cultural), ostentando funções variadas e usos específicos e acolhendo utilizadores de grupos sociais diferentes (moradores, visitantes, turistas, e ademais utilizadores sob forma individual e/ou coletiva) que apresentam expectativas diferenciadas."[10]

Desta forma, os espaços públicos tornam-se elementos tanto materiais, urbanísticos e de ocupação física, como imateriais, de características históricas, culturais e sociais, condicionando a vivência urbana.

Por outro lado, Coelho (2011) define o espaço público e a qualidade do projeto arquitetónico, baseando-se no critério de satisfação residencial. A sua investigação sobre bairros de interesse social demonstra como o espaço público deve funcionar como um prolongamento direto do espaço habitacional. O autor demonstra como o espaço residencial se relaciona diretamente com a vida dos seus utilizadores, indicando que a qualidade de um implica a qualidade do outro. É a qualidade destes espaços, que transicionam o domínio privado e o público, que definem o grau de satisfação dos residentes, para com o local onde habitam, representando uma perspetiva vital do impacto da arquitetura nos habitantes de bairros sociais.

[9] Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica.* Fundação Calouste Gulbenkian. P.13

[10] Francisco, M. D. (2005). Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. P.2

Por fim, também Abrantes (2016) entende o espaço público como um elemento complementar à habitação. O autor entende este espaço como uma parte importante da vida social, que contribui para a coesão sócio territorial, reiterando a importância da requalificação dos mesmos, de modo a serem moldados e adaptados ao contexto em que se inserem. Abrantes considera que a requalificação dos espaços públicos das habitações sociais "poderá afetar os habitantes desses bairros, mas também todos aqueles que os utilizam, transformando a qualidade de vida dessas pessoas e, naturalmente, a qualidade da paisagem urbana."[11] Desta forma, o autor analisa o espaço público dos conjuntos de habitação social e a sua requalificação como uma ferramenta que pode transformar a qualidade de vida das pessoas e da paisagem urbana.

Depreende-se, deste modo, que a evolução do conceito de espaço público não presupõe uma rutura, mas sim um adensamento teórico, que varia consoante o contexto em que cada autor se insere. Neste âmbito, também a presente dissertação visa enriquecer esta visão, fornecendo mais um exemplo de como o cruzamento de uma base teórica com a análise de um caso prático contribui para a valorização dos espaços projetados, interligando, cada vez mais, o pensamento arquitetónico com o bem estar e a fruição dos utilizadores.

[11] Abrantes, N. P. F. (2016). *A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto* Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP. P.1

1.1.1. Morfologia e tipologia do espaço público

A compreensão e a análise do espaço público requerem um pensamento multidimensional. Através do confronto entre as diferentes perspetivas teóricas dentro do recorte escolhido, consegue-se identificar as abordagens que irão servir de apoio ao caso prático.

- Perspetivas morfológicas e estruturantes

A classificação do espaço público é objeto de análise por diversos autores, cujas perspetivas permitem perceber a evolução da forma urbana. Para isso, temos por base as teorias de Brandão (2002), Alves (2003), Francisco (2005) e Abrantes (2016).

Brandão[12] [Quadro 1], considera uma divisão tripartida do espaço público: primeiramente define praças, largos, pracetas, terreiros e recintos multifuncionais; de seguida, espaços canais, vias-férreas, auto-estradas e vias rápidas; e, por fim, parques de estacionamento.

Esta proposta antevê uma possível divisão entre espaços de permanência (praças, largos, pracetas, terreiros e recintos multifuncionais), espaços de circulação (espaços canais, vias-férreas, auto-estradas e vias rápidas) e espaços de conexão (parques de estacionamento), podendo indiciar uma possível separação funcional entre o utilizador e o veículo.

Por outro lado, analisando a teoria de Alves[13] [Quadro 2], denota-se uma caracterização morfológica distinta. O autor divide o espaço público segundo cinco categorias, i) ruas; ii) praças/largos; iii) memoriais; iv) mercados e feiras e v) espaços verdes. Conclui-se, assim, que a segregação entre o peão e o automóvel já não se aplica, indicando que este é, então dividido tendo em conta as características formais e a carga simbólica e funcional de cada tipologia.

Aprofundando estas teorias, Francisco[14] [Quadro 3] estrutura o espaço público segundo nove categorias distintas, definindo o mesmo segundo parâmetros ainda mais detalhados e apresentando valências distintas que se complementam num todo. A sua visão atua como um complemento às anteriores, entendendo o espaço público como um sistema complexo que define os elementos pelos seus constituintes formais, sem os restringir a uma função.

Assim, partindo das tabelas criadas, sistematiza-se, de forma mais sucinta, a teoria dos autores e a sua análise do espaço público.

[12] Brandão, P. (2002). *O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público.*

[13] Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica.* Fundação Calouste Gulbenkian.

[14] Francisco, M. D. (2005). Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada.

Brandão (2002) Brandão, P. (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público	Praças, largos, pracetas, terreiros e recintos multifuncionais	As praças, largos e pracetas, podem ter formas e dimensões diversas e são delimitados por edifícios e predomina o tratamento de solo pavimentado, destinado ao peão. As pracetas são formas híbridas onde existe menor acessibilidade e permeabilidade. Os terreiros e recintos multifuncionais, são áreas polivalentes.
	Espaços canais, vias férreas, auto-estradas e vias rápidas	Os espaços canais são espaços dedicados a infraestruturas que ligam pontos distantes e tem um efeito de barreira física. As vias férreas, auto-estradas e vias rápidas destinam-se à circulação exclusiva e prioritária de veículos a motor, não possuem cruzamentos de nível, e os seus acessos são condicionados e sinalizados como tal.
	Parques de estacionamento	O estacionamento concentra-se em grandes plataformas e estruturas edificadas, compostas geralmente por ruas e fileiras de lugares de ambos os lados, os estacionamentos subterrâneos ou em Silo também podem constituir espaço público.

[1]

Alves (2003) Alves, F. M. B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian.	Ruas	Ruas exclusivamente pedonais, ruas encerradas ao tráfego motorizado; Percursos/ eixos pedonais, passeios; Ruas motorizadas; Ruas de tráfego restrito; “Town trails”, partes da cidade articuladas através de novos ramos integrados;
	Praças/largos	Praças/ pracetas, associadas ao desenvolvimento histórico da cidade; Pequenos largos, resultantes do desafogo necessário entres edificios e ruelas; “Corporate plaza”, praças desenvolvidas como parte de novos edifícios;
	Memoriais	
	Mercados e feiras	Largos de mercados e feiras, espaços abertos ocupados por mercados ou feiras permanentes; “Indoor marketplaces”, espaços interiores privados na forma de átrio interior; Centros/ Núcleos comerciais, áreas interiores comerciais;
	Espaços verdes	Parques urbanos, espaços pouco formais e abertos, enquadrados na morfologia da cidade; Jardins, espaços mais formais normalmente envolvidos por edifícios; “Commons”, grandes áreas verdes para lazer; “Neighborhood park”; espaços abertos em áreas residenciais, de desenvolvimento e manutenção pública; Recintos/Pátios, áreas de lazer para a vizinhança com equipamentos de diversão; “Community open spaces”, espaços criados pelos moradores em terrenos disponíveis; Vias verdes, áreas naturais interligadas aos espaços recreacionais, protagoniza a mobilidade do peão e da bicicleta; Espaços intersticiais, espaços abertos com acessibilidade permanente;

[2]

Francisco (2005) Francisco, M. D. (2005). Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada.	Corredores e elementos estruturantes	Pontes; Viadutos e túneis motorizados; Avenidas; Ruas dominantemente motorizadas; Ruas exclusivamente pedonais; Ruas de trânsito restrito; Rotundas; Passagens desniveladas pedonais; Ciclovias; Eixos ferroviários, entre outros;
	Estações e paragens de transporte público	
	Estacionamento de transporte privado	Silos; Parques de estacionamento; Lugares de estacionamento;
	Praças, largos e passeios	Praças e pracetas; Largos e passeios;
	Espaços comerciais	Centros/ núcleos comerciais; Mercados; Largos de feiras;
	Espaços verdes de recreio e lazer	Parques urbanos; Corredores verdes; Jardins e espaços verdes Hortas urbanas; Frentes marginais de rio ou de mar; Espaços de recreio e lazer;
	Espaços de transição	Espaços intersticiais; Logradouros; Espaços exteriores dos edifícios e sua envolvente; Arcadas; Escadarias;
	Infra-estrutura de subsolo	Rede de abastecimento de água potável; Rede de distribuição de energia eléctrica e de gás; Rede de drenagem de águas pluviais e de águas residuais; Rede de recolha de resíduos sólidos urbanos; Rede de semáforos; Rede de telecomunicações e cabos de televisão;
	Outros espaços	Cemitérios, entre outros;

[3]

[1] Quadro 1: Síntese morfológica do espaço público Fonte: Brandão, 2002

[2] Quadro 2: Síntese morfológica do espaço público Fonte: Alves, 2003

[3] Quadro 3: Síntese morfológica do espaço público Fonte: Francisco, 2005

Por outro lado, Abrantes[15] [Quadro 4] analisa o espaço público através da função que lhe é atribuída, dividindo o mesmo em sete categorias distintas.

Este autor rompe com a prioridade morfológica, analisando o espaço público estritamente através da sua função e categorizando os espaços como lúdicos, sociais, de serventia e acesso, para estacionamento, de circulação, permanência ou contemplação. Desta forma, Abrantes considera a funcionalidade uma ferramenta essencial para a gestão social do território, priorizando a análise do uso em detrimento da forma.

- Estrutura verde e social

Para além de uma análise formal e morfológica dos espaços, a crescente relevância da sustentabilidade e da sociabilidade das cidades exige uma abordagem mais detalhada sobre os espaços naturais e sociais.

Desta forma, analisa-se Marques (2014)[16] [Quadro 5], arquiteto paisagista, que distingue e categoriza a biodiversidade dentro dos espaços verdes.

Este autor analisa os espaços tendo em conta as suas oportunidades de regeneração urbana, utilizando os espaços verdes como um palco para interações sociais e para a promoção de qualidade de vida.

Neste âmbito, o projeto europeu "URBiNAT"[17] [Quadro 6], atua nas comunidades locais da cidade do Porto de modo a criar "corredores saudáveis" que integrem visões contemporâneas de bem-estar. Neste projeto, a qualificação do espaço público estende-se para além da escala do bairro, transformando recintos de vizinhança em conetores ecológicos e sociais que visam quebrar o isolamento e integrar a natureza na promoção do bem-estar.

Desta reflexão, conclui-se que a análise contemporânea do espaço público não é estanque, devendo ambicionar conjugar a morfologia e a funcionalidade, com a sustentabilidade e a conectividade, e garantir que o espaço desenhado responda, eficazmente, às necessidades sociais e ambientais da malha urbana.

Assim, através das tabelas elaboradas, procura-se sistematizar as categorias em que cada um destes autores estrutura a sua análise do espaço público.

[15] Abrantes, N. P. F. (2016). *A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto* Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

[16] Marques, P. F., et al. (2014). *Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto. Livro 1 - Seleção das áreas de estudo.* CIBIO- Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos.

[17] URBiNAT- D4.2 *Healthy Corridor Concept.* (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/

Abrantes (2016) Abrantes, N. P. F. (2016). A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.	-Espaços lúdicos; - Espaços sociais; - Espaços de serventia e de acesso; - Espaços para estacionamento; - Espaços de circulação; - Espaços de permanência; - Espaços de desafogo físico/visual ou de contemplação.

[4]

Marques (2014) Marques, P. F., et al. (2014). Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto. Livro 1 - Seleção das áreas de estudo. CIBIO- Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos.	Praias e zona costeira	A tipologia de Praias e Zona Costeira corresponde às praias e zonas adjacentes.
	Margem do rio Douro	A tipologia da Margem do Rio Douro abrange o conjunto dos espaços que englobam afloramentos rochosos, praias.
	Linhas de água e suas margens	A tipologia de Linhas de Água e suas Margens é constituída pelos percursos de drenagem dos cursos de água.
	Escarpas	A tipologia de Escarpas compreende os espaços com declive igual ou superior a 45°.
	Matas urbanas	A tipologia de Matas Urbanas contém os espaços sem organização espacial explícita da estrutura vegetal e sem um desenho planimétrico.
	Espaços verdes de cultivo	A tipologia de Espaços Verdes de Cultivo inclui os espaços cultivados com área superior a 5000 m².
	Espaços espectantes	A tipologia de Espaços Expectantes é o conjunto dos espaços urbanos não edificados.
	Parques e jardins de acesso público	A tipologia de Parques e Jardins de Acesso Público refere-se a espaços não edificados, ordenados e desenhados, dominados pela presença da vegetação.
	Praças de acesso público	A tipologia de Praças de Acesso Público inclui os espaços não edificados, abertos na malha urbana.
	Jardins privados	A tipologia de Jardins Privados contém todos os espaços exteriores privados, com distinto valor ao nível da organização.
	Logradouros	A tipologia de Logradouros abrange todos os espaços verdes em interiores de quarteirão que formam manchas contínuas.
	Espaços verdes associados a urbanizações	A tipologia de Espaços Verdes associados a urbanizações é o conjunto de espaços verdes ligados a conjuntos habitacionais.
	Espaços verdes associados a equipamentos	A tipologia de Espaços Verdes associados a equipamentos é constituída pelos espaços com vegetação situados na envolvência de edifícios públicos ou de acesso público.
	Espaços verdes associados a eixos de circulação principal	A tipologia de Espaços Verdes associados a Eixos de Circulação Principal refere-se a espaços verdes ligados a vias de circulação automóvel de velocidade superior a 50 km/h.
	Ruas arborizadas	A tipologia de Ruas Arborizadas corresponde às vias de circulação que apresentam um estrato arbóreo.
	Cemitérios	A tipologia Cemitérios corresponde aos cemitérios existentes.

[5]

Moniz (2021) URBiNAT- D4.2 Healthy Corridor Concept. (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/.	- Espaço público: (i) quem beneficia dos espaços (ou seja, interesse); (ii) a quem estão os espaços disponíveis (ou seja, acesso); (iii) quem faz a gestão dos espaços. - Estudo da área: Habitação pública Espaços vazios Espaço público com natureza Espaços de cultura e desporto Espaços de educação Espaços sócio-económicos Definição: Parque urbano multifuncional que exibe um corredor principal composto por soluções naturais, tais como: áreas verdes com acessos pedonais, estruturas urbanas com qualidade ambiental, rotas de bicicleta, espaços de repouso e recreação, áreas de eventos sociais e espaços que mitiguem o impacto visual, sensorial e ambiental da estrutura viária.

[6]

[4] Quadro 4: Síntese morfológica do espaço público Fonte: Abrantes, 2016

[5] Quadro 5: Síntese categórica da biodiversidade nos espaços verdes Fonte: Marques, 2014

[6] Quadro 6: Síntese interventiva do espaço público Fonte: URBiNAT- D4.2. Healthy Corridor Concept, 2021

1.1.2. Parâmetros de qualidade e de desenho do espaço público

A qualidade do espaço público não constitui um atributo meramente estético, resultando, pelo contrário, do equilíbrio entre requisitos funcionais, sociais e ambientais. Desta forma, a revisão de literatura realizada fornece diferentes matrizes de avaliação que nos permitem, com maior rigor, analisar a sua qualidade.

- Exigências de conceção

Alves (2003)[18] [Quadro 7] foca-se nos requisitos de execução, dividindo a qualidade do espaço público em componentes práticas e em problemas de conservação.

> "O solo público urbano, à exceção das superfícies de circulação dos veículos, diferencia-se em três conjuntos funcionais: áreas pedonais pavimentadas ou em terra, áreas ornamentais e de transição e áreas de estacionamento."[19]

Assim, este considera que devem ser definidas exigências projetuais especificas e adaptadas a cada conjunto. De modo a projetar um espaço púbico de qualidade, é necessário o cumprimento de alguns requisitos de execução, pois a sua metodologia sugere que um desenho de qualidade é aquele que minimiza o esforço do utilizador e maximiza as oportunidades de uso, transformando o espaço público num sistema eficiente de suporte à vida urbana.

Desta forma, também Coelho (2011)[20] [Quadro 8] explora a necessidade do cumprimento de certos parâmetros para projetar um espaço público de qualidade. Apesar do estudo do mesmo se focar na qualidade residencial, este também aborda a necessidade de articular o edificado com o espaço público que o circunda, respondendo a critérios de "satisfação residencial".

Coelho argumenta que a qualidade arquitetónica nestes contextos é medida pela capacidade do desenho em conciliar as relações de vizinhança. O autor define, assim, o cumprimento de conceitos de acessibilidade, comunicabilidade, espaciosidade, capacidade, funcionalidade, segurança, durabilidade, conforto, adaptabilidade, convivialidade, privacidade, apropriação, atratividade, domesticidade e integração.

As tabelas que se seguem procuram sintetizar as teorias dos autores quanto a estes conceitos.

[18] Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica.* Fundação Calouste Gulbenkian. P.173-187

[19] Ibid. P.173

[20] Coelho, A. B. (2011). *Qualidade Arquitetónica e Satisfação Residencial na Habitação de Interesse Social em Portugal no Final do Século XX.* Laboratório Nacional de Engenharia Civil. P.14-18

Alves (2003) Alves, F. M. B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian.	**Áreas pedonais pavimentadas:** Ruas pedonais, passadiços, calçadas, passeios, praças, parques, espaços intersticiais e recintos. • Requisitos de execução: Largura adequada, permitindo a passagem de pessoas; Perfis longitudinais com desníveis de forma a evitar rampas ou escadas; Espaços adequados à plantação de diversas espécies vegetais; Implantação de mobiliário urbano e sinalética. • Problemas de uso e conservação: Mais ruídos e contaminação atmosférica pelos veículos motorizados; Entradas e saídas de garagens prejudicam a visibilidade e a segurança dos pedestres.
	Espaços de ornamentação e separação: "Estes compreendem os espaços não ocupados por pessoas ou veículos e destinam-se, normalmente, à composição plástica dos espaços públicos (...)." • Requisitos de execução Equilíbrio entre fragmentação espacial e formas de conservação; Dimensionamento cuidadoso das faixas de separação, para suportar a vegetação; "Controlo de taludes a níveis razoáveis de inclinação. • Problemas de uso Proibição de pisar relva ; Ocupação de plataformas vegetais com materiais de obras.
	Superfícies de circulação motorizada e estacionamento: "Os pavimentos das ruas dominantemente motorizadas são destinados preferencialmente à circulação e estacionamento de veículos, subsidiariamente à circulação de pessoas." • Requisitos de execução Definição geométrica adequada e controlo da escala; Existência de passagens de peões junto aos cruzamentos; Dimensionamento adequados das faixas de circulação e de estacionamento; Localização adequada de técnicas que ajudem ao escoamento de águas. • Problemas de uso e conservação Perpetuação de espaços com buracos, sem arranjos; Ausência de grelhas de escoamento; Desgaste das pinturas; Alastramento do estacionamento pela via pública.

[7]

Coelho (2011) Coelho, A. B. (2011). Qualidade Arquitetónica e Satisfação Residencial na Habitação de Interesse Social em Portugal no Final do Século XX. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.	Acessibilidade	. Pouco espaço urbano para muita habitação; . Poucos acessos pedonais; . Falta de acesso por transportes;
	Comunicabilidade	. Privilegiar as relações de comunicabilidade urbana;
	Espaciosidade	. Excesso de espaço público útil e inútil; . Falta de integração dos volumes na natureza;
	Capacidade	. Falta de estacionamento; . Excesso/falta de equipamentos públicos de apoio; . Ausência de locais destinados a idosos e jovens; . Falta de espaços comuns;
	Funcionalidade	. É mais útil um pequeno espaço de equipamentos do que um longo espaço vazio;
	Segurança	. Ruas pouco frequentadas devido a espaços mal sinalizados; . Atravessamentos inadequados e sem sinalética; . Pouca iluminação;
	Durabilidade	. O espaço público deve integrar elementos naturais e construídos duráveis; . Necessidade de revestimentos duradouros e resistentes;
	Conforto	. Átrios desprotegidos; . Falta de continuidade urbana e má relação com o exterior; . Falta de zonas permeáveis e impermeáveis;
	Convivialidade	. Espaço públicos amplos e sem equipamento; . Falta de centros de convívio natural; . Necessidade de equilibrar o número de fogos e o número de equipamentos;
	Privacidade	. Habitações térreas expostas ao fluxo; . Espaço público não delimitado;
	Apropriação	. Acabamentos associados a imagens de "tristes, pobres, cinzentas…"; . Ausência de elementos que incentivem o uso do exterior; . Necessidade de apoiar a participação dos habitantes no arranjo e na manutenção dos espaços;
	Integração	. Má articulação entre o urbano e a envolvente;
	Atratividade	. Monotonia volumétrica; . Problema de durabilidade; . Desenvolver revestimentos de fachada duradouros e "bonitos";
	Adaptabilidade	. Gerar espaços urbanos unificados, variados e dinamizados; . Diferentes edifícios com usos multifuncionais;
	Domesticidade	. Aliar a dignidade e a sobriedade urbana ao dimensionamento residencial com escala urbana; . Privilegiar a caracterização residencial e a arquitetura urbana;

[8]

[7] Quadro 7: Síntese de parâmetros de projeção Fonte: Alves, 2003

[8] Quadro 8: Síntese de parâmetros de projeção Fonte: Coelho, 2011

- Dimensão qualitativa

Apesar da necessidade do cumprimento de requisitos projetuais, também deve ser possível analisar o espaço público de forma qualitativa. Deste modo, Brandão (2002)[21] [Quadro 9] introduz este parâmetro no seu estudo.

Para o autor, um espaço público deve responder a uma série de princípios por si enumerados. A dimensão qualitativa não é um adorno, mas uma ferramenta de orientação e prazer sensorial e um espaço qualitativamente rico é aquele que possui urbanidade, um conceito que relaciona os comportamentos sociais, a forma urbana e a vida na cidade, transcendendo o cumprimento de normas técnicas para atingir uma dimensão de conforto psicológico e beleza.

Também Alves (2003)[22] [Quadro 10] incorpora parâmetros qualitativos na análise do espaço público. O autor considera que a qualidade de um espaço é aferida através da clareza com que o projeto responde às suas necessidades.

Para si, um espaço é qualitativamente favorável se cumprir a função para a qual foi projetado, inserir-se na malha urbana e conectar-se com a envolvente e ainda se desenvolver nos utilizadores um sentimento de pertença e motivação para usufruir do mesmo.

Desta forma, percebe-se ser necessário cumprir alguns parâmetros formais para que o espaço possa ser usufruído pela população prolongadamente. Revela-se importante ter em conta a relação que os utilizadores estabelecem com os espaços, sendo que estes se devem conectar e sentir-se incluídos e seguros.

Nas tabelas seguintes procura-se sistematizar as teorias dos autores quanto às suas perspetivas sobre o espaço público.

[21] Brandão, P. (2002). *O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público.*

[22] Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano.* Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian. P.270

Brandão (2002) Brandão, P. (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público	Objetivos e requisitos fundamentais	
	Objeto	Especificidades/ ações
	Tipo de espaço	De acordo com a sua função predominante
	Exigências físicas e funcionais	Tipo de superfícies, necessidades no envolvimento ativo e passivo, direitos de de utilização,…
	Articulação espacial/ Complementaridades	Articulação à envolvente imediata
	Imagem/ Identidade pretendidas	Valorização da identidade, revitalização, integração arquitetónica e urbana, significado, unificação e espírito do lugar
	Componente pedagógica da intervenção	Sentido disciplinador/ orientador, especialmente para as intervenções mais próximas

[9]

Alves (2003) Alves, F. M. B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian.	Identidade	As características identitárias de um local decorrem da forma como as pessoas se apropriam dele, originando padrões de vida que se refletem na paisagem. Os locais memoráveis estabelecem uma interação entre o homem e o meio e demonstram uma identidade singular, sendo reconhecida facilmente.
	Continuidade/ Permeabilidade	Considerar a configuração dos espaços públicos em continuidade com rua e espaço existente assegura que os edifícios adjacentes se relacionem entre si e os seus percursos se interligam e os espaços se complementam.
	Segurança, conforto, aprazibilidade	Desenhar espaços públicos seguros, confortáveis e aprazíveis pressupõe um domínio de várias valências: A iluminação pode facilitar ou impedir a vigilância, promovendo a segurança e o conforto;
	Mobilidade e acessibilidade	Os espaços públicos devem ser acessíveis a todos os grupos da população, respondendo às necessidades daquelas pessoas, proporcionando condições às pessoas em cadeiras de rodas, carrinhos de bebés ou compras.
	Inclusão e coesão social	Os espaços públicos são espaços de confluência e afluência, podendo ser utilizados por todos os indivíduos da população. "A elaboração de projetos de espaço público deve ser norteada pelo princípio da máxima abrangência e encarada como um fator de coesão social, considerando a totalidade do potencial universo de utentes, sem exceção".
	Legibilidade	"A legibilidade é um dado crucial no espaço público. Os diferentes componentes dos sistemas de comunicação urbanos devem ser equacionados segundo uma acepção universal, tentando não esquecer as limitações inerentes a alguns grupos sociais, que tentando não esquecer as limitações inerentes a alguns grupos sociais (...)".
	Diversidade e adaptabilidade	O projeto de espaço público deve contribuir para a criação de espaços multifuncionais que possibilitem a sua utilização simultânea por pessoas de diferentes idades e com interesses e motivações distintos.
	Resistência e durabilidade	As questões relativas à durabilidade dos materiais e equipamentos, são determinantes quando se tem de tomar uma decisão sobre o que adquirir ou instalar em cada espaço.
	Sustentabilidade	Pressupõe uma visão global e integrada dos problemas, colocando no mesmo plano as vertentes sociais, económicas e ambientais

[10]

[9] Quadro 9: Síntese de parâmetros qualitativos Fonte: Brandão, 2002

[10] Quadro 10: Síntese de parâmetros qualitativos Fonte: Alves, 2003

1.1.3. Dimensão humana

A transição do espaço físico para o lugar social processa-se através de fenómenos de apropriação e identificação. Nesta dimensão, o espaço público deixa de ser um objeto de projeto e torna-se um processo contínuo de negociação entre o indivíduo e a coletividade.

- Identidade e participação

A partir da análise de Alves (2003)[23] [Quadro 11] é possível perceber a consideração da opinião dos utilizadores aquando do desenho do espaço público. O autor introduz a necessidade de avaliar a componente social e simbólica do espaço, defendendo que o sentimento de pertença está diretamente conectado com a capacidade que um ambiente tem em despertar memórias e sensações.

Um espaço público de qualidade é aquele que permite a coexistência de diferentes grupos sociais, sem conflito, promovendo a coesão através de um desenho que respeita e reflete a diversidade cultural e social dos seus utilizadores.

O autor fornece, ainda, algumas guias que podem auxiliar na articulação entre os residentes e quem projeta o espaço.

> "Para espaços pequenos a diversidade de envolvidos pode resumir-se àqueles que residem ou trabalham na área, enquanto para grandes áreas (áreas comerciais, parques urbanos principais, praças maiores, espaços públicos marginais, entre outros), o espectro de participantes poderá corresponder, (...) a toda a população urbana e suburbana."[24]

Dando seguimento a este estudo, Francisco (2005)[25] [Quadro 12] demonstra que a identidade visual também deve ser valorizada no desenho urbano. Para a autora, a qualidade do espaço público vai para além da sua forma física, definindo-se, sobretudo, pela forma como as pessoas o utilizam. A autora constata que a falta de qualidade em muitos espaços resulta de uma falha de comunicação entre o arquiteto e os utilizadores.

> "Assim, o cidadão, enquanto principal utilizador do EPU, suporta no seu dia–a–dia, direta e indiretamente, as consequências das interligações entre as várias componentes deste sistema territorial complexo e também tem responsabilidades no seu estado, daí que deva, também ele, ter um papel interventivo e ser envolvido na "ideia de cidade" para que o mesmo se identifique com ela."[26]

[23] Alves, F. M. B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica.* Fundação Calouste Gulbenkian. P.282-285

[24] Ibid. P.285

[25] Francisco, M. D. (2005). *Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada.* P.11

[26] Ibid. P.11

[27] URBiNAT- D4.2 *Healthy Corridor Concept.* (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/

Atualmente, reiterando a importância da articulação dos projetos de espaço público com os residentes ou futuros utilizadores, também o projeto "URBiNAT"[27] envolve as populações para e com as quais co-projeta os novos corredores em Campanhã.

Este projeto contou com a participação de pessoas de diversas áreas de formação e promoveu entre outras atividades inquéritos aos moradores, aferindo as suas necessidades e desejos mas também promoveu atividades para os mais pequenos, envolvendo-os no processo. Assim, estas atividades participativas, não só envolveram a comunidade, mas também despertaram nesta um sentimento de pertença.

Através da elaboração de tabelas síntese, procura-se sintetizar as teorias anteriormente abordadas.

Alves (2003) Alves, F. M. B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian.	- Organizar; - Consultar; - Estruturar; - Conduzir e registar; - Advertir e conquistar;	
	Principais orientações para o desenho com base nas dimensões humanas do espaço público	
	Necessidades humanas (satisfazer)	- Conforto - Relaxação - Envolvimento ativo - Envolvimento Passivo - Descoberta
	Direitos de usos (Assegurar	- Acesso - Liberdade de ação - Fruição - Mudança/Transformação
	Significado (Atribuir)	- Clareza de leitura - Relevância - Ligações individuais e em grupo - Ligações biológicas e psicológicas
	Gestão/Manutenção (Prever)	- Programação - Meios humanops e tecnológicos - Materiais - Plantio, Irrigação e Drenagem

[11]

Moniz (2021) URBiNAT- D4.2 Healthy Corridor Concept. (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/	Inquérito de saúde e bem-estar, aos residentes da área de estudo. Os dados recolhidos sugerem que a Educação Comunitária , através do convívio social, da promoção da educação sobre princípios cívicos e do desenvolvimento de competências de vida em comunidade para toda a área de estudo, é uma das principais prioridades, de acordo com os residentes. - Atividades com crianças do ensino básico, para perceber o que acham que pode melhorar no espaço e o que desejam poder realizar no mesmo; - Inquérito aos utilizadores, quando questionados sobre o que poderia ser melhorado neste espaço público, os utilizadores mencionaram a necessidade de mais atividades recreativas. Referem a dimensão do espaço público como uma oportunidade para a realização de diferentes atividades; - Mapeamento de comportamento, os dados recolhidos revelam que o uso ativo relacionado com o jogo e o recreio não é significativo, uma vez que as áreas observadas também não revelam cenários que suportem atividades de uso coletivo, ou jogos formais e informais; - Atividades participativas, durante os workshops comunitários, os cidadãos sublinham o potencial dos parques para a prática de desporto e a necessidade de instalações sanitárias nos mesmos.

[12]

[11] Quadro 11: Síntese de princípios colaborativos Fonte: Alves, 2003

[12] Quadro 12: Síntese de princípios colaborativos Fonte: URBiNAT- D4.2. Healthy Corridor Concept, 2021

- Metodologias de avaliação

Para que os conceitos de apropriação e satisfação não se dissipem em abstrações, torna-se necessário recorrer a metodologias de avaliação que concretizem a relação entre o edificado e a vida social. Assim, Fernandes (2012)[28] dedica-se ao estudo destas ferramentas, propondo que a avaliação da qualidade do espaço público deva resultar de um cruzamento entre os indicadores objetivos (morfologia, infraestruturas) e subjetivos (perceções, inquéritos). A sua proposta metodológica sublinha que a verdadeira qualidade só é captada quando se confronta a "visão do técnico" com a "vivência do utilizador", defendendo o uso da observação direta e de questionários, como instrumentos essenciais para aferir o sucesso de uma intervenção urbana.

Nesta mesma linha, Abrantes (2016)[29] foca-se na aplicação destas metodologias em contextos de habitação económica. O autor argumenta que, nestes cenários, a avaliação deve ser particularmente sensível às dinâmicas da vizinhança. Abrantes propõe que o cruzamento metodológico sirva para identificar a "distância" entre a função planeada pelo arquiteto e o uso real feito pela comunidade. A teoria de Abrantes sugere que a requalificação só é eficaz se for precedida e acompanhada por uma leitura rigorosa dos hábitos de ocupação, garantindo que os parâmetros de desenho respondem diretamente aos défices de satisfação, identificados pelos moradores.

A partir destes autores foi, então, possível compreender o impacto do envolvimento dos residentes no desenho do espaço público, pois a qualidade urbana e a satisfação social dependem da capacidade dos moradores se tornarem agentes ativos na transformação do seu meio envolvente.

[28] Fernandes, A. C. T. D. (2012). *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos* FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

[29] Abrantes, N. P. F. (2016). *A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto* Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

1.2. Metodologia de análise

Na presente dissertação propõe-se uma metodologia de investigação que se afaste de uma visão puramente estética e formal e que, ao invés, privilegie uma abordagem que combine diferentes componentes. O objetivo central é a elaboração de um método que permita analisar o espaço público, enquanto projeto arquitetónico, mas também enquanto espaço social. Assim, com esta dualidade metodológica procura-se compreender se as intenções projetuais vão de encontro às necessidades quotidianas dos utilizadores do espaço. Para o efeito, realizar-se-á um levantamento das características físicas do espaço público de um caso prático, em articulação com a aplicação de um inquérito, que permita auscultar diretamente a população.

Estabelece-se, para esse fim, três pontos de análise do caso prático. Primeiramente, define-se funcionalmente o espaço público, estabelecendo-se as tipologias formais que compõem estes espaços e que, posteriormente, serão agrupadas consoante a sua função. Numa segunda parte serão definidos três critérios de analise qualitativa — acessibilidade, segurança e versatilidade — e, numa terceira fase, através do questionário aplicado, junto da população, será possível compreender estes parâmetros qualitativos e analisá-los de forma quantitativa. Por fim, será então possível colocar a análise arquitetónica feita em confronto com a opinião dos utilizadores.

1.2.1. A morfologia e tipologia do espaço público

Numa primeira fase, partindo da análise de Brandão (2002), Alves (2003) e Francisco (2005), definem-se as tipologias formais, nas quais se deverá basear o desenho do espaço público.

A proposta de divisão tipológica do espaço público assemelha-se mais à divisão feita por Francisco, apenas reduzindo o número de categorias, de forma a adequar-se melhor ao caso de estudo escolhido. A definição funcional, previamente estabelecida, diferencia-se ao isolar o estacionamento como uma ocupação estática, destacando-se ainda a autonomia dos espaços de transição, que funcionam como ligação entre os domínios privado e público. Esta estrutura permite confrontar o desenho técnico com a perceção dos usuários, identificando como as áreas de circulação, permanência e conexão são apropriadas pelos habitantes.

Assim, definem-se cinco categorias distintas, que são adaptadas especificamente para o caso prático:

- Rede viária;
- Praças, largos e passeios
- Estacionamento de transporte privado;
- Espaços verdes de recreio e lazer;
- Espaços de transição;

Num segundo momento, e partindo da premissa de Abrantes (2016), classifica-se e divide-se o espaço público, tendo em conta a sua funcionalidade:

. Espaços de exercitar — incluem as áreas que promovem o bem-estar físico e a mobilidade ativa, sendo fundamentais na promoção de saúde pública;

. Espaços de estar — representam as zonas de pausa e interação social, onde o espaço urbano deve favorecer a permanência confortável e a contemplação;

. Espaços de cuidar — refletem a necessidade de suporte social e reprodução da vida quotidiana, incluindo zonas de proximidade a equipamentos ou áreas de gestão comunitária;

. Espaços de circular — definem-se como zonas de conectividade, cuja eficácia se mede pela fluidez e segurança nos percursos pedonais e viários.

Assim, torna-se possível analisar o caso de estudo segundo a funcionalidade de cada espaço, mas também tendo em consideração as características formais que o compõem. O objetivo é mapear a afluência dos espaços, distinguindo as zonas de elevada intensidade social, das áreas subutilizadas, o que permitirá compreender como a configuração física poderá contribuir para atrair ou dissuadir o utilizador.

1.2.2. Avaliação dos parâmetros de qualidade e desenho

Uma vez caracterizado formalmente o espaço público, importa avaliá-lo enquanto espaço funcional, aferindo-se a eficácia do desenho urbano. Para tal, são estabelecidos três indicadores críticos de desempenho, adaptados dos contributos de Brandão (2002) e Alves (2003).

. Acessibilidade — é analisada não apenas pela ausência de barreiras físicas (degraus, desníveis), mas também pela facilidade com que qualquer indivíduo, independentemente da sua condição física ou idade, se pode apropriar do espaço.

Este parâmetro avalia a continuidade dos percursos, a legibilidade do espaço e a conectividade com a rede urbana envolvente;

. Segurança — a análise deste parâmetro pode ser subdividida em duas partes, a segurança rodoviária e a segurança comunitária, sendo nesta última que este estudo se vai focar. Este conceito diz respeito à perceção de segurança que o ambiente suscita no utilizador, abrangendo conceitos como iluminação pública, o estado de conservação dos espaços e os fluxos de pessoas;

. Versatilidade — este parâmetro avalia se o desenho do espaço é suficientemente "aberto", de modo a acolher múltiplas atividades (sejam de uso simultâneo ou assíncrono) ou se é excessivamente rígido. De modo a ser possível haver uma versatilidade simultânea, o espaço público deve conseguir albergar múltiplas atividades no mesmo espaço de tempo, permitindo que diferentes faixas etárias o usem simultaneamente. Por sua vez, também os espaços podem ser versáteis, de forma assíncrona, isto é, tendo a capacidade de albergar diferentes funções em espaços de tempo distintos.

Segundo os autores, o espaço público apresenta melhor qualidade, quanto melhor for a sua capacidade de conciliar tanto usos simultâneos, como assíncronos.

1.2.3. A dimensão humana

Por fim, a análise será validada através da consideração da opinião dos habitantes. Seguindo os princípios de Fernandes (2012) e Abrantes (2016) sobre a subjetividade do espaço público, será aplicado, aos utilizadores, um questionário estruturado.

Os utilizadores destes espaços serão convidados a classificar o seu nível de satisfação em relação aos quatro tipos de espaços — exercitar, estar, cuidar, circular — com base nos critérios de acessibilidade, segurança e versatilidade. O inquérito irá permitir analisar quantitativamente a opinião qualitativa que os mesmos têm sobre o espaço público.

Por fim, será cruzada a análise arquitetónica, elaborada no âmbito deste estudo, e a análise quantitativa, apurada a partir do inquérito aos usuários do mesmo, sendo possível compreender se o desenho deste espaço vai de encontro com as aspirações e necessidades dos moradores, ou se, apesar de ser um espaço bem projetado, a nível arquitetónico, a comunidade não sente que pode usufruir dele.

2. O espaço público dos bairros do PMP

O presente capítulo propõe uma contextualização histórica da cidade do Porto, centrando-se nas políticas públicas que impulsionaram a construção de núcleos de habitação social e o respetivo espaço público.

O arco temporal da investigação tem início no século XVIII, marcado por transformações estruturantes na malha urbana, analisando as medidas estatais e os instrumentos de planeamento implementados, na cidade, para sustentar o crescimento da mesma.

Posteriormente, procura-se compreender a realidade dos conjuntos habitacionais edificados ao abrigo do *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* (PMP) e do seu prolongamento. Esta abordagem foca-se no estado atual dos bairros, tendo em conta as características morfológicas e as intervenções de reabilitação ocorridas, fundamentando-se em estudos precedentes. Introduz-se, também, uma camada de análise dedicada ao mapeamento das intervenções feitas no espaço público destes conjuntos, identificando limitações, potencialidades e caminhos estratégicos para a sua preservação e requalificação.

Assim, através do estabelecimento de uma cronologia de eventos e intervenções, pretende-se compreender a interdependência entre a evolução da cidade e a conceção dos edifícios e espaços que a compõem.

2.1. Contextualização histórica

Na segunda metade do século XVIII, no decurso da Revolução Industrial, verificou-se um crescimento económico que impulsionou a classe trabalhadora a abandonar as zonas rurais e a migrar para os centros urbanos. Assim, com a chegada de novos habitantes, ao Porto e a Lisboa, era comum estes alojarem-se junto das fábricas, levando à criação de soluções habitacionais muitas vezes precárias, onde as condições de vida tendiam a ser bastante reduzidas.

Tentando responder ou, pelo menos, auxiliar na criação de habitação, em 1899, o jornal *O Comércio do Porto* encetou, de forma pioneira, uma parceria com o município para a construção de três bairros operários. Estes tiveram o auxílio técnico da câmara municipal, permitindo a aquisição de experiência e conhecimento sobre a edificação de casas modestas e infraestruturas de urbanização.



[1]

Fruto desta migração rural-urbana e, como em muitas cidades europeias, no início do século XX o Porto enfrentava uma acentuada escassez habitacional, visto que cerca de 30%[30] da população vivia em "ilhas".[31]

Com a implantação da 1ª República em 1910, "a resposta (ou a tentativa de) à questão da habitação para classes desfavorecidas fez parte de um conjunto de medidas governamentais destinadas a resolver as necessidades das famílias de menores recursos (educação, saúde e justiça)."[32]

O envolvimento e o apoio financeiro do Estado na resolução do problema da habitação, em Portugal, teve início em 1918, pois até à data, não existia qualquer enquadramento legal para este tipo de intervenção pública.[32]

[30] Restivo, J. C. A. (2014). Habitação Pública no Porto: Intervir para requalificar Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP. P.52

[31] Na sua origem, estas pequenas habitações tinham apenas cerca de 20 m^2. Localizadas no interior do quarteirão e profundamente sobrelotadas, as "ilhas" tornaram-se, rapidamente, um problema de saúde pública. As epidemias, mas também os preconceitos, caíram sobre os seus moradores, tornando-o simultaneamente alvo da doença e do estigma. Com o passar do tempo, esta forma de alojamento provisória acabou por se tornar em definitiva e, apesar das constantes tentativas de melhoria, tanto a falta de planeamento e a fraca qualidade construtiva como os escassos recursos de proprietários e inquilinos, contribuíram para perpetuar a precariedade física e social destes núcleos." Oro, A. V. (2022). Ilhas do porto: reabilitar para incluir. P.12-13

[32] Ramos, R. J. G. (2019). Mapa da habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo estado em Portugal (1910-1974). In G. Lameira & L. Rocha (Eds.), *Mapa da Habitação- Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal* (1910-1974). P.21

[32] Rocha, L., *et al*. (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173

Iniciou-se, assim, com o Decreto-Lei 4137, de 25 de abril de 1918, que cria o programa do *Bairro de Casas Económicas* (BCE) e estabelece "várias providências atinentes a promover a construção de casas económicas", seguido do Decreto-Lei 4440, de 21 de junho de 1918, no qual se aprova e manda executar o "regulamento da construção e venda das casas económicas, anexo ao mesmo decreto."[34]

Ao abrigo deste decreto, foi construído o primeiro bairro com apoio do governo, composto por casas unifamiliares, compactas e ajardinadas, mas muito àquem das necessidades quantitativas da época.

Com o intuito de tentar melhorar as condições habitacionais da cidade, foi criado o *Regime de Casas Económicas* (RCE), decreto-lei 16055, de 22 de outubro de 1928, que reconhecia a necessidade de intervenção do estado na crise da habitação, colocando-o no centro da promoção habitacional.



[2]

Após o golpe de estado de 1926, com a subsequente implantação da ditadura militar (1926–1933) e até ao regime do Estado Novo (1933–1974), foram implementados vários conjuntos de casas unifamiliares, com enfoque nas zonas periféricas da cidade, apoiados pelo programa *Casas Económicas*.

> "O Programa das Casas Económicas baseou-se num princípio de propriedade resolúvel, em que uma renda mensal incluía o abatimento do valor da casa no prazo de 20 anos (posteriormente 25), assim como seguro de vida e de incêndio, com o objetivo de transferir para os "moradores-adquirentes" a propriedade da habitação. Publicitado inicialmente como uma resposta à falta de habitações das populações

[34] Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação- Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal* (1910-1974). P.39

[1] Figura 1: Bairro Operário "O comércio do Porto", 1901

[2] Figura 2: Bairro de Casas Económicas, Amial, Porto, 1938

menos carenciadas, evoluiu, tanto na sua organização burocrática como nas práticas de projeto, no sentido de criar uma classe média de proprietários, funcionários públicos ou sócios de Sindicatos Nacionais, e garantir uma base de apoio para o regime."[35]

Em 1939, o Município do Porto iniciou um inquérito geral ás ilhas, *Plano de Salubrização das Ilhas do Porto* (1956), onde se apurou um estado de degradação extrema, que exigia a demolição e a substituição das habitações. Entre 1940 e 1943, a campanha de salubrização ainda viabilizou a recuperação de cerca de uma centena de ilhas, no entanto, a iniciativa acabou por ser interrompida devido à sua ineficácia.[36]

Em 1945 foi criado o programa *Casas para Famílias Pobres* (CP), decreto-lei 34486, de 6 de abril de 1945, que dava continuação ao programa *Casas Desmontáveis* (CD), decreto-lei 28912, de 12 de agosto de 1938, mas separando-se do conceito de uma "casa desmontável" e sendo destinado à classe social mais desfavorecida que não tinha acesso à habitação pública. "Embora este programa se tenha iniciado com a construção de habitação unifamiliar, durante o início da década de 1950, transitou para soluções de habitação de tipo plurifamiliar, nomeadamente modelos híbridos de 2 andares e blocos habitacionais com vários andares e galerias de acesso."[37] Assim, ao abrigo deste programa, foram construídos, pelo Município do Porto, o bairro de S. Vicente de Paulo (1950) e o bairro Rainha Dona Leonor (1953), que constituíam exemplos de implementação do edificado segundo a exposição solar e de modo a otimizar a insolação para cada fogo.



[3]



[4]

[3] Figura 3: Bairro São Vicente Paulo, Porto, 1955

[4] Figura 4: Bairro Rainha Dona Leonor, Porto, 1955

[35] Lameira, G., & Rocha, L. (2019). *Mapa da Habitação- Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal* (1910-1974). P.48

[36] Restivo, J. C. A. (2014). *Habitação Pública no Porto: Intervir para requalificar.* Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

[37] Lameira, G. (2019). Habitação subsidiada pelo Estado em Portugal. Uma panorâmica tipo-morfológica no âmbito do Plurifamiliar (1910-1974). In FAUP (Ed.), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação.* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). P.171

Em 1954, foi aprovado o *Plano Regulador da Cidade do Porto* que previa a divisão da cidade em cinco tipos de áreas: residencial, rural particular, verde, de espaço público e industrial. Propunha-se "a criação de pequenos jardins de repouso, afastados das vias de grande tráfego, onde se encontrasse a calma e o aconchego de uma sombra salutar"[38] demonstrando, desta forma, uma crescente preocupação com o desenho do espaço público e a sua influência na qualidade de vida dos habitantes.

Assim, a cidade era analisada segundo diferentes parâmetros, de modo a estes não se prejudicarem mutuamente. Nas zonas residenciais, onde a habitação era predominante, "estabelecem-se normas que o tenham em linha de conta, surgindo zonas estritamente residenciais, zonas residenciais como as que temos atualmente e zonas mistas de residência e indústria onde esta tem importância (…)".[39] Nas zonas de espaços livres públicos previam-se terrenos destinados a jardins ou parques, não sendo permitido atribuir-lhes outro uso, o que revela um pensamento inovador que priorizava o bem-estar coletivo em detrimento do individual.



[5]

[5] Figura 5: *Plano Regulador Cidade do Porto*, 1952, Câmara Municipal do Porto

[38] Garret, A. A. (1952). *Plano Regulador Cidade do Porto, 1952.* Câmara Municipal do Porto Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-cidade-do-porto-1947-1952 P.15

[39] Ibid. P.24

Assentando sobre o precedente *Plano de Salubrização das Ilhas do Porto*, a Câmara Municipal do Porto avançou, em 1956, com o *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* (PMP), decreto-lei 40616, de 28 de maio de 1956, cujo propósito central era a eliminação progressiva dos núcleos precários de "ilhas" sobrelotadas e a sua substituição por habitações dignas e acessíveis, dado que "insalubres como são, constituem verdadeiros focos de imundície e de doença e não permitem que os seus ocupantes adquiram os hábitos que a civilização actual impõe para todas as classes."[40]

[40] Porto, C. M. d. (1966). *Plano de Melhoramentos 1956-66.* Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966 P.7



[6]



[7]



[8]



[9]



[10]



[11]

[6-11] Figura 6-11: Ilhas e Casas insalubres, Porto, 1960

Desta forma, a dimensão do PMP revelou-se inédita em Portugal, pois entre 1957 e 1966 foram construídos cerca de 6.000 alojamentos no Porto, num esforço que marcou profundamente a paisagem urbana da cidade. Estes novos fogos distribuíam-se por 13 bairros: Bom Sucesso, Carvalhido, Pio XII, Agra do Amial, Outeiro, Pasteleira, Carriçal, Fernão Magalhães, Fonte da Moura, São Roque da Lameira (parte do qual veio a ser renomeado em homenagem ao Eng. Machado Vaz), Cerco do Porto, Regado, Campinas, Eng. Arantes e Oliveira. Entre estes bairros, apenas o Bom Sucesso e o Fernão de Magalhães foram construídos numa zona central da cidade.

Grupo de moradias populares	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Total	Custo (contos)	
						Edifícios	Urbanização
Bom Sucesso			128		128	4 440	319
Pio XII	2	8	104	8	122	4 852	423
Carvalhido	8	56	192	8	264	8 828	1 004
Pasteleira	36	130	410	32	608	20 492	2 532
Outeiro	8	54	185	8	235	7 930	1 407
Agra do Amial	13	40	120	8	181	6 461	525
Carriçal	40	88	109	21	258	8 290	761
Fernão de Magalhães	52	120	135	39	346	11 436	1 799
S. Roque da Lameira	76	128	197	50	451	14 250	1 427
Fonte da Moura	30	120	416	30	596	19 275	2 450
Cerco do Porto	139	268	295	102	804	25 466	3 111
Regado	206	356	80	80	722	24 418	2 671
Fonte da Moura — Ampliação	24		12	6	42	1 773	120
Eng.º Arantes e Oliveira	188	380	248	104	900	30 672	3 264
S. Roque da Lameira — Ampliação	64	88	88	32	272	9 210	1 240
Outeiro — Ampliação	65	16	42	20	143	4 706	315
Totais	951	1 832	2 741	548	6072	202 561	23 388

[12]

O realojamento da população oriunda das zonas centrais nas “áreas de expansão”[41] periféricas não só reduzia os custos de expropriação e aquisição de terrenos, como também contribuia para o descongestionamento do centro e a sua reconfiguração funcional. Também a estratégia construtiva se baseava em princípios de economia e de racionalidade, destacando-se a construção “em altura moderada” e a redução, ao mínimo, das áreas comuns, medidas que visavam “atenuar a promiscuidade” e “reduzir as possibilidades de má ou conflituosa vizinhança entre os habitantes.”[42]

[41] Pimenta, Manuel., *et al.*(2001), As ‘ilhas’ do Porto. Estudo socioeconómico. Porto, Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

[42] Porto, C.M.d. (1955). *Plano de Salubrização das «Ilhas» do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto. P. 22.

[12] Figura 12: Quadro de moradias construídas desde 1957 até 1966, *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto*, 1956-66, Câmara Municipal do Porto

O impacto urbanístico do plano foi reforçado pela sua articulação com o *Plano Diretor do Porto*, de 1962, que estruturava o crescimento da cidade em zonas de expansão. Assim, a construção dos bairros seguia projetos-tipo com edifícios de pelo menos quatro pisos e acessos verticais ou em galeria, organizando-se segundo parcelas de grande dimensão implantadas paralelamente e intercaladas por zonas verdes e arruamentos internos que ligavam à rede viária principal.

> "Apesar de seguirem alguns princípios definidos na Carta de Atenas, na maioria dos casos o modelo urbano alcançado parece ser frágil quanto à articulação com a pré-existência circundante, criando fragmentos desligados do restante tecido urbano. Esta observação é particularmente evidente na maioria dos complexos residenciais, já que não incorporam outro tipo de estruturas (equipamentos, escolas, áreas comerciais, etc.), fundamentais para a dinâmica interna do conjunto, nem definem hierarquias no desenho do sistema viário e respetiva ligação à rede existente."[43]

Podemos observar, nesta fase, a implementação de soluções de cariz funcionalista, que priorizavam a economia de meios, resultando numa implantação topográfica pouco moldada. Apesar da presença de zonas de circulação e zonas de recreio, alguns destes espaços convertiam-se em espaços residuais, permitindo uma apropriação heterogénea por parte dos moradores.

Importa, ainda, compreender que, "ao contrário de outros empreendimentos habitacionais subsidiados pelo Estado, aqueles construídos ao abrigo do Plano de Melhoramentos para arrendamento social continuam, ainda hoje, a ser propriedade pública municipal, mantidos e geridos pela autarquia para a população mais carenciada. Estes bairros acolhem uma parte significativa do parque habitacional municipal do Porto, a cidade onde o peso da habitação social é o mais representativo no contexto do país."[44]

A localização, maioritariamente em zonas periféricas, aliada à visão modernista e funcionalista assente na separação entre habitar, circular e recrear, acabaram por limitar a integração social e urbana de grande parte destes bairros.

Devido ao "sucesso" do plano de 1956, decretou-se o seu prolongamento por mais 5 anos (Decreto-Lei 47443 de 30 de dezembro de 1966), tendo como objetivo a construção de mais 3.000 habitações. No entanto, apenas foram

[43] Lameira, G., (2019) Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto (PMP).In G. Lameira, & L. Rocha(Eds.), *Mapa da Habitação- Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal* (1910-1974). P.79

[44] Rocha, L., *et al*. (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.7

construídos 1.674 alojamentos, o que resultou na construção do bairro de São João de Deus, Francos, Aldoar, Lordelo/Dr. Nuno Pinheiro Torres e Corujeira/Monte da Bela. Apesar de não ter sido atingida a meta proposta, este prolongamento desencadeou novos empreendimentos, como Falcão, Dr. Nuno Pinheiro Torres, Lagarteiro, Bom Pastor, Aleixo, Contumil e Lordelo do Ouro.

Estes bairros deram continuidade ao modelo de grandes conjuntos residenciais, baseados em projetos-tipo e num urbanismo funcionalista. Foi, no entanto, possível, perceber um gradual aperfeiçoamento do desenho tipológico dos bairros que, através de um processo de experimentação foi-se racionalizando, não só a nível da planta, mas também a nível da sua implantação na cidade.[45]

É, assim, possível perceber como, entre 1957 e 1977, as tipologias habitacionais promovidas pelo município foram sendo progressivamente aperfeiçoadas e foram procurando integrar cada vez mais o contexto urbano.



[13]



[14]



[15]



[16]



[17]

[45] Rocha, L., *et al*. (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.8

[13] Figura 13: Bairro Bom Sucesso, 1958, Porto

[14] Figura 14: Bairro do Cerco, 1963, Porto

[15] Figura 15: Bairro do Falcão, 1973, Porto

[16] Figura 16: Bairro do Carvalhido, 1958, Porto

[17] Figura 17: Bairro de Fernão Magalhães, 1962, Porto



***Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto*, 1956**
01. Bom Sucesso| 02. Carvalhido| 03. Pio XII| 04. Agra do Amial| 05. Outeiro| 06. Pasteleira| 07. Carriç
11.Cerco do Porto| 12. Regado| 13. Campinas| 14. Engenheiro Machado Vaz

***Prolongamento do Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto*, 1966**
15. Francos| 16. São João de Deus| 17. Aldoar| 18. Dr. Nuno Pinheiro Torres| 19. Monte da Bela

Conjuntos habitacionais desenvolvidos após 1971
20. Falcão| 21. Lagarteiro| 22. Bom Pastor| 23. Aleixo| 24. Contumil| 25. Lordelo do Ouro



al| 08. Fernão de Magalhães| 09. Fonte da Moura| 10. São Roque da Lameira|

[13] Quadro 13: Planta dos bairros construidos no âmbito do PMP
Fonte: Rocha et al., 2023

A Revolução de 1974 e a democratização trouxeram uma mudança radical. O movimento de *Serviço de Apoio Ambulatório Local* (SAAL), despacho de 6 de agosto de 1974, surgiu como resposta direta às reivindicações populares, promovendo a habitação enquanto direito social. No Porto, este período fomentou, também, uma reflexão sobre a habitação como motor de transformação comunitária, introduzindo a ideia de "urbanização evolutiva", em que não apenas as casas, mas também os bairros poderiam adaptar-se ao longo do tempo.

Este programa visava valorizar os espaços e os seus residentes, propondo a requalificação e a permanência dos habitantes nas suas habitações. "Portanto, da esperança posta numa evolução real dos espaços físicos construídos passa-se para a esperança numa evolução metodológica das próprias disciplinas do projeto e do planeamento."[46]

Em 1980, já com estabilidade política, o planeamento urbano recuperou um carácter estratégico. O *Plano Geral de Urbanização do Porto*, de 1987, procurou atualizar as diretrizes de ordenamento urbano face à metropolização. Impulsionou-se, assim, na década seguinte, a criação de empreendimentos ao abrigo do *Programa Especial de Realojamento* (PER), de 1993, que visava erradicar as barracas e realojar as famílias em habitação condigna, sobretudo nas áreas metropolitanas. No Porto, este programa resultou na construção de cerca de 1.000 habitações.

No final da década de 1990, a falta de políticas de manutenção dos bairros municipais começava a ser evidente, e de forma a responder a este problema foi criada, em 2000, a *Domus Social*.[47] Assim, "Durante a última década, a Câmara Municipal do Porto, sobretudo através da *Domus Social E.M.,* promoveu várias ações de intervenção para a reabilitação e renovação do parque habitacional social no município do Porto (…)"[48], abrangendo os bairros construidos ao abrigo do Plano de Melhoramentos ou da sua extensão.

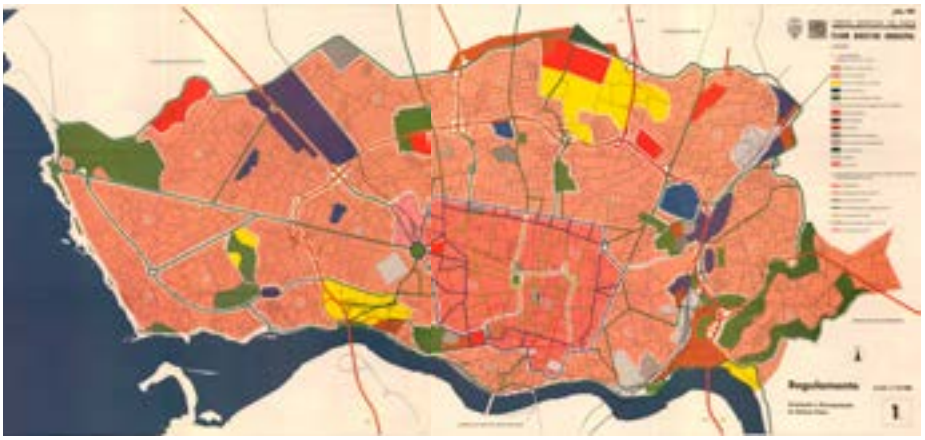
[46] Bandeirinha, J. A. (2019). Antes de Abril. A questão da habitação. In FAUP (Ed.), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto* (FAUP). P.149

[47] Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, responsável pela gestão do parque social e de outras infraestruturas urbanas.

[48] Rocha, L. (2019). Intervenções contemporâneas em edifícios de habitação plurifamiliar subsidiados pelo Estado: o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto enquanto laboratório. In FAUP (Ed.), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação.* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). P.186



[18]



[19]

[18] Figura 18: Bairo de São Vitor, projeto de reabilitação no ambito do projeto SAAL

[19] Figura 19: Planta *Projeto Porto Cidade Nova*, 1993, Câmara Municipal do Porto

2.2. Estado atual: Desafios e oportunidades

Um estudo precedente de Rocha, Póvoas e Restivo mapeia as intervenções no edificado dos bairros construidos ao abrigo do PMP ou da sua extensão. Cumulativamente, a informação cedida pela *Domus Social*, no âmbito desta dissertação permitiu ampliar a sistematização das intervenções ocorridas, em curso ou em preparação, agora também para o espaço público dos bairros.

Segundo esse primeiro estudo, até à decada de 1990, o panorama de estratégias de requalificação do parque habitacional municipal caracterizava-se pela ausência de planos de manutenção e de preservação. Esta lacuna resultou numa degradação progressiva do edificado que, gradualmente, deixava de responder aos padrões exigidos para habitabilidade, qualidade e segurança.

A implementação do *Programa Especial de Realojamento* (PER), Decreto-lei 163/93, de 7 de maio de 1993, foi uma nova tentativa de abolir as habitações precárias, providenciando à população habitação a custos acessíveis nas zonas metropolitanas do Porto e de Lisboa.[49] Posteriormente, em 2003, este programa foi ajustado, "o que abriu a possibilidade de financiamento para a reabilitação de habitações municipais devolutas, ao privilegiar e estimular a manutenção e reconstrução do edificado habitacional."[50]

Com a criação da *Domus Social E.M.*, em 2000 e do *Programa de Financiamento para Acesso à Habitação* (PROHABITA), Decreto-lei 135/2004, de 3 de junho de 2004, foi possível a empresa municipal conduzir, através da contratação de equipas externas, intervenções de reabilitação mais focadas na envolvente exterior do edificado e nas áreas de circulação comuns.

O programa *Reabilitar para Arrendar*, aliado à lei orgânica do *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana* (IHRU), Decreto-lei 175/2012, de 2 de agosto de 2012, abrangeram, progressivamente, todo o parque habitacional municipal. Segundo os autores analisaram, "os bairros que receberam as primeiras intervenções encontram-se atualmente a ser alvo de uma nova reabilitação parcial. Alcançado este marco, o município centra-se agora numa intervenção mais sistemática no espaço público, com o objetivo de promover uma regeneração mais eficaz destas áreas."[51]

A análise que se segue pretende fazer convergir o estudo elaborado por Rocha, Póvoas e Restivo, com os dados cedidos pela empresa municipal (Domus Social, 2024), permitindo uma leitura e análise contextualizada dos conjuntos habitacionais [Quadro 21][52], agora também com as intervenções no espaço público dos bairros.

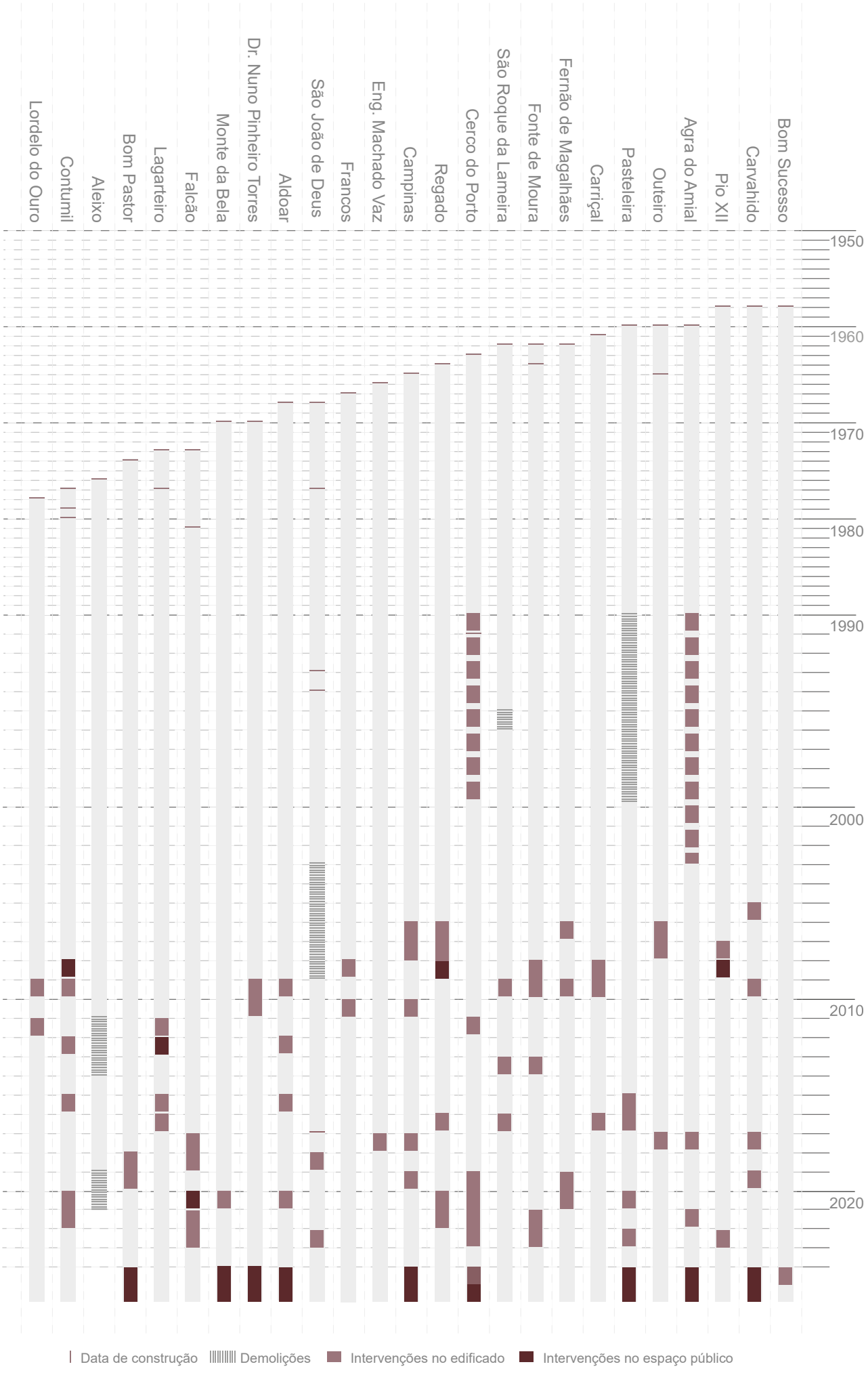
[49] Apesar do PER (1993) visar a integração urbana através do aproveitamento de vazios urbanos e solos já infraestruturados, a sua aplicação prática resultou, em grande medida, no surgimento de vastos conjuntos habitacionais nas periferias das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

[50] Rocha, L., *et al.* (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.9

[51] Ibid. P.9

[52] A presente análise reflete a realidade documentada até 2024, em conformidade com a cronologia dos elementos disponibilizados em Abril de 2026 para análise.

[14] Quadro 14: Intervenções nos bairros do PMP
Fonte: Rocha et al., 2023 e Domus Social, 2024


Lordelo do Ouro
Contumil
Aleixo
Bom Pastor
Lagarteiro
Falcão
Monte da Bela
Dr. Nuno Pinheiro Torres
Aldoar
São João de Deus
Francos
Eng. Machado Vaz
Campinas
Regado
Cerco do Porto
São Roque da Lameira
Fonte de Moura
Fernão de Magalhães
Carriçal
Pasteleira
Outeiro
Agra do Amial
Pio XII
Carvalhido
Bom Sucesso
1950
1960
1970
1980
1990
2000
2010
2020
Data de construção
Demolições
Intervenções no edificado
Intervenções no espaço público

Segundo Rocha, Póvoas e Restivo, a evolução das estratégias de reabilitação no edificado do PMP e do seu prolongamento articula-se em três fases distintas. A "primeira fase", ocorrida no final da década de 1990 sob o enquadramento do PER, incidiu inicialmente nos bairros da Pasteleira, Agra do Amial e Cerco do Porto, priorizando o tratamento das fachadas, reparações estruturais e o encerramento de acessos. Enquanto na Pasteleira e na Agra do Amial se procedeu ao encerramento das galerias, varandas e caixas de escadas, a intervenção do arquiteto Virgínio Moutinho, no bairro do Cerco do Porto, integrada no programa Urban, colmatava a degradação dos edifícios e a requalificação dos espaços envolventes, contribuindo para a implementação de novos equipamentos coletivos, mas preservando as galerias abertas.



[20]

> "Assim, esta primeira fase de intervenção reúne um conjunto de ações de custos controlados e com preocupações mínimas relativamente a questões energéticas."[53]

Posteriormente, a criação da *Domus Social* e do programa PROHABITA desencadeou uma "segunda fase" de intervenções, caracterizada por "um período de experimentação e pela subsequente consolidação da estratégia (…) incidindo principalmente em intervenções em paredes, caixilharias, escadas e galerias."[54]

[53] Rocha, L., *et al.* (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI(*Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.12

[54] Ibid. P.13

[20] Figura 20: Bairro do Cerco do Porto; (à esquerda um bloco do bairro intervencionado no final da década de 1990s, projecto de Virgínio Moutinho; à direita, um bloco do bairro intervencionado mais recente, projecto de José Gigante.)

Entre 2000 e 2015, a generalidade dos bairros foi reabilitada. No bairro de Fernão de Magalhães, reabilitado em 2006 e 2009, foi aplicado isolamento pelo exterior do edificado, preservando as caixas de escadas e as galerias abertas, ao passo que, no bairro do Carvalhido, em 2005 e 2009, houve um encerramento das galerias e das caixas de escadas, princípios estes que foram aplicados nos bairros do Carriçal (2008-2009), Fonte da Moura (2008-2009 e 2013), Dr. Nuno Pinheiro Torres (2009-2010), Francos (2008 e 2010) e S. Roque da Lameira (2009 e 2013). Como sublinham os autores, "a complexidade destes processos resultou em diversas experiências e em frequentes alterações de estratégia"[55], o que se tornou evidente na intervenção em S. Roque da Lameira, de 2016, onde se substituía os caixilhos das janelas, se encerrava os acessos ao edificado e aplicava painéis solares no telhado, indicando, segundo Rocha, Póvoas e Restivo, uma transição para uma "terceira fase de intervenções".



[21]

Contudo, a gestão contínua do parque habitacional, onde as reparações interiores foram ocorrendo pontualmente com a transição de moradores, enquanto a escala das grandes intervenções do PROHABITA incidiu sobretudo no exterior. Por conseguinte, "as principais ações desta segunda fase apenas minimizam as limitações críticas relacionadas com o conforto doméstico e o desconforto térmico."[56]

[55] Rocha, L., *et al*. (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173 P.15

[56] Ibid. P.15

[21] Figura 21: Bairro Fernão Magalhães, 2005

A "terceira fase" de intervenções, impulsionada pela lei orgânica do IHRU e do programa *Reabilitar para Arrendar,* introduziu mudanças na gestão destes complexos habitacionais. "Estas mudanças refletem preocupações com o consumo de energia (eficiência energética e conforto térmico), mas também uma maior valorização dos valores arquitetónicos e urbanos destes bairros. Ações como a aplicação contínua de isolamento térmico em paredes exteriores e na esteira da cobertura (última laje), caixilharia com vidro duplo e painéis solares térmicos na cobertura para aquecimento de águas sanitárias caracterizam esta terceira fase."[57]

Os autores destacam os projetos dos bairros do Lagarteiro, pelo arquiteto Paulo Tormenta Pinto (2015-2016) e Eng. Machado Vaz, pelo arquiteto Nuno Abrantes (2017), que mantiveram os revestimentos originais dos bairros. Também as abordagens do gabinete Calapez arquitetos, na primeira fase do bairro do Falcão (2017-2018), e do atelier Menos é Mais, no Monte da Bela (2020), são caracterizadas pela salvaguarda das fachadas e das varandas abertas, abordagem metodológica também adotada pelo gabinete CPrata arquitetos na segunda fase do bairro do Falcão (2021-2022).

Paralelamente, o bairro do Cerco do Porto, intervencionado em 2019, pelo arquiteto Virgínio Moutinho, "destaca-se pela criação de espaços exteriores para estendais, com uma estrutura tubular, que assume particular relevância na linguagem arquitetónica dos edifícios."[58] Também entre 2021 e 2022, o arquiteto José Gigante intervencionou, no mesmo bairro, os edifícios de acesso em galeria, construindo uma nova fachada em tijolo e preservando as galerias abertas. Intervenções semelhantes de requalificação de fachadas, caixilharias e coberturas aplicaram-se aos bairros do Carvalhido (2017-2019), Agra do Amial (2017 e 2021), Pasteleira (2020-2022), Fernão de Magalhães (2019-2020) e Bom Pastor (2018-2019).

> "Recentemente, surgiu uma nova estratégia em várias intervenções de manutenção preventiva, revelando a promoção de ações cautelosas nestes bairros. Estas intervenções envolvem a limpeza, reparação ou substituição de elementos do invólucro exterior ou dos espaços comuns dos edifícios (por exemplo, bairro Pio XII, 2022)."[59]

Mais recentemente, tendo sido previamente intervencionados quase todos os bairros contruídos ao abrigo do PMP, foi possível dar início a uma intervenção e reabilitação mais sistematizada dos seus espaços públicos.

[57] Rocha, L., *et al.* (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. *MDPI*(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173.P.15

[58] Ibid P.16

[59] Ibid. P.18



[22]



[23]



[24]



[25]



[26]



[27]



[28]



[29]

[22-23] Figura 22-23: Bairro do Lagarteiro, 2016, Arquiteto Paulo Tormenta Pinto

[24-25] Figura 24-25: Bairro Engenheiro Machado Vaz, 2017, Arquiteto Nuno Abrantes

[26] Figura 26: Bairro do Falcão, 2017, Calapez arquitetos

[27] Figura 27: Bairro do Falcão, 2021, CPrata arquitetos

[28] Figura 28: Bairro do Cerco do Porto, 2019, Arquiteto Virgínio Moutinho

[29] Figura 29: Bairro do Cerco do Porto, 2021, Arquiteto José Gigante

Entre 2006 e 2007, o bairro Pio XII foi intervencionado no espaço público. Levada a cabo pelo gabinete Menos é Mais, pretendia-se solucionar os problemas existentes neste espaço, como a falta de estacionamento e a falta de espaços comuns de lazer.

> "O projeto consiste assim numa intervenção geral de reordenação da estrutura urbana através da definição de percursos viários e pedonais, incluindo o acesso de pessoas com mobilidade condicionada, a delimitação de áreas de estacionamento e de recreio e, acima de tudo, o estabelecimento de uma hierarquia entre espaços públicos, semipúblicos e privados. A materialização desta proposta destaca-se pelo uso de elementos pré-fabricados em betão armado para a definição de guias, plataformas, paredes, bancos, escadas ou rampas, entre outros."[60]

À semelhança do que aconteceu neste bairro, também o bairro de Contumil foi intervencionado pelo mesmo gabinete e no mesmo ano. Mantiveram-se os princípios e os objetivos, pelo que foram definidas áreas comuns e foram utilizados elementos de betão que unificassem todo o edificado. Destaca-se a reformulação da estrutura viária, permitindo o acesso a todos os blocos e simplificando o acesso do exterior ao interior do bairro.

Por sua vez, a intervenção urbana no bairro do Lagarteiro foi promovida ao abrigo do *Plano Iniciativa Bairros Críticos* (IBC), pelo arquiteto Paulo Tormenta Pinto, em 2012. Neste bairro, os objetivos passavam pela criação de ligações entre o edificado e a estrutura urbana, a resolução da diferença de cotas e criação de espaços verdes e zonas de estacionamento.

O bairro do Falcão é intervencionado, ao nível do espaço público, pelo gabinete Calapez arquitetos, em 2020. Nesta intervenção são requalificados os acessos viários e os espaços verdes, introduzindo mais espaços de relva e espécies vegetais. São também intervencionados os espaços de lazer e de diversão, introduzindo novos elementos de mobiliário urbano.

Segundo a informação obtida, até 2024 estava a ser intervencionado o espaço público de mais bairros, como seja o bairro do Carvalhido, Agra do Amial, Pasteleira, Cerco do Porto, Campinas, Dr. Nuno Pinheiro Torres, Monte da Bela e Bom Pastor.[61]

[60] Rocha, L. (2019). Intervenções contemporâneas em edifícios de habitação plurifamiliar subsidiados pelo Estado: o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto enquanto laboratório. In FAUP (Ed.), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação.* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). P.187

[61] Domus Social, E. M. (2024). *Domus Social 20 anos a fazer do Porto casa,* Domus Social, Empresa Municipal.



[30]



[31]



[32]



[33]



[34]

[30-32] Figura 30-32: Bairro Pio XII e bairro de Contumil, Menos é Mais arquitetos

[33-34] Figura 33-34: Bairro do Falcão, intervenção no espaço público, Calapez arquitetos, 2020

Em síntese, a análise das intervenções feitas nos bairros do *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* permite compreender um crescente investimento na requalificação do edificado, mas também nos espaços públicos circundantes ao bairro, possibilitando-nos a identificação das principais oportunidades e desafios que ainda podemos encontrar nestes espaços.

As intervenções ao nível do espaço público são muito benéficas para os habitantes e utilizadores dos espaços circundantes aos bairros, pois enaltecem a integração do edificado no espaço público e permitem uma melhor ligação entre o espaço urbano do bairro e a cidade circundante. Desta forma, prevalece a reorganização dos traçados interiores e a necessidade de acessos acessíveis e requalificando os espaços verdes e de lazer dos bairros, conferindo-lhes mais valor e melhores condições.

Um dos desafios que permanece por abordar é o reconhecimento da perspetiva dos habitantes como um indicador de qualidade arquitetónica. À semelhança do projeto URBiNAT, que preconizou a inclusão ativa da população no co-desenho dos espaços de conectividade entre bairros, defende-se que as intervenções no espaço público, devem integrar a auscultação dos moradores e utilizadores. Esta premissa é fundamental para garantir que o desenho urbano responda, de forma efetiva, às reais necessidades e dinâmicas da comunidade.

> "Adicionalmente, a experiência do usuário deve ser reconhecida no desenvolvimento de estratégias de intervenção futuras para melhorar o conforto doméstico e, assim, promover um envolvimento efetivo da população na manutenção da habitação."[62]

Poder-se-á, assim, inferir que, entre 1956 e 2024, no Porto, evidencia-se um processo contínuo de transformação urbana em que a habitação social teve um papel central não apenas na resolução das carências habitacionais, mas também na redefinição do espaço público. Dos bairros do Plano de Melhoramentos às grandes reabilitações promovidas pela Domus Social, compreende-se que, resolvidas as necessidades do edificado numa primeira fase, o espaço público emergiu como elemento de coesão e integração, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais que moldaram a cidade.

[62] Rocha, L. (2019). Intervenções contemporâneas em edifícios de habitação plurifamiliar subsidiados pelo Estado: o Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto enquanto laboratório. In FAUP (Ed.), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação.* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). P.195

3. O caso do bairro do Falcão

O presente capítulo dedica-se à análise do bairro do Falcão, assumindo-o como o caso de estudo do presente trabalho. Visa-se dissecar as relações estabelecidas entre a forma urbana e a vida coletiva, que nela se inscreve. Para o efeito, desenha-se uma abordagem metodológica tripartida que recusa a leitura do bairro como um elemento isolado, entendendo-o antes como um sistema vivo e interdependente, onde a dimensão espacial e a componente humana se correlacionam.

A análise inicia-se com um enquadramento do conjunto habitacional na cidade. Examina-se o território onde este se implanta, compreendendo as suas relações de conectividade com o tecido envolvente e a maneira como este se relaciona com a malha da cidade do Porto. Paralelamente, resgata-se a evolução histórica do edificado, compreendendo as premissas projetuais originais e as transformações físicas que consolidaram a sua imagem atual.

De seguida, a escala de análise converge para a dimensão humana, caracterizando o perfil dos residentes[63]. Esta secção quantifica e qualifica a composição dos agregados familiares, as faixas etárias dominantes e as vulnerabilidades ou potências sociais que caracterizam a freguesia de Campanhã. Esta leitura sociodemográfica é fundamental, pois são estas valências que ditam as reais necessidades, ritmos e expectativas de uso do espaço partilhado.

Por fim, cruza-se a matriz física com a social através de uma análise do espaço público, aplicando a metodologia previamente definida — espaços de exercitar, estar, cuidar e circular. Analisa-se os elementos formais que compõe o espaço público e as suas funções, juntamente com indicadores críticos de desempenho, confrontando o desenho do espaço com a apropriação quotidiana da comunidade.

Esta leitura cruzada garante que o bairro do Falcão seja analisado não apenas como um objeto arquitetónico, mas sim como um ecossistema construído para e pelas interações sociais. Procura-se compreender se a arquitetura do bairro atua como um catalisador da comunidade ou como um elemento de constrangimento espacial.

[63] Importa notar que a análise demográfica se circunscreve à escala da freguesia de Campanhã, devido à ausência de dados dos agregados e específicos relativos ao Bairro do Falcão, os quais foram solicitados à empresa municipal Domus Social, E.M., mas não foram disponibilizados em tempo útil para integrar esta investigação.

3.1. Caracterização do território

Tal como caracterizado no *Local diagnosis report for each frontrunner city* (2019) realizado no âmbito do projeto URBiNAT, a génese urbana do Porto remonta, por razões defensivas e estratégicas, ao Monte da Penaventosa, sobre o rio Douro, a partir do qual a cidade se expandiu progressivamente além do seu núcleo primitivo. Entre a segunda metade do século XVIII e o século XX, a morfologia portuense foi sucessivamente modelada por visões urbanísticas estruturantes. A transição para a modernidade iniciou-se num período "indubitavelmente marcado pela introdução de novos conceitos urbanos iluministas, como a regularidade urbana, a introdução de novos programas, novas correntes estilísticas, a sistematização de elementos arquitetónicos e estéticos e o sistema construtivo. Estas novas ideias foram implementadas por João de Almada e Melo, (…), que criou a *Junta de Obras Públicas* em 1763 (…)"[64]

No século XIX, em resposta às instabilidades políticas e às crescentes pressões de salubridade, o *Plano de Melhoramentos* de 1881, de José Augusto Corrêa de Barros, estabeleceu as bases para uma estruturação global e em 1932, o *Prólogo ao Plano da Cidade*, de Ezequiel Campos, confrontado com o crescimento demográfico, propôs "um maior número de ligações na cidade, no contexto da sua estrutura concêntrica, transpondo os limites da cidade para os municípios periféricos"[65], antevendo a expansão e privilegiando a zona ocidental. Esta malha heterogénea foi consolidada pelo *Plano Regulador* de Antão de Almeida Garrett (1947–1956), cujas "propostas consolidaram a morfologia e as funções urbanas com coerência e repercussão na qualidade de vida das populações."[66] A este sucederam-se o *Plano Diretor* de Robert Auzelle (1962), que definiu as funções vitais da cidade, e o *Plano Geral de Urbanização* de Duarte Castel-Branco (1987), que introduziu a divisão em unidades de planeamento com parâmetros volumétricos rigorosos.

Atualmente dividido em sete freguesias, é no extremo este do concelho do Porto que se localiza Campanhã, um território morfologicamente diversificado que reflete de forma evidente este percurso histórico. Como aponta a literatura, a sua estrutura urbana atual configura "o reflexo do seu percurso histórico, resultando de uma fusão de áreas residenciais e industriais em articulação com os vestígios de antigas quintas e terrenos agrícolas."[67]

Se, até ao século XVIII, Campanhã mantinha um carácter marcadamente rural e agrícola, sustentado pela fertilidade das linhas de água dos rios Tinto e Torto, o século XIX e a Revolução Industrial ditaram a sua conversão numa

[64] *Local diagnosis report for each frontrunner city.* (2019). P.101

[65] Ibid.P.103

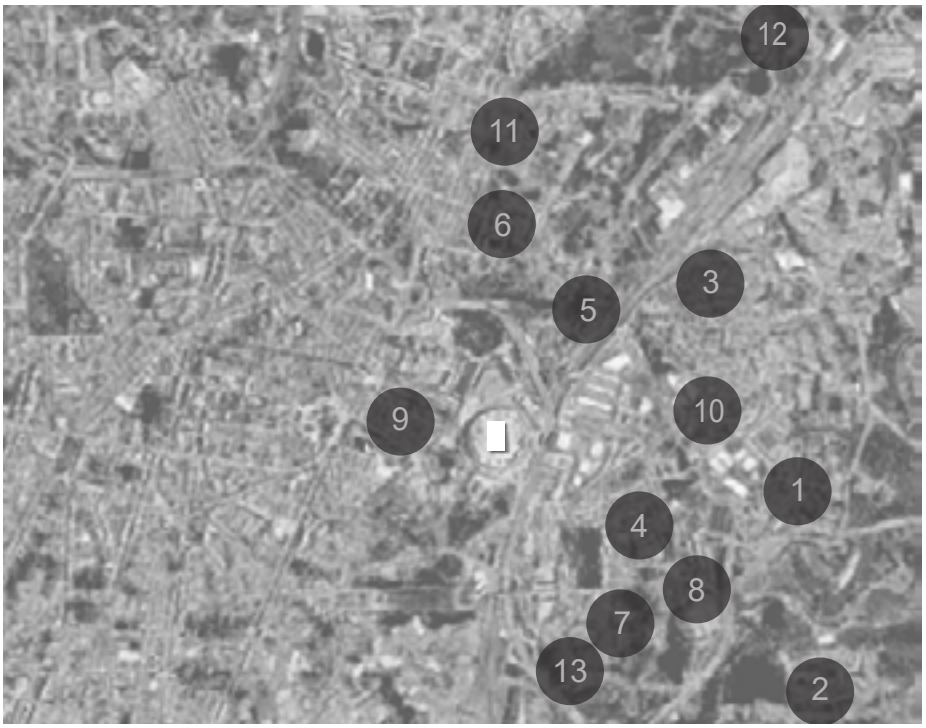
[66] Ibid. P.103

[67] Ibid.P.105

periferia operária. A inauguração da Ponte Maria Pia (1877) e da Estação de Caminhos de Ferro de Campanhã transformaram a freguesia no principal nó de articulação entre o Porto e o sul do país, atraindo indústrias e infraestruturas pesadas.

Contudo, esta rápida infraestruturação gerou uma forte descontinuidade espacial, demonstrando-se numa "fragmentação física consequente da Via de Cintura Interna, Estrada da Circunvalação, caminho de ferro norte/ sul (…) e o percurso natural do rio Tinto e Torto (…) revelam-se barreiras à natural continuidade urbana, quer dentro da própria freguesia, quer na relação ao centro da cidade do Porto."[68]

É precisamente neste contexto de isolamento relativo e disponibilidade de solo que Campanhã se converteu no principal polo de habitação social do município. Atualmente, a freguesia concentra o maior volume de fogos habitacionais sob gestão pública da cidade, perfazendo um total de 3.605 fogos: o bairro do Cerco do Porto, com 892 fogos [1]; o Lagarteiro, com 446 fogos [2]; São Roque da Lameira, 435 fogos [3]; o Falcão, 397 fogos [4]; o Eng. Machado e Vaz, 272 fogos [5]; Contumil, 254 fogos [6]; Monte da Bela, 236 fogos [7]; o Agrupamento habitacional do Falcão, com 165 fogos [8]; o bairro das Antas, com 156 fogos [9]; o Ilhéu, com 128 fogos [10]; o bairro Pio XII, com 124 fogos [11]; São João de Deus, com 82 fogos [12] e, por fim, São Vicente de Paulo, com 18 fogos [13].[69]



[15] Quadro 15: Mapa dos bairros da freguesia de Campanhã

[68] Costa, P. A. (2021). *(Re) Habilitar_ O bairro do Cerco* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.73

[69] Social, D. *Caracterização Socioeconómica e Demográfica / Brigadas e Pedidos de Intervenção.* https://www.domussocial.pt/bairros/caracterizacao-socioeconomica-e-demografica-brigadas-e-pedidos-de-intervencao

Com este enquadramento, interessa analisar mais detalhadamente, o bairro do Falcão e a sua tranformação ali à contemporaneidade. Segundo analisado por Rocha e Póvoas (2023), a primeira fase de construção[70] deste conjunto foi desenhada em 1973, pelo arquiteto Rui Paixão, e contou com a construção de 9 blocos, de 4 pisos, organizados segundo um sistema de acessos verticais, compostos por núcleos de escadas. Posteriormente, em 1981, numa ampliação feita pelo arquiteto Florêncio de Carvalho, foram construídos mais 5 blocos, totalizando 15 blocos habitacionais.

> "O desenho urbano do conjunto assenta na implantação de edifícios residenciais com áreas verdes adjacentes e na articulação de um sistema de percursos pedonais e viários com a estrutura urbana existente. Este bairro revela influências dos princípios da Carta de Atenas com uma particular adaptação ao terreno e circunstâncias locais."[71]

A linguagem arquitetónica da primeira fase de construção, caracteriza-se pela combinação de materiais, com alvenarias de granito, tijolo cerâmico e betão aparente. "A composição volumétrica do conjunto revela também a flexibilidade do sistema construtivo e o processo de experimentação do desenho arquitetónico aliada a um investimento em materiais de significativa resistência e durabilidade."[72]

A sua estrutura conta com um sistema porticado, de pilares e vigas, assentes sobre sapatas isoladas, enquanto os núcleos das caixas de escadas integram paredes de alvenaria de pedra, apoiados em lajes de betão e sapatas contínuas.

> "As caixilharias em madeira com vidro simples apresentam sistema de abertura em guilhotina (quartos) ou batente (varandas e instalações sanitárias). As coberturas em telha cerâmica, sem subtelha, assentam numa estrutura em vigotas de betão pré-fabricadas pontualmente apoiada em muretes de tijolo."[73]

[70] Esta primeira fase de construção será objeto de análise, mais detalhada, nos capítulos seguintes.

[71] Rocha, L., & Póvoas, R. F. (2023). Bairro do Falcão. Tectonic Series 03. Well-Balanced Energy Housing (WellBEH). https://hdl.handle.net/10216/156156 P.2

[72] Ibid. P.2

[73] Ibid. P.2



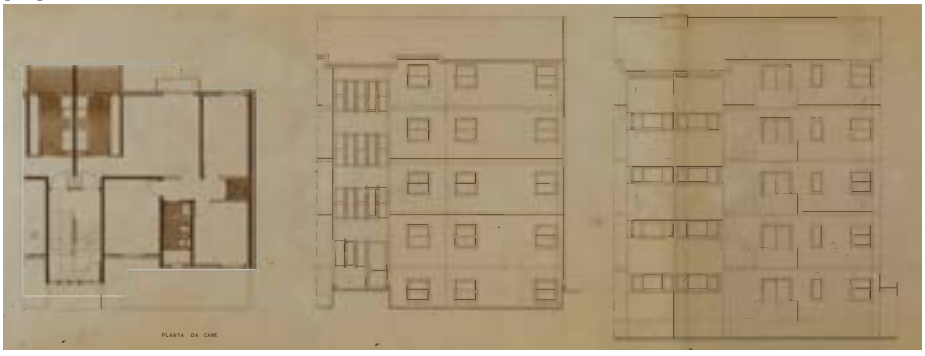
[35]



[36]



[37]



[38]

[35-36] Figura 35-36: Desenhos do bairro do Falcão, 1ªFase de construção, arquiteto Rui Paixão, 1973

[37-38] Figura 37-38: Desenhos do bairro do Falcão, 2ªFase de construção, arquiteto Florêncio de Carvalho, 1981

Posteriormente, o bairro do Falcão foi alvo de diversas requalificações[74] ao longo dos anos. Entre julho de 2017 e março de 2018 foram reabilitados os blocos 1 a 9, projeto da autoria de Castro Calapez arquitetos, intervenção que previa a reabilitação do envelope dos edifícios, contando com a instalação de um sistema energético de painéis solares nas coberturas. Já entre dezembro de 2019 e junho de 2022 foram intervencionados os blocos 10 a 15, pelo gabinete CPrata arquitetos e, mantendo-se como objetivo, a requalificação do envelope exterior.

Por fim, foi requalificado o espaço público referente aos blocos 1 a 9, pelo gabinete Calapez arquitetos, intervenção iniciada em novembro de 2024, com a duração de um ano.

> "A intervenção compreende o redesenho urbano e paisagístico do bairro para a melhoria da circulação e organização da mobilidade, respeitando as regulamentações e padrões de habitabilidade atuais (ex: segurança contra incêndios, acessibilidade, estacionamento). As redes e sistemas de infraestruturas — gás, águas residuais domésticas, águas pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública — serão, consequentemente, reformuladas ou criadas de raiz."[75]

Encontra-se, ainda, em fase de projeto a requalificação do espaço público dos blocos 10 a 15, sem que haja ainda previsão para o início das obras.

[74] Informações fornecidas pelo gabinete de Estudos e Planeamento, da Domus Social, EM.

[75] *Local diagnosis report for each frontrunner city.* (2019). P.98-99



[39]



[40]



[41]

[39] Figura 39: Fotografia do bairro do Falcão, 1ªFase, Calapez arquitetos

[40] Figura 40: Fotografia do bairro do Falcão, 2ªFase, CPrata arquitetos

[41] Figura 41: Planta do bairro do Falcão, intervenção urbana, 2024

3.2. Análise sociodemográfica

O município do Porto tem enfrentado um complexo processo de mutação demográfica nas últimas décadas, caracterizado por um declínio populacional acentuado que, embora mitigado na última década, continua a revelar profundas fragilidades estruturais. Entre 1991 e 2011, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE)[76], a redução da população residente do município foi de 21%, um decréscimo significativamente superior ao registado na Área Metropolitana do Porto (AMP) e no próprio contexto nacional, evidenciando uma perda de centralidade residencial a favor das periferias. Em 2011, a população residente fixava-se em 237.591 indivíduos, valor que continuou a decrescer, embora a um ritmo mais lento, para 231.828 residentes em 2021.

Esta perda contínua de vitalidade demográfica reflete-se diretamente na densidade populacional, que baixou de 5.734,76 hab./km² para aproximadamente 5.596,33 hab./km² em 2021, cenário alimentado pela persistência de taxas migratórias historicamente negativas e saldos naturais desfavoráveis, dinâmicas típicas de um centro urbano consolidado em processo de envelhecimento.

O traço identitário mais marcante da demografia portuense contemporânea é o envelhecimento acentuado do seu tecido social. O índice de envelhecimento escalou de 194,10 em 2011 para 227,77 em 2021, fixando a proporção de idosos (65 ou mais anos) em 25,97% da população total, face a uma diminuição preocupante da população jovem (0-14 anos) para 11,40%. Este desequilíbrio geracional severo compromete a capacidade de renovação da população ativa e agrava os índices de dependência total.

> “Em 2011, o número total de grupos vulneráveis identificados na área (população com pelo menos uma dificuldade) era de 42 575. Consequentemente, este decréscimo de jovens em idade ativa impossibilitou a renovação adequada da população ativa no Município, aumentando os níveis de dependência total (6 pontos percentuais entre 2001 e 2011).”[77]

De acordo com o *Local diagnosis report for each frontrunner city* (2019), e no que concerne às estruturas familiares, assiste-se a uma crescente atomização e divisão dos agregados domésticos. As famílias unipessoais representavam já um terço do total de alojamentos na zona do Porto, tanto em 2011 como em 2021, refletindo não só o isolamento dos idosos, mas também novas dinâmicas sociológicas urbanas. Paralelamente, “entre estas, o número

[76] Instituto Nacional de Estatística. (2021). Censos 2021. https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt

[77] *Local diagnosis report for each frontrunner city.* (2019). P.157
Os dados censitários nacionais apresentados neste relatório correspondem ao último recenseamento disponível à data da sua elaboração (Censos 2011), contrastando com a utilização de dados municipais mais recentes.

de famílias monoparentais também tem vindo a aumentar, representando 22% de todas as famílias em 2011, com a monoparentalidade feminina como tendência dominante (88%).”[78] Esta configuração familiar é particularmente relevante, pois os agregados monoparentais femininos estão historicamente mais expostos a fenómenos de vulnerabilidade económica e habitacional.

Assim, de acordo com o INE, e quando esta escala de análise converge para a freguesia de Campanhã, os indicadores não só confirmam as tendências municipais, como acentuam as assimetrias sócio espaciais que dividem a cidade do Porto, posicionando a zona oriental num plano de maior vulnerabilidade. Em 2021, Campanhã registava 29.666 residentes, dos quais 13.705 eram do sexo masculino e 15.961 eram do sexo feminino. Este contingente representa um decréscimo populacional de 9,2% em relação a 2011, revelando um ritmo de esvaziamento demográfico substancialmente superior à média do próprio município.

A estrutura etária da freguesia replica e agrava o padrão de envelhecimento do concelho, registando 8.076 residentes com 65 ou mais anos, face a uma população em idade ativa (25-64 anos) de 15.114 pessoas. Contudo, segundo o *Local diagnosis report for each frontrunner city* (2019) o território de Campanhã está longe de ser homogéneo. Pelo contrário, “quanto à estrutura da população residente, esta apresenta um elevado grau de variabilidade, com população muito jovem em algumas zonas, como no Cerco do Porto e Ilhéu, e uma população envelhecida no Falcão e Monte da Bela. No Cerco, especificamente, 22% dos residentes têm menos de 20 anos e 18% têm 65 ou mais anos. Ali, a percentagem de famílias isoladas é de 27,3% e a de famílias monoparentais femininas de 20,4%.”[79] Esta fragmentação interna demonstra que Campanhã coabita com realidades micro geográficas distintas, como bolsas de exclusão, marcadas pela juventude e cariz monoparental, e outras marcadas pelo isolamento e envelhecimento demográfico.

Por fim, o perfil socioeconómico de Campanhã é historicamente condicionado por vulnerabilidades estruturais ao nível da escolaridade e qualificação do capital humano, embora os dados recentes do INE apontem para uma lenta trajetória de progressão. O analfabetismo na freguesia recuou de 4,6% em 2011 para 3,21% em 2021, afetando, ainda assim, um valor absoluto expressivo de 880 pessoas. No entanto, desnível no acesso ao ensino superior permanece evidente quando comparado com a escala municipal.

[78] *Local diagnosis report for each frontrunner city.* (2019). P.158

[79] Ibid. P.158-159

Enquanto o município do Porto registou um salto assinalável de diplomados, atingindo 58,39% de residentes com o ensino superior completo em 2021, em Campanhã esta percentagem fixa-se em apenas 33,47%. Esta assimetria traduz-se no facto de que, "relativamente à população com ensino superior, na freguesia de Campanhã apenas 11% das famílias residentes (em 2011) possuem tal grau (o valor mais baixo, quando comparado com outras freguesias e com o nível da cidade), sendo esta uma das grandes vulnerabilidades desta zona. Em termos de equipamentos escolares, na freguesia de Campanhã o número de escolas é inferior quando comparado com todas as outras freguesias do Porto, com um total de 18 escolas."[80] O défice de equipamentos escolares e as baixas qualificações perpetuam ciclos de exclusão económica e condicionam a mobilidade social da população local.

A análise integrada dos dados demográficos e socioeconómicos, ao afunilar para a realidade do bairro do Falcão, permite retirar conclusões sobre a relação entre o perfil dos habitantes e o espaço urbano construído. O seu tecido social é marcado pela presença maioritária de idosos e, possivelmente, por uma percentagem significativa de famílias unipessoais. Esta especificidade demográfica dita uma necessidade de readaptação do espaço público e dotação de equipamentos no bairro. Para uma população envelhecida e com menor nível de escolaridade e, por conseguinte, frequentemente associada a reformas mais baixas e menor mobilidade, o espaço público imediatamente contíguo à habitação assume um papel vital. O bairro do Falcão não pode ser pensado apenas sob a ótica do desenho arquitetónico abstrato, a sua configuração espacial condiciona diretamente a qualidade de vida e a inclusão social desta população vulnerável.

Em suma, a análise arquitetónica do bairro deve, por isso, responder diretamente a este diagnóstico sociodemográfico, isto é, o desenho do espaço público deve atuar como um mecanismo de compensação social, transformando o ambiente edificado num suporte ativo para uma comunidade envelhecida e vulnerável que depende da escala do bairro para a sua vivência quotidiana.

[80] *Local diagnosis report for each frontrunner city.* (2019). P.160

3.3. Análise do espaço público

A análise do espaço público, num contexto de habitação social, como o bairro do Falcão, exige uma análise e uma compreensão que não se limite ao desenho urbano, pois "estar no espaço público é a forma mais imediata de estabelecer contato com outras pessoas."[81]

É, a partir, do espaço público que se torna possível definir uma fronteira entre um sentimento de isolamento e de comunidade. No entanto, esta transição entre o domínio privado e o domínio público, nem sempre é simples, dependendo, muitas das vezes, do sentimento de conforto e segurança que cada pessoa presente ao estar no exterior.

Desta forma, percebe-se como a falta de qualidade e de conforto do espaço público podem influenciar a presença das pessoas e a sua utilização. Se a arquitetura não oferece condições de segurança, acessibilidade e versatilidade, os espaços deixam de ser palco para interações sociais.

> "Idealmente o objetivo seria transpor o conforto ligado ao espaço privado para o espaço público – a ideia de trazer a vida doméstica para o espaço público - e conjugá-los com espaços de transição equilibrados. O espaço público e o espaço de transição vão garantindo valor um ao outro. O desenrolar de cenas nos espaços de transição são os primeiros elementos que fazem as pessoas terem vontade de abandonar a casa e estenderem as suas convivências para as ruas."[82]

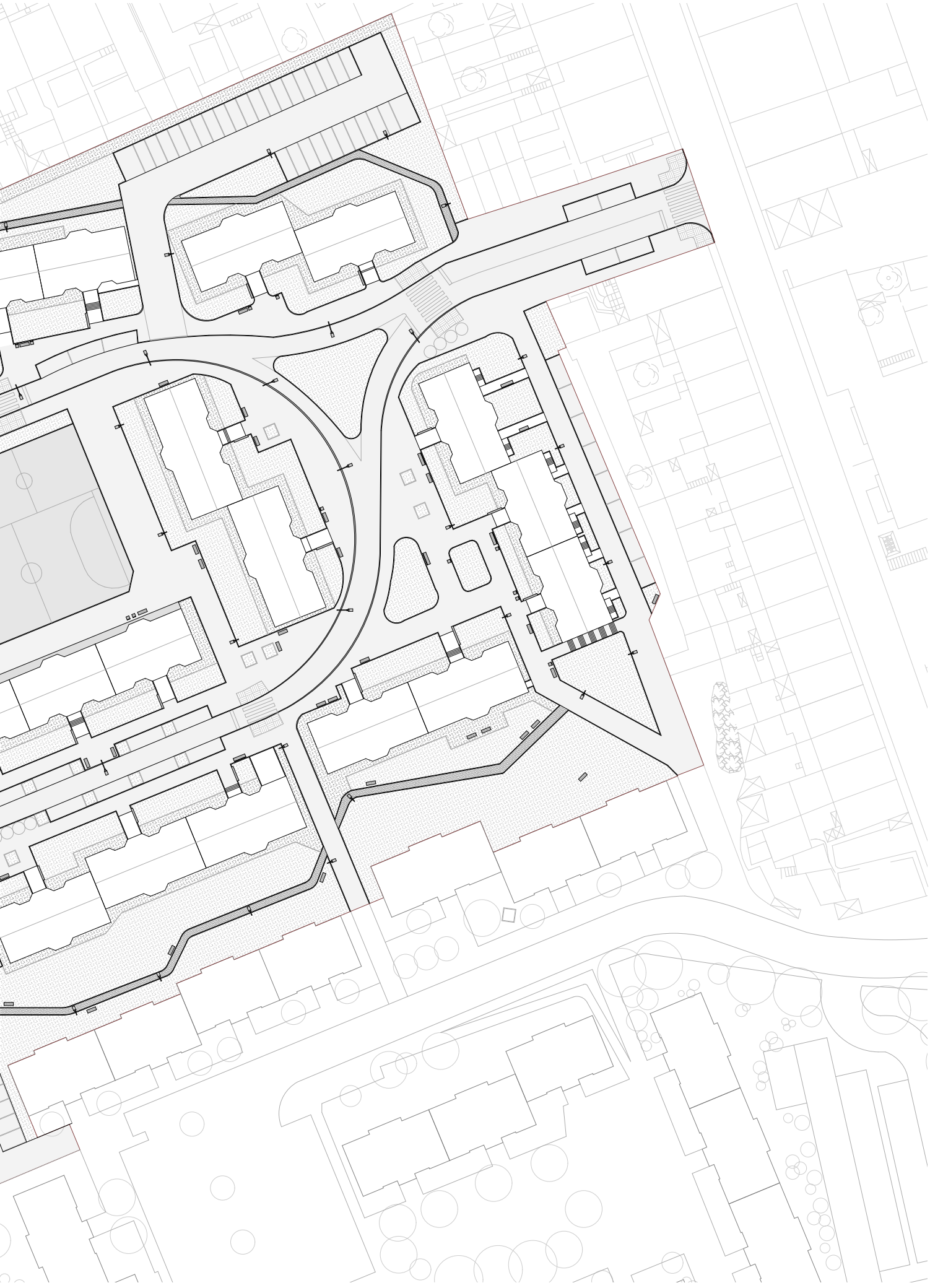
Assim, procura-se entender se a morfologia do espaço público do bairro promove a humanização da arquitetura e cumpre o seu papel como meio impulsionador de interações sociais.

[81] Bordin, I. (2021). *Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.81

[82] Conceição, A. R. F. (2023). C*rescer no Bairro do Cerco do Porto: Uma proposta de redesenho do espaço público*. P.66



Planta de cobertura 1:750



3.3.1. Definição funcional dos espaços

A cidade define-se pela relação estabelecida entre os espaços edificados e os não edificados, estabelecendo-se uma distinção entre edifício e espaço público. Assim, com enfoque no estudo do espaço público, vão ser definidos quatro dimensões de análise diferentes, os espaços de exercitar, os espaços de estar, os espaços de cuidar e os espaços de circular.

Desta forma, e de modo a ser possível melhor caracterizar o espaço público e os espaços anteriormente definidos, procede-se à sistematização dos elementos que compõe os mesmos.

. Espaços de transição

Espaços que conectam o domínio privado (o edificado) e o domínio público (o espaço público). Relacionam-se de forma direta com o edifício, podendo ter a forma de galerias, caixas de escadas e varandas.

. Rede viária

Conjunto de infraestruturas destinadas primordialmente à circulação de veículos motorizados. Esta estrutura abrange todo o edificado, permitindo acesso direto a todos os blocos.

. Estacionamento de transporte privado

Zonas de paragens e permanência de veículos. Maior parte das vezes estão diretamente conectados à rede viária, sendo a partir desta que são criados os espaços de estacionamento.

. Praças, largos e passeios

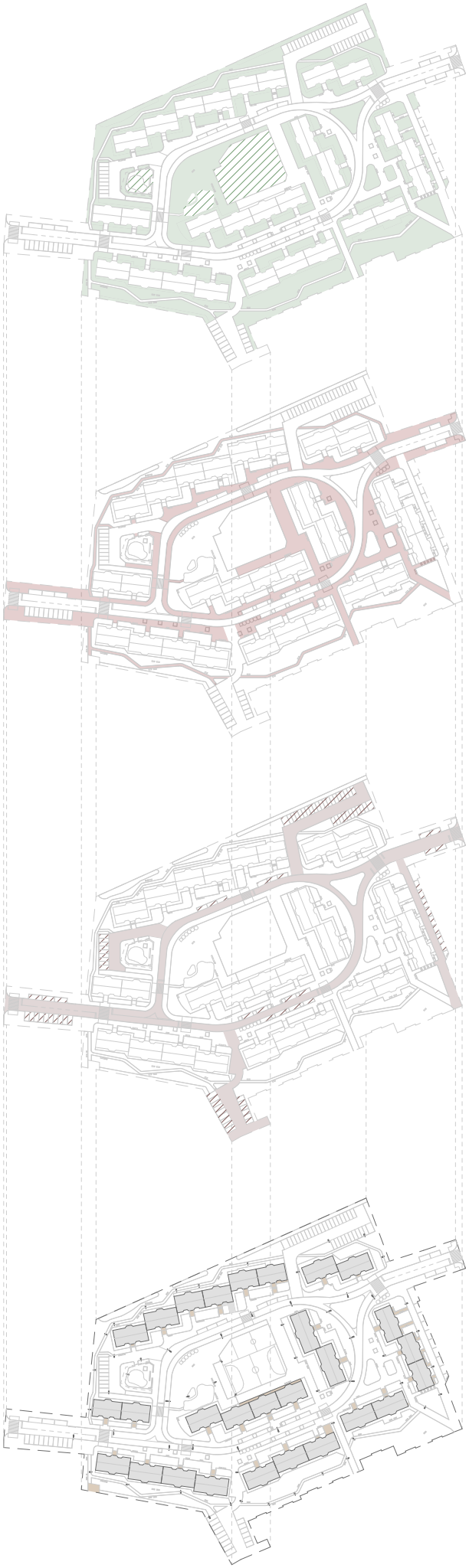
Espaços de carácter predominantemente pedonal. Os passeios são os canais adjacentes à rede viária que garantem o percurso do peão. Estes elementos acompanham a rede viária e também definem trajetos de circulação nas costas do edificado, são zonas de circulação maioritariamente pedonal, que ligam todo o edificado.

"As Praças e Largos, como elementos de forte centralidade onde convergem ruas, paragens de transporte, trajetos pedonais e outros, são lugares de forte centralidade, variando segundo a dimensão".[83]

. Espaços verdes de recreio e lazer

Áreas programadas para o ócio, jogo e contacto com a natureza. Podem variar entre parques infantis vedados e jardins abertos. Estas zonas podem ser distinguidas entre espaços verdes impermeáveis e permeáveis. As zonas impermeáveis situam-se no centro do bairro, compreendendo espaços de atividade física que contem com mobiliário urbano.

[83] Fernandes, A. C. T. D. (2012). *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos* FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. P.114



Rede Viária

Praças, largos e passeios

Estacionamento de transporte privado

Espaços verdes de recreio e lazer permeáveis

Espaços verdes de recreio e lazer impermeáveis

Espaços de transição

Axonometria explodida dos elementos que compõem o espaço público do bairro do Falcão

As zonas verdes permeáveis circundam todos o edificado, mas insinuam-se de forma mais forte na parte de trás do edificado, marcada por uma mancha verde.

> "Estes espaços apresentam valências distintas, mas, simultaneamente, urbanisticamente complementares que são vitais na prossecução do projeto urbano que garanta uma convivência urbana salubre através da criação de espaços urbanos agradáveis e sustentáveis que transmitam a noção de bem-estar físico, visual e psicológico, isto é, que se afirmem qualitativamente pela sua singularidade."[84]

Desta forma, é possível perceber como estes espaços se organizam formalmente e definem o espaço público do bairro.

É preciso compreender como a vida no espaço público engloba todo o tipo de atividades, desde pequenas deslocações, a breves pausas, a encontros, exercício físico ou até jogos infantis, sendo um conceito que deve estar sempre presente aquando do desenho destes espaços.

> "Quando o planeamento ambiciona mais do que garantir que as pessoas possam caminhar ou andar de bicicleta nas cidades, o foco expande-se da mera provisão de espaço suficiente para a circulação para o desafio, muito mais relevante, de permitir o contacto direto dos indivíduos com a sociedade que os rodeia. Por conseguinte, isto implica que o espaço público deve ser vivo, sendo usufruído por diversos grupos de pessoas."[85]

É necessário refletir sobre o utilizador do espaço, pois os mais jovens e os mais idosos apresentam necessidades e exigências distintas. Por exemplo, as crianças, por norma, não valorizam tanto a materialidade dos objetos ou até a sua proteção contra o tempo, sendo mais flexíveis e adaptáveis face ao que lhes é providenciado. No entanto, os adultos, especialmente os mais velhos, tem muito em atenção o conforto dos espaços que utilizam e também a sua localização, pelo que uma junção destas características deve providenciar um espaço desenhado de forma a contribuir para a sua utilização por todas as faixas etárias.

Assim, analisa-se, de seguida, o espaço público do Falcão tendo em conta espaços de exercitar, estar, cuidar e circular.

[84] Francisco, M. D. (2005). *Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada*. P.7

[85] Gehl, J. (2010). *Cities for people.* IslandPress. P.63



[42]



[43]



[44]



[45]



Rede Viária

Praças, largos e passeios

Estacionamento de transporte privado

Espaços verdes de recreio e lazer permeáveis

Espaços verdes de recreio e lazer impermeáveis

Espaços de transição

Planta de cobertura 1:750



Espaços de exercitar

Os espaços de exercitar são zonas especificamente destinadas à prática de atividades físicas ou lúdicas, configurando espaços recreativos de uso versátil, cujo propósito se molda ao objetivo de cada utilizador. Estas zonas podem beneficiar de mobiliário urbano específico, como balizas, tabelas ou equipamentos, que induzam à prática de desportos coletivos, ou, então, definem-se apenas como zonas propícias a caminhadas e corridas, prescindindo de elementos que as definam de forma rígida.

Para projetar espaços que ganhem vida e sejam efetivamente apropriados pelos habitantes, é fundamental compreender as necessidades dos seus utilizadores. No caso das crianças, a definição espacial pode ser menos rigorosa, uma vez que estes possuem uma maior capacidade de adaptação e apropriação.

> "A criança enche o espaço público, oferece vida também através do som dos risos e dos gritos. Quando há crianças, a rua pode tornar-se num lugar potenciador de movimento, mas para que isso aconteça é necessário começar a pensar nas nossas ruas de maneira diferente. Assim, precisamos de promover as virtudes e os equipamentos que propiciam vitalidade, estabilidade e permanência em segurança."[86]

No entanto, quando o intuito é servir a população mais idosa, o grau de definição e a presença de mobiliário adequado torna-se crucial. Para esta faixa etária, a escassez de elementos de apoio, como bancos, pode constituir fatores de desencorajamento ao uso do mesmo.

[86] Bordin, I. (2021). *Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.83-85



[46]



[47]



[48]

[46] Figura 46: Zaanhof 1948-1950

[47] Figura 47: Zaanhof Playground, stepping stones

[48] Figura 48: Aldo Van Eyck, the secod of the four Grid panelsfor CIAM X , Dubrovnik

No caso do bairro do Falcão, observa-se a presença de quatro espaços distintos. Um deles, no centro do bairro, é um ringue desportivo que conta com a presença de balizas e riscas no chão, definindo um espaço amplo que pode acolher desporto coletivos. Outro é o espaço à esquerda do ringue, numa cota superior, que é definido pela presença de equipamentos de exercício físico, mas sem qualquer tipo de vedação ou proteção. Por fim, na parte mais à esquerda do bairro, apresenta-se vedado e encerrado por bancos, compreendendo mobiliário lúdico mais direcionado aos mais jovens. Considera-se, também a inclusão dos caminhos, traseiras dos edifícios, pois estes indicam um possível circuito que pode ser utilizado para a prática de exercício físico.

> "De forma muito estranha, o direito à natureza (ao campo e natureza pura") entra na prática social desde há alguns anos através do lazer. Esse direito fez o seu caminho através de protestos que se foram tornando banais contra o ruído, a fadiga, o universo "concentracionário" das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode)."[87]

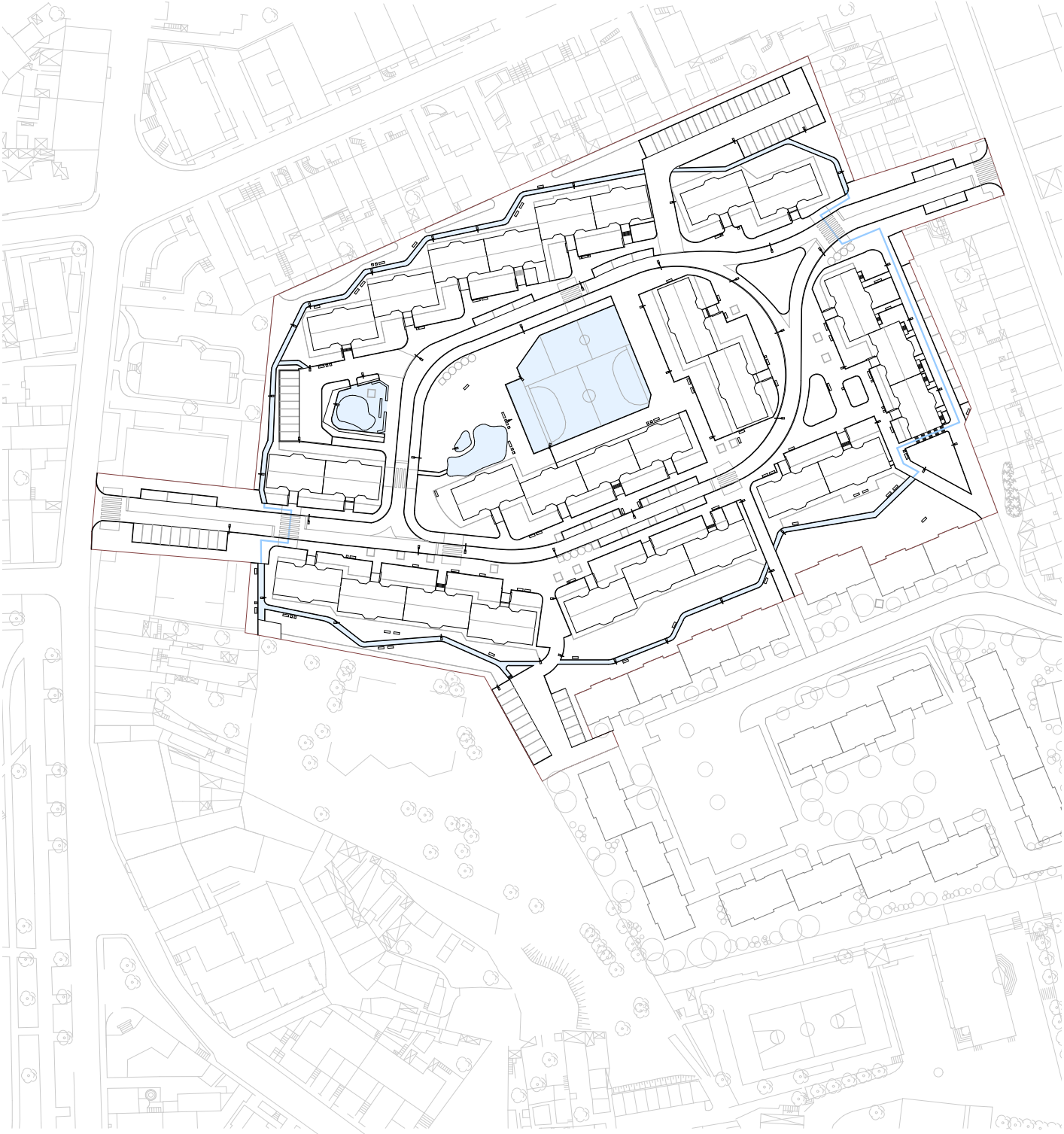
[87] Lefebvre, H. (2000). *O direito à Cidade* (E. e. L. L. Livre, Ed.). P.118



[49]



[50]



Planta de cobertura Espaços de exercitar 1:1500

Espaços de estar

A análise dos espaços de estar é fundamental para compreender como o desenho urbano do bairro promove ou, inibe, a permanência dos seus habitantes no espaço público. No contexto arquitetónico, a existência de espaços de estar, de qualidade, não é apenas uma questão estética, mas a condição para a transição de um espaço de passagem, caracterizado pela transitoriedade, para um espaço de permanência e convívio.

Os espaços de estar configuram-se como lugares de pausa e contemplação, vocacionados para a interação social passiva e o repouso. Diferente das zonas de exercitar, estes espaços dependem da presença de mobiliário urbano, como bancos e mesas, que permitam aos habitantes permanecer no espaço público.

A qualidade destas áreas está intrinsecamente ligada à sua qualidade ambiental, isto é, a procura por um lugar de permanência é ditada por fatores como a orientação solar, a qualidade visual e o fluxo social. Neste sentido, os espaços de estar devem ser espaços vivos, que instiguem no utilizador a vontade de conviver e de habitar no exterior.

> "Permanecer significa ter algo para fazer e para ver no espaço público, e consequentemente, a presença de pessoas num lugar é a manifestação da utilidade e qualidade deste. As pessoas ficam porque querem usufruir daquele momento, daquelas dinâmicas sociais, daquele sítio."[88]

No estudo do espaço público do bairro do Falcão, a análise destes locais revela o grau de hospitalidade do ambiente construído e a sua capacidade de acolher a vida social, nas suas formas mais espontâneas.

[88] Bordin, I. (2021). *Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.83



[51]



[52]



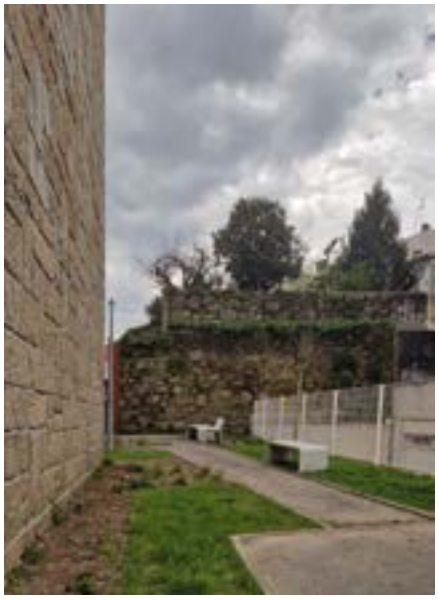
[53]

[51-52] Figura 51-52: Praça Fonte Nova, Hugo Santos Silva e Fernando Guerra
[53] Figura 53: Frank Multari, Setembro, 2017

No bairro do Falcão, estes espaços apresentam-se um pouco por todo o espaço público, permitindo a sua utilização por toda a parte e não só o seu isolamento numa zona específica. O desenho destas zonas garante a presença de bancos, articulada com zonas de cobertura vegetal, garantindo zonas de sombra e proteção térmica, essenciais para a permanência prolongada num espaço. Estes espaços beneficiam também de iluminação artificial, que expandem o tempo útil de utilização do espaço exterior e conferem uma sensação de segurança aos habitantes.

Estes espaços, situam-se próximos nas zonas de circulação, muitas das vezes junto ao edificado, funcionando como espaços de ligação, que transformam zonas de passagem em pontos de encontro e permanência.

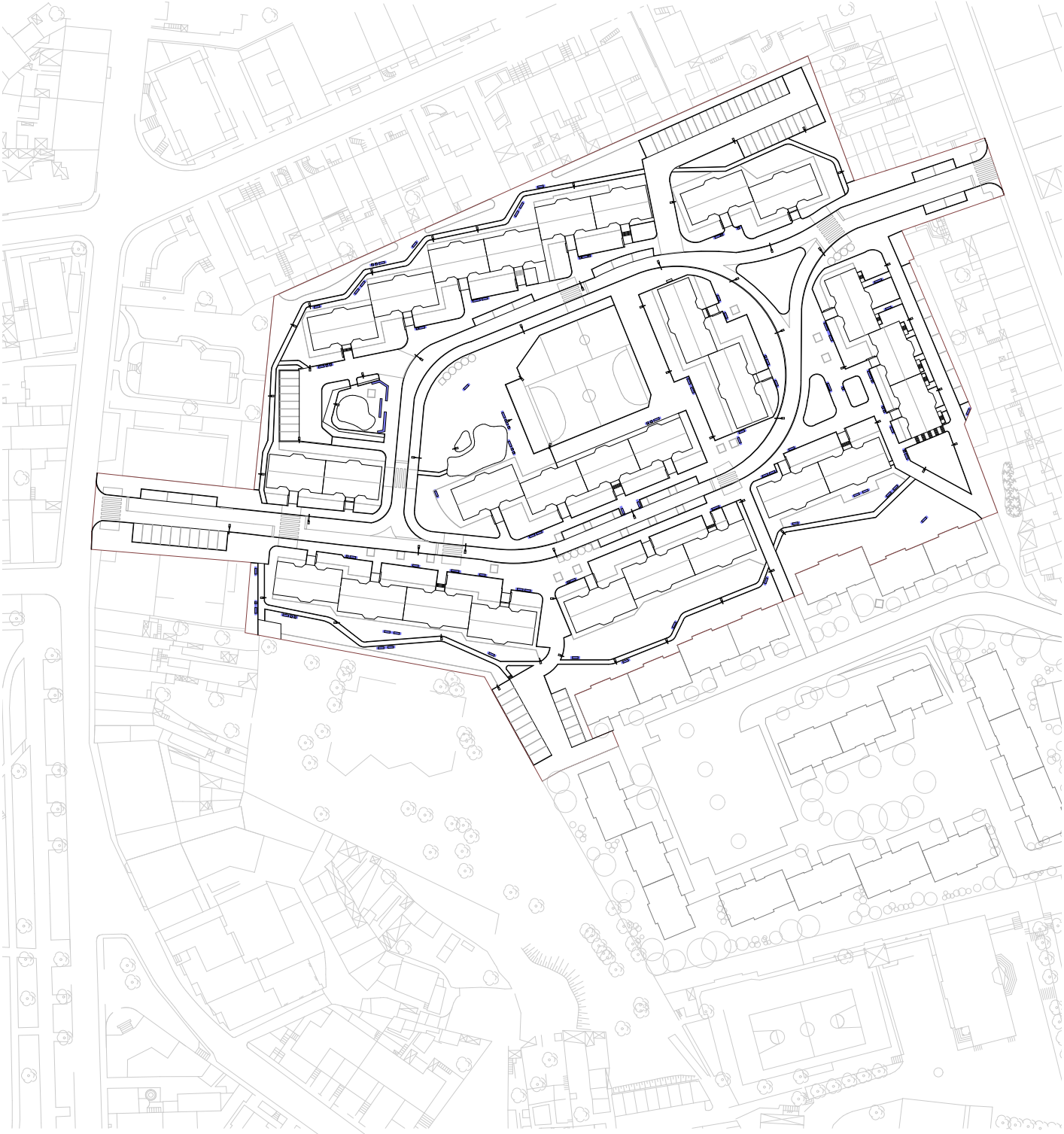
Desta forma, o principal objetivo destes espaços é combater o isolamento, promovendo a permanência e incitando o contacto espontâneo entre os habitantes.



[54]



[55]



Planta de cobertura Espaços de estar 1:1500

Espaços de cuidar

A dimensão do "cuidar" no espaço público prende-se com a capacidade que o desenho urbano tem em promover a segurança física, mas também a monitorização natural entre as pessoas e o sentimento de responsabilidade partilhados sobre o território comum.

> "O espaço exterior à habitação coletiva, aqui entendido como o espaço "entre" a casa e a cidade, é um organismo vivo da cidade dada a capacidade de confrontar elementos distintos e mesmo contraditórios relativos à esfera privada e à esfera pública. A função destes espaços, considerados espaços de transição, é a de articular as partes que compõem o todo de determinado conjunto edificado; no caso concreto dos espaços exteriores da habitação coletiva, a função é a de dar sentido ao conjunto habitacional, articulando dimensões relacionais — público-privado e coletivo-individual — características aos espaços de contacto e ligação: rua (cidade) e casa (bairro)."[89]

Estes espaços estão intrinsecamente ligados à identidade e ao sentimento de pertença que um habitante desenvolve para com a zona onde vive. De modo a qualificar estas zonas, deve ser instigado, no residente, a vontade de proteger e zelar pelo que entende como seu. Assim, a presença de elementos como floreiras ou pequenos jardins, junto ao edificado, aumenta exponencialmente a probabilidade dos moradores de manterem esses espaços cuidados e em bom estado, transformando o espaço público num espaço privado comum.

O conceito de cuidar estende-se também à dimensão da segurança passiva. A possibilidade de os residentes de visualizarem, a partir do interior da sua habitação, o espaço público e as zonas recreativas, onde as crianças brincam, reforça o sentimento de vigilância natural e de proteção comunitária.

> "Bem sabemos que as pessoas têm tendência a proteger ambientes e coisas com que se identificam e, então, é esse sentimento de pertença — segurança, estabilidade, familiaridade, intimidade — que evita a degradação dos espaços existentes e dos espaços criados. Quando as pessoas veem no espaço que habitam um pouco da sua identidade, tendencialmente procuram preservá-lo."[90]

[89] Bessa, A. R. (2010/2011). *O espaço "ENTRE" o bairro e a cidade* FAUP. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto P.15

[90] Conceição, A. R. F. (2023). *Crescer no Bairro do Cerco do Porto: Uma proposta de redesenho do espaço público* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.68



[56]



[57]



[58]

[56] Figura 56: Helen Levitt, Nova York, 1971

[57] Figura 57: Helen Levitt, Nova York, 1972

[58] Figura 58: Helen Levitt, Nova York, 1940

Estruturalmente, os espaços de cuidar, no bairro do Falcão, definem-se pelos pequenos jardins que circundam o edificado e parecem ter uma relação de maior proximidade com o domínio privado. Também a presença de floreiras nas caixas de escadas se define como um espaço de cuidar, pois cada andar, com a exceção do piso térreo, beneficia da presença de floreiras, das quais podem zelar.

> "Se os espaços semiprivados, como os das varandas e das zonas de acesso à habitação têm o potencial de criar confiança entre vizinhos, mesmo que apenas a um nível visual, é no espaço público onde os encontros mais próximos podem ter lugar, onde a experiência de contacto é mais suscetível de evoluir para uma conversa (…)"[91]

Assim, é possível percecionar dois eixos que compõe os espaços de cuidar. Num deles, a presença de superfícies permeáveis junto aos acessos, convidam ao zelo doméstico projetado no exterior. O outro, onde as zonas de transição permitem que o morador se torne um elemento ativo de cuidado do espaço comum.

Desta forma, percebe-se como os espaços de ligação entre o edificado e o espaço público e os espaços semiprivados, como os núcleos de caixas de escadas, são espaços que podem desenvolver ou incitar nas pessoas um sentimento de pertença e de cuidado, face ao que rodeia a sua habitação.

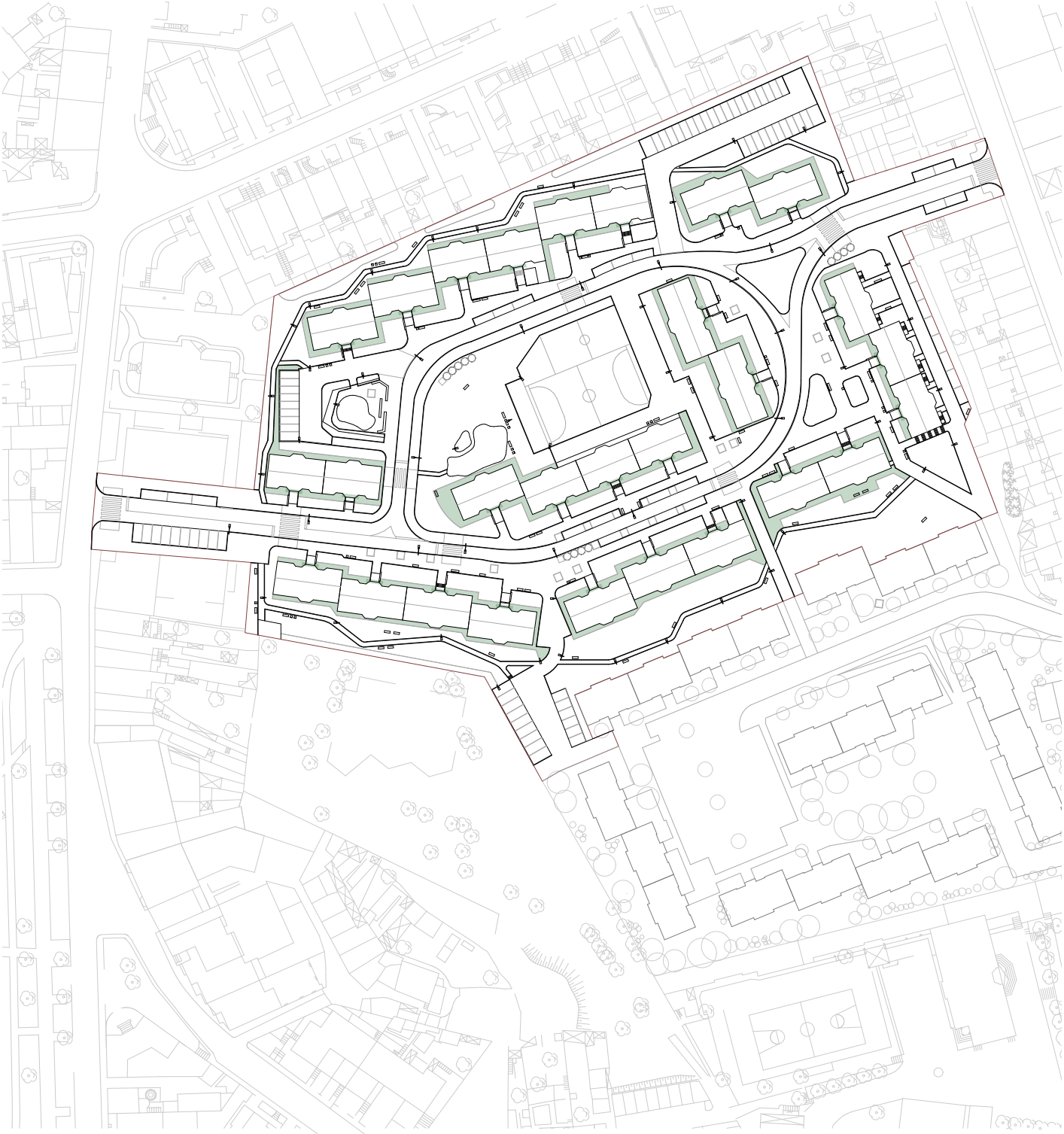


[59]



[60]

91 Bordin, I. (2021). *Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.90



Planta de cobertura Espaços de cuidar 1:1500

Espaços de circular

No que diz respeito aos espaços de circulação, são consideradas as zonas de circulação pedonal, mas também a estrutura viária, atendendo à relação interdependente que estabelecem uma com a outra.

Estes espaços devem garantir a fluidez no interior do bairro, conectando-o entre si e permitindo que os habitantes de qualquer bloco usufruam e acedam às zonas de estar ou exercitar, de forma segura e acessível. É esta rede de circulação que indica o quão isolado ou integrado o bairro está para com o restante do tecido urbano. No entanto, para além de representar uma função de circulação e de fluxo, os acessos desempenham também um papel social.

> "Tendo presente quanto os acessos têm um papel fundamental nos contatos sociais e o quanto as dinâmicas de sociabilidade podem ser propiciadas a partir destes espaços, quanto mais houver a possibilidade de se trazerem para o espaço público pequenas atividades domésticas diárias, mais serão as oportunidades de contato com os vizinhos, favorecendo a confiança entre eles."[92]

A circulação no espaço público não deve ser algo apenas interpretado como uma deslocação, mas sim como um percurso que incentive e contribua para o bem-estar e a comunicação interpessoal.

Relativamente aos espaços de circulação e respetiva malha de acessibilidade, deve considerar-se "o esquema viário e de circulação de peões, quer na expressão formal do espaço, quer nas relações de acesso que estabelece, ou seja, como se hierarquizaram as vias na distribuição da circulação e no acesso às atividades, qual o tipo de rede de acessibilidade que as vias formam entre si, qual a relação que estabelecem com a massa edificada e com os espaços de permanência."[93]

[92] Bordin, I. (2021). *Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto* Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.88

[93] Abrantes, N. P. F. (2016). *A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto* Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP. P.31



[61]



[62]



[63]

[61-63] Figura 61-63: Praça Fonte Nova, Hugo Santos Silva e Fernando Guerra

No bairro do Falcão, a rede de circulação atua como uma união entre a esfera privada do bairro e a esfera pública da cidade. Quando esta ligação é fluida e segura, a circulação transforma-se numa oportunidade de interação social que reforce a identidade comunitária do bairro.

Estas zonas “rasgam” o bairro e permitem o acesso por ambas as frentes de rua. Assim, este bairro torna-se totalmente atravessável, não só de forma pedonal, mas também utilizando veículos. A ligação entre as duas fases do bairro é feita em três zonas distintas, permitindo um fluxo harmonioso entre ambas.

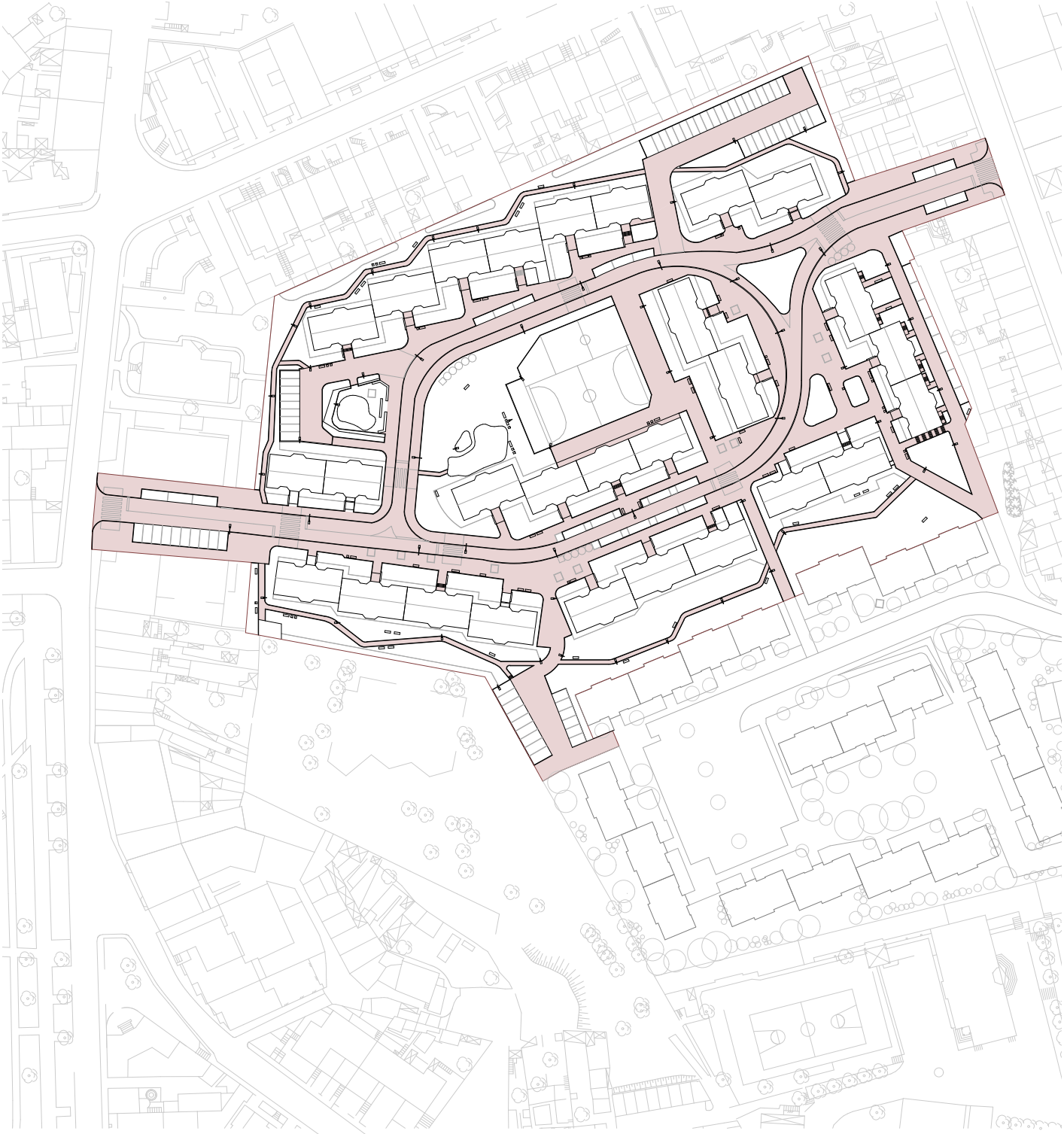
Desta forma, o bairro beneficia de uma estrutura circulável, que torna o espaço público propicio ao uso, não só pelos residentes, mas também por outras pessoas. Assim, a circulação deixa de ser apenas um meio de transporte e torna-se uma ferramenta de apoio à coesão social.



[64]



[65]



Planta de cobertura Espaços de circular 1:1500

3.3.2. Avaliação dos parâmetros de qualidade e desenho

De modo a ser possível analisar estes espaços de forma objetiva e, posteriormente, tendo em conta a opinião dos habitantes do bairro do Falcão, foram definidos três eixos de análise que funcionam como indicadores qualitativos do espaço público — acessibilidade, segurança e versatilidade.

Acessibilidade

O conceito de acessibilidade vai para além da eliminação das barreiras físicas e define-se pela autonomia que o espaço dá aos utilizadores, independentemente da sua idade e/ou condição física.

No contexto topográfico do bairro, a resolução deste parâmetro é relativamente simples, pois o mesmo apresenta um declive reduzido, sendo facilmente resolvido pela inclinação da rua e não necessitando de escadas. No entanto, o acesso ao edificado é muitas das vezes feito por escadas, devido à presença de caves em alguns dos blocos.

Este parâmetro torna-se mais qualificado quanto menor for o número de interrupções feitas ao desenho público; isto é, quanto mais continuidade e fluidez tiver a rede pedonal, mais acessível esta se torna. Para além disto, a legibilidade do espaço é essencial: quanto melhor o utilizador entender a transição entre as zonas de estar e as de circular, mais incentivado o mesmo se sente a utilizar o espaço público.

O desenho de espaços de circular, como passeios, que permitam a circulação, simultânea, de duas pessoas ou de pessoas com carrinhos de bebé ou andarilhos é necessária e é também beneficiada quando estes espaços são acompanhados de bancos ou de espaços de descanso.

Desta forma, o desenho dos espaços, tendo em vista o repouso e o convívio, em diversos pontos ao longo de todo o percurso pedonal, torna os espaços acessíveis e mais apelativos para os habitantes.

Segurança

O conceito de espaços público, na questão da segurança, torna-se um conceito subjetivo e variável consoante a perceção de cada pessoa. É possível analisar este tema segundo a qualidade do desenho e a relação de conectividade que existe entre o edificado e o espaço público.

É essencial a existência de espaços de transição que permitam ao residente estar dentro do seu domínio privado, mas ter contacto com zonas exteriores, como por exemplo varandas, permitindo aos habitantes verem o que se está a passar no espaço público sem terem de estar nele.

Para garantir a segurança de um espaço é também necessário um sistema de iluminação, que permita que a maior parte das zonas estejam iluminadas e que possam ser visíveis de longe. É também importante, ressaltar a necessidade de suprimir a criação de becos mal iluminados, pois são, muitas das vezes, espaços propícios à criação de insegurança.

No entanto, como este bairro beneficia de uma estrutura viária que o atravessa, potencializa-se o volume de pessoas que por ele circula, tornando-o mais movimentado e, muitas das vezes, mais seguro.

Versatilidade

A versatilidade determina a capacidade de um espaço de suportar diversas atividades ao longo do tempo, sem serem necessárias alterações estruturais.

Um desenho urbano deve ser suficientemente aberto de modo a poder ser multifuncional, possibilitando que uma praça, que pode ser um espaço de estar, possa também ser um espaço de exercitar, se os utilizadores assim o quiserem.

Os espaços, de modo a serem versáteis, devem também conseguir acolher diversas pessoas, independentemente da sua idade, tornando a utilização segura e convidativa a todos.

Para que os espaços possam ser versáteis, é necessário que beneficiem de mobiliário urbano, podendo assim adaptar-se mais facilmente a qualquer pessoa que os queira utilizar.



[66]



[67]



[68]



[69]

4. A apropriação e o desenho

De modo a completar o estudo sobre o bairro do Falcão e entender melhor as dinâmicas sociais que se desenrolam neste espaço público, torna-se necessário perceber como este se relaciona com a população e com os seus utilizadores, pelo que se recorreu à aplicação de um questionário com vista a melhor compreender a satisfação dos residentes.

A análise do espaço público estrutura-se segundo quatro eixos orientadores: o espaço público como espaço de exercitar, estar, cuidar e circular. Nestes pontos, serão tidos em conta fatores de acessibilidade, segurança e versatilidade, de modo a estabelecer uma ligação com a análise teórica previamente desenvolvida.

O questionário[94] compreendia uma primeira parte de análise do perfil dos respondentes, caracterizando a idade, o género, a ocupação e o local de residência. Numa segunda parte, pretendia-se entender os hábitos de uso dos espaços, isto é, a frequência de uso, as atividades praticadas bem como a respetiva janela horária, tanto durante a semana, como aos fins de semana. De seguida, um conjunto de questões relativas aos espaços tinha por objetivo mapear o seu uso e estado de conservação. Por fim, numa abordagem mais subjetiva, inquiria-se os transeuntes sobre a perceção da qualidade do bairro, procurando realizar um levantamento dos fatores qualitativos.

Na construção deste inquérito, procurou-se reduzir, tanto quanto possível, o número de perguntas com resposta aberta, privilegiando-se perguntas fechadas, com opções previamente definidas.

Esta opção permitiu uma maior padronização das respostas, facilitando a sua posterior sistematização e análise. Ainda assim, foram incluídas algumas perguntas abertas, de modo a permitir que os inquiridos identificassem aspetos, observações ou questões não previstas inicialmente.

O inquérito foi realizado entre os dias 02 de março e 06 de abril de 2026.[95] As primeiras visitas ao bairro foram realizadas em dias úteis, durante o período da manhã, com maior permanência na zona onde se localiza a sede da Associação Cultural e Desportiva do bairro do Falcão. Após algumas visitas, constatou-se que tanto a sede associativa, como o espaço público do bairro eram pouco frequentados durante o período da manhã, pelo que se passou a realizar as visitas durante o período da tarde.

[94] Apresentado em apêndice [A.1.1. Formulário de questionário]

[95] Apresentado em apêndice [A.1.2. Relatório das visitas de campo]

Apesar de, durante o período da tarde, se ter encontrado um maior número de utilizadores neste espaço, a amostra era ainda bastante reduzida. Por esse motivo, optou-se por diversificar os horários das visitas, estendendo o trabalho de campo para o fim de semana. No entanto, o dia de maior afluência e maior contacto com a população foi a segunda-feira de Páscoa, dia 06 de abril, data em que muitas pessoas não se encontravam a trabalhar e em que as condições climatéricas favoreceram a fruição dos espaços exteriores.

Durante estas visitas ao bairro, as pessoas demonstraram-se sempre disponíveis e recetivas à colaboração. Ao longo das visitas, os residentes foram ganhando maior confiança e passaram a mobilizar outras pessoas para responder ao inquérito, revelando forte sentido de pertença, proximidade e entreajuda com "quem é de lá".

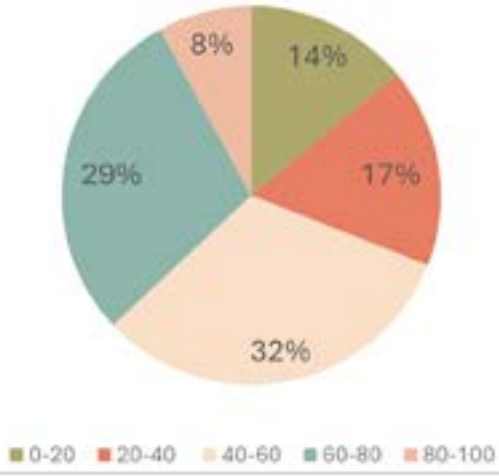
Definiu-se como objetivo a realização de 100 inquéritos, de modo a abranger, pelo menos, 10% da população residente, considerando os 896 habitantes nas duas fases de construção do bairro do Falcão[96]. No entanto, importa notar que a amostra contempla não apenas os moradores, mas também os utilizadores efetivos do espaço público do bairro, uma vez que se pretendia compreender se este era igualmente utilizado por outros residentes da freguesia.

A análise dos dados inicia-se, assim, com a caracterização do perfil dos respondentes, etapa fundamental para compreender a representatividade dos dados.

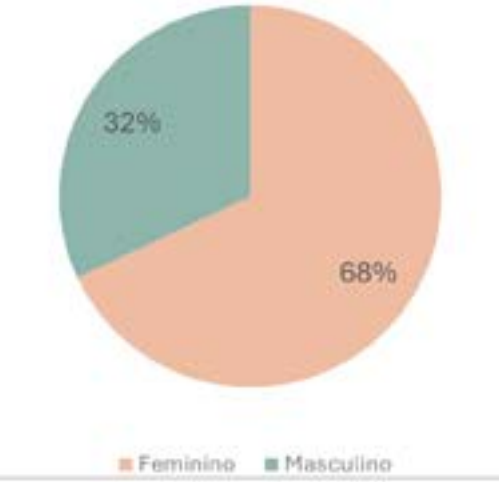
Dos inquiridos, 14% tem menos de 20 anos, 37% tem entre os 60 e 100 anos e, 49% situam-se entre os 20 e os 59 anos, representando a maioria da amostra [Quadro 16]. Observa-se ainda que 68%, dos respondentes são mulheres e 32% são homens, o que evidencia uma amostra marcadamente feminina [Quadro 17]. Estes dados permitem compreender a prevalência da utilização destes espaços por uma população tendencialmente adulta e mais envelhecida, com presença reduzida de jovens.

Das pessoas abordadas, 51% encontram-se empregadas, 4% estão desempregadas, 11% são estudantes, 32% reformadas e os restantes 2% correspondem a crianças de idade muito jovem [Quadro 18]. Estes dados demonstram que, embora mais de metade da amostra ainda esteja inserida no mercado de trabalho, existe uma presença significativa de população

[96] Social, D. (2017). *ARU Corujeira: Fichas de Caracterização dos Bairros Municipais.* Retrieved from https://www.domussocial.pt/ P.3



[16]



[17]



[18]

[16] Quadro 16: Distribuição etária da amostra (%)

[17] Quadro 17: Distribuição dos inquiridos por género (%)

[18] Quadro 18: Distribuição da situação profissional dos inquiridos (%)

reformada, reforçando a perceção de uma população maioritariamente envelhecida.

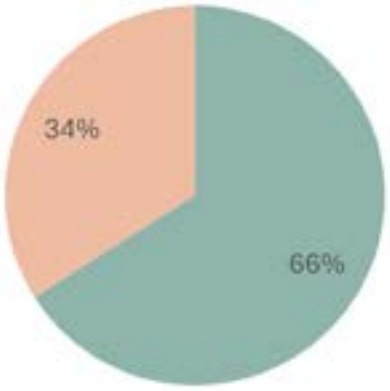
A amostra revelou que 66% dos inquiridos eram residentes no bairro, enquanto os restantes 34% residiam noutras áreas da freguesia de Campanhã [Quadro 19]. Tal como referido anteriormente, muitos dos utilizadores do espaço público do Falcão não habitam no bairro, tendo indicado viver em bairros vizinhos, como o Cerco do Porto, o Lagarteiro e o Monte da Bela. Estes utilizadores afirmaram preferir frequentar este espaço por o considerarem mais calmo e por este oferecer melhores condições de convívio coletivo, nomeadamente devido à presença do café.

Foi igualmente questionada a frequência de utilização do espaço público, tendo-se verificado que 76% dos inquiridos afirmaram utilizá-lo diariamente, o que demonstra um elevado nível de uso dos espaços exteriores. Tornou-se também relevante compreender as motivações associadas a essa utilização, tendo-se apurado que a maioria recorre a estes espaços para caminhar, conviver, ou passear o cão. Observou-se ainda que os utilizadores mais jovens indicaram utilizá-lo não só para convívio, mas também para brincar e praticar desporto [Quadro 20].

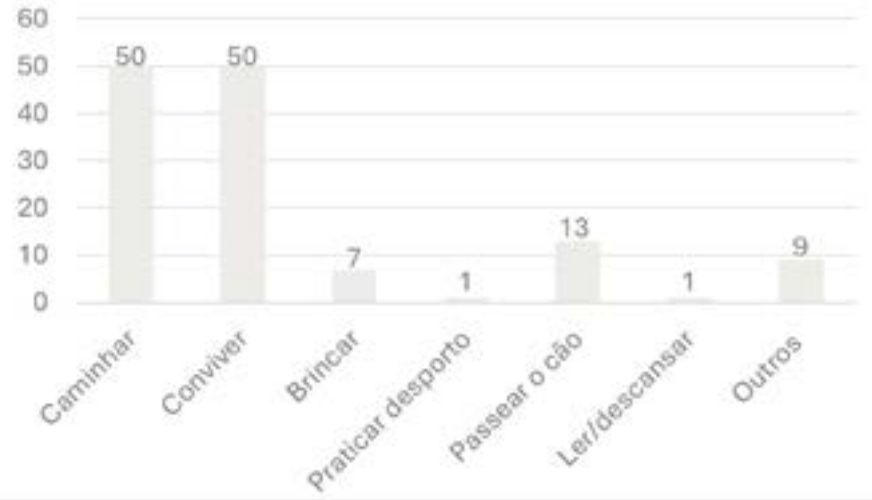
Relativamente à frequência de uso, foi analisada a utilização em dias úteis e ao fim de semana. Em ambos os casos, o período da tarde revelou-se a faixa horária de maior afluência, com 77% e 83% das respostas, respetivamente, seguido do período da manhã, com 32% e 41% [Quadro 21].

Desta forma, em consonância com o mapeamento realizado durante as visitas ao bairro, constatou-se que o espaço é mais utilizado durante o período da tarde. Nos dias úteis, os principais utilizadores são os mais idosos, maioritariamente reformados, enquanto ao fim de semana se verifica uma maior presença de adultos e crianças. Durante as observações, identificou-se também a presença de pessoas não residentes no bairro, que o frequentam para visitar familiares e trazer os seus filhos, contribuindo para um aumento pontual do número de jovens e crianças face à população residente.

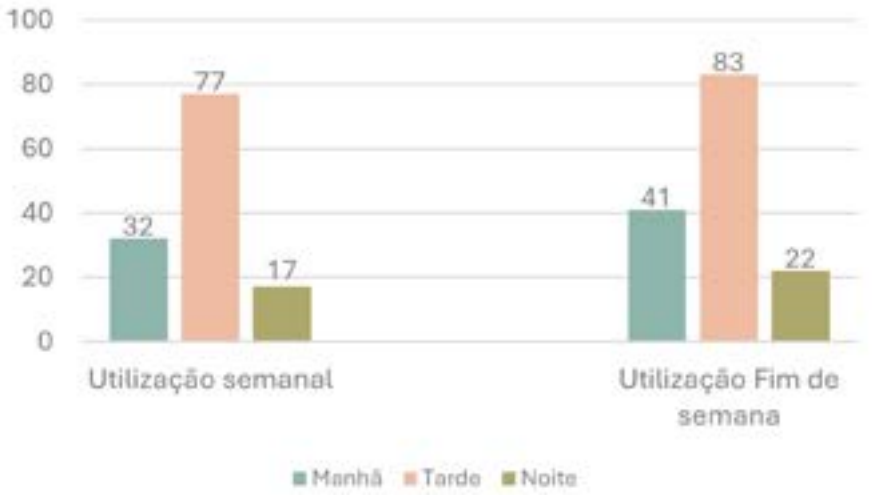
Foi possível perceber que as condições meteorológicas influenciam significativamente a utilização dos espaços exteriores, verificando-se uma maior afluência e permanência nos dias de sol e temperaturas mais elevadas por comparação com dias mais cinzentos.



[19]



[20]



[21]

[19] Quadro 19: Moradores residentes no bairro do Falcão (%)

[20] Quadro 20: Atividades praticadas no espaço público (%)

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta

**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

[21] Quadro 21: Comparação dos hábitos de utilização em dias de semana e no fim de semana (%)

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta

**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.





4.1. O exercitar

No bairro do Falcão, as infraestruturas recreativas não servem apenas propósitos funcionais ou associados à prática de exercício físico; atuam também como elementos dinamizadores, capazes de transformar zonas de transição em espaços de permanência e convívio. Ao contrário de espaços fechados, o espaço público pode favorecer hábitos saudáveis, de forma orgânica, contribuindo para a redução do sedentarismo, em particular junto da população mais envelhecida.

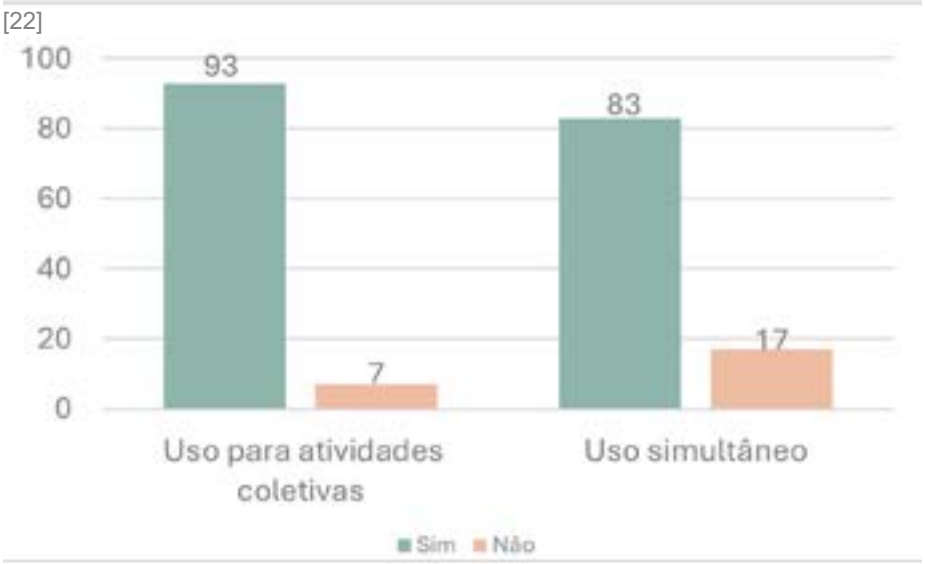
A partir dos dados recolhidos, é possível identificar um impacto positivo relativamente à aptidão destas zonas para diferentes faixas etárias, uma vez que 67% dos inquiridos considera que estes espaços são adequados ao uso por pessoas de diferentes idades [Quadro 22]. Esta maioria sugere que os espaços conseguem servir tanto os grupos mais jovens como os mais seniores, promovendo uma maior coesão intergeracional.

Quando questionados sobre a aptidão destes espaços para atividades coletivas, as respostas revelam uma perceção bastante positiva: 93% dos inquiridos consideram que estes espaços são adequados para desportos de grupo, enquanto apenas 7% apresentam uma opinião negativa. Esta perceção é reforçada pela avaliação da capacidade do espaço para acolher diferentes pessoas em simultâneo, em diferentes atividades, verificando-se 83% de respostas positivas. Estes valores refletem a qualidade do desenho espacial no que respeita à sua amplitude e polivalência funcional, permitindo que diferentes grupos se apropriem do espaço sem gerar conflitos imediatos de uso [Quadro 23].

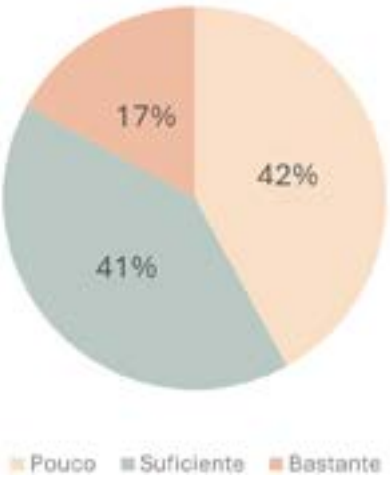
Apesar da presença de infraestruturas polivalentes, a satisfação face à variedade de equipamentos disponíveis revela-se moderada, uma vez que, 42% dos inquiridos consideram existir “pouca” variedade [Quadro 24]. Este dado poderá indicar que a oferta de mobiliário de exercício físico ou recreio é repetitiva ou não responde totalmente às expectativas da comunidade. Ainda assim, o estado de conservação destes equipamentos, é amplamente valorizado, com 91% dos respondentes a considerar estas zonas bem mantidas.



[22]



[23]



[24]

[22] Quadro 22: Adequação dos espaços de exercício a diferentes faixas etárias (%)

[23] Quadro 23: Aptidão dos espaços para atividades coletivas e de uso simultâneo (%)

[24] Quadro 24: Variedade de equipamentos nos espaços de exercitar (%)

No domínio do conforto, os inquiridos foram questionados sobre a presença de iluminação, tendo a avaliação sido globalmente positiva. Cerca de 41% consideram que estes espaços são “bastante” iluminados [Quadro 25], o que parece relacionar-se com a perceção de segurança nestas zonas, evidenciada por 62% dos inquiridos que afirmam sentir-se seguros.

Um espaço público que “convide” à prática de exercício, através de pavimentos adequados, iluminação e mobiliário ergonómico, pode contribuir para alterar a perceção que os moradores têm do seu próprio bairro. A prática de exercício ao ar livre favorece a apropriação afetiva do espaço, incentivando a sua vivência e usufruto quotidiano.

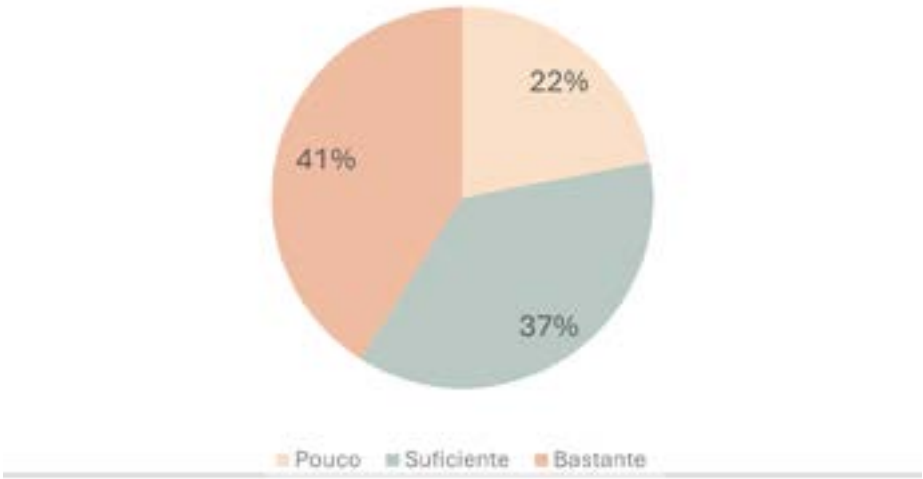
Embora a prática de atividade física possa funcionar como pretexto para a convivência, é também, através da permanência das pessoas no exterior que se reforça a vigilância natural do espaço público. Ainda assim, durante o período noturno, torna-se importante que estes espaços se localizem em zonas amplas e devidamente iluminadas, de forma a reforçar a perceção de segurança.

A maioria dos inquiridos, correspondente a 57%, afirmou não utilizar estes espaços, sendo pouco frequente o seu uso para “desportos coletivos” e para “praticar exercício”, referidos por apenas 10% e 5% dos inquiridos, respetivamente. No entanto, foram identificadas outras formas de utilização, nomeadamente o convívio, o acompanhamento de crianças e ainda os ensaios das Rusgas de São João [Quadro 26].

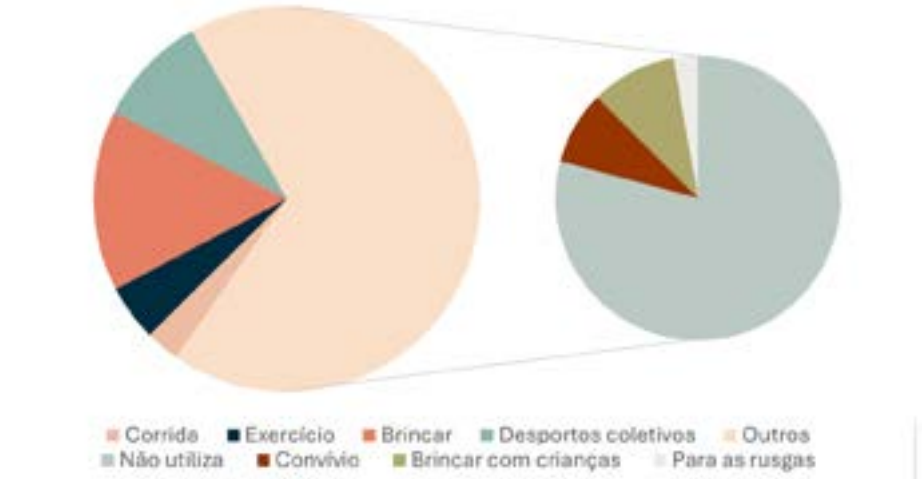
Desta forma, é possível perceber que, tal como referido anteriormente, a população mais envelhecida residente neste bairro poderá não se identificar totalmente com estes espaços, nem com as atividades promovidas.

A análise realizada revela que a maioria da população adulta não utiliza estas zonas para o seu propósito inicial, isto é, a prática de exercício físico. A utilização destes espaços concentra-se sobretudo nos mais jovens ou nos idosos que acompanham crianças.

Uma crítica recorrente por parte dos moradores prende-se com a desadequação de alguns equipamentos, tendo sido referido que “as crianças não sabem como brincar com aquilo”. Neste sentido, surge uma sugestão clara de regresso a equipamentos tradicionais, como baloiços e escorregas, cuja utilização é mais imediata e facilmente reconhecível.



[25]



[26]

[25] Quadro 25: Perceção dos inquiridos sobre a iluminação (%)

[26] Quadro 26: Atividades realizadas no espaço público (%)

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta

**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

As zonas equipadas com máquinas de exercício destinadas à população adulta parecem apresentar uma reduzida utilização. Apesar dos equipamentos se encontrarem em bom estado de conservação e disponíveis para uso, muitos idosos afirmam não estar familiarizados com estes dispositivos, acabando por não os utilizar. Este fenómeno demonstra que a introdução de novas funções no espaço público exige mais que a simples instalação de equipamentos, requerendo também processos de adaptação, mediação e incentivo social que a arquitetura, por si só, não consegue garantir.

A observação direta confirmou que, embora as zonas de exercitar estejam, no geral, bem conservadas (à exceção do campo de jogos, cujo desgaste evidencia uma utilização intensa) estas permanecem subaproveitadas durante o dia. Os adultos em idade ativa justificam a não utilização destes espaços com a falta de tempo decorrente do trabalho. Já os percursos demarcados nas traseiras dos edifícios, inicialmente concebidos como possíveis trajetos de exercício, acabam por funcionar apenas como zonas de passagem, assumindo-se como espaços de transição rápida, desprovidos da permanência necessária para serem apropriados enquanto espaços de atividade física.

Apesar destes espaços não estarem a ter a utilização inicialmente prevista pelo projeto, é possível compreender de que forma a comunidade se apropria de determinadas áreas e lhes atribui novas funções. O ringue de jogos assume-se como um espaço de identidade cultural e associativismo, onde a área destinada ao exercício é também utilizada para os ensaios das Rusgas de São João. Esta utilização demonstra um forte sentido de comunidade entre os moradores.

Compreende-se, assim, que os espaços de exercitar, no bairro do Falcão, possuem uma base infraestrutural sólida, segura e bem iluminada, mas enfrentam desafios relacionados coma a sua relevância funcional. Enquanto o campo de jogos apresenta sinais de desgaste associados a um uso intensivo, as máquinas de exercício permanecem pouco utilizadas.

A apropriação destes espaços ocorre não tanto através do exercício estruturado, mas sobretudo pelo lazer informal e das tradições locais, como as celebrações associadas ao São João. Assim, analisar a dimensão do "exercitar" no bairro do Falcão, implica compreender que o espaço público é um organismo flexível e suscetível a diferentes formas de uso e apropriação. Neste sentido, para que estas zonas possam alcançar uma utilização mais abrangente, o desenho urbano deverá equilibrar a inovação dos equipamentos com a simplicidade do brincar tradicional, garantindo que o espaço de "exercitar" seja, acima de tudo, um espaço de encontro e vivência comunitária.



[70]



[71]



[72]



[73]





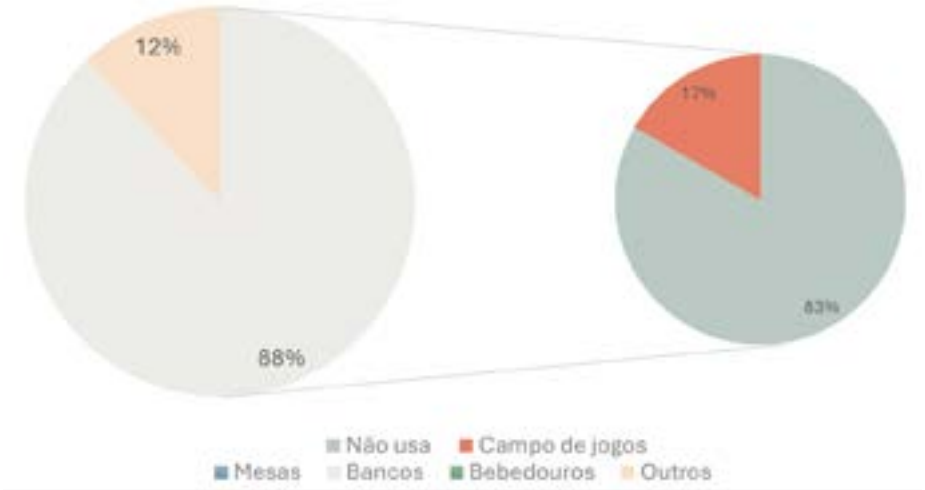
4.2. O estar

Os espaços de estar são, na sua génese, locais de repouso e permanência que podem, ou não, potenciar a sociabilidade urbana. No âmbito do levantamento efetuado no bairro do Falcão, os moradores foram inquiridos sobre o tipo de mobiliário urbano que utilizavam quando pretendiam permanecer no espaço público, tendo 88% dos respondentes, apontado os bancos como o elemento principal [Quadro 27]. Este dado revela um contraste importante com a análise morfológica prévia, pois, embora inicialmente se tenha considerado a hipótese de existirem outras estruturas de apoio à permanência no exterior, constatou-se que o bairro depende quase exclusivamente dos bancos públicos para qualificar os seus espaços de estar.

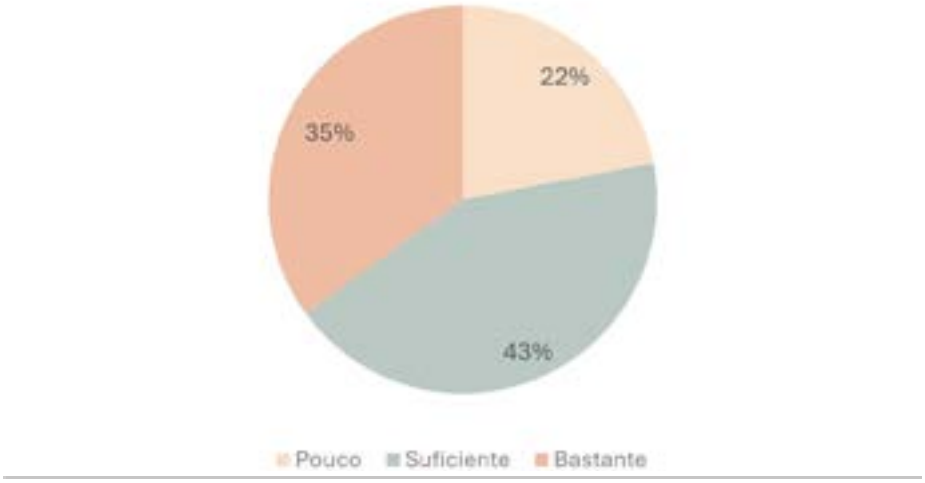
Contudo, a apropriação do espaço revela dinâmicas geracionais distintas, uma vez que 17% dos inquiridos consideraram não utilizar os bancos, referindo, em contrapartida, o campo de jogos como o seu local de eleição para "estar". Esta informação permite compreender que parte da população mais jovem elege a infraestrutura desportiva, não apenas para a prática física, mas também como principal ponto de encontro e sociabilidade do seu grupo etário.

Relativamente à capacidade deste mobiliário para convidar à pausa, os resultados são maioritariamente positivos, com 35% dos moradores a considerarem que os bancos incentivam "bastante" o repouso e 43% a classificarem-nos como "suficiente", perfazendo um total de 78% de perceção favorável relativamente a estas áreas de permanência [Quadro 28].

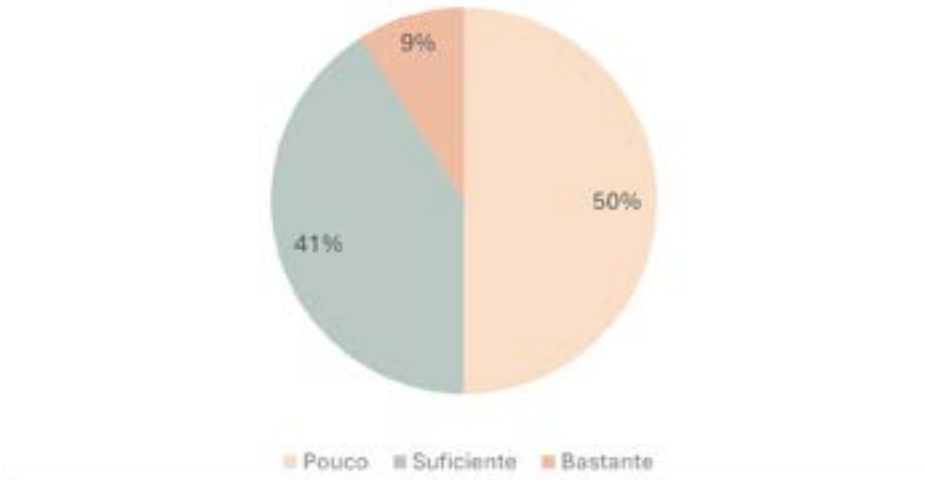
Quando questionados sobre a resistência e o conforto do mobiliário urbano, verificou-se uma perceção quase anânime, correspondente a 99%, relativamente à durabilidade dos bancos. Esta avaliação justifica-se pelo facto de se tratarem de estruturas monolíticas de betão, frequentemente designadas pelos moradores como "bancos de pedra", cuja robustez material garante a conservação do equipamento ao longo do tempo, resistindo ao uso continuado e às variações metereológicas. Em contrapartida, o conforto ergonómico apresenta avaliações significativamente mais modestas, dado que 50% dos inquiridos classificam os bancos como "pouco" confortáveis e 41% como "suficientemente" confortáveis [Quadro 29].



[27]



[28]



[29]

[27] Quadro 27: Utilização das peças de mobiliário urbano (%)

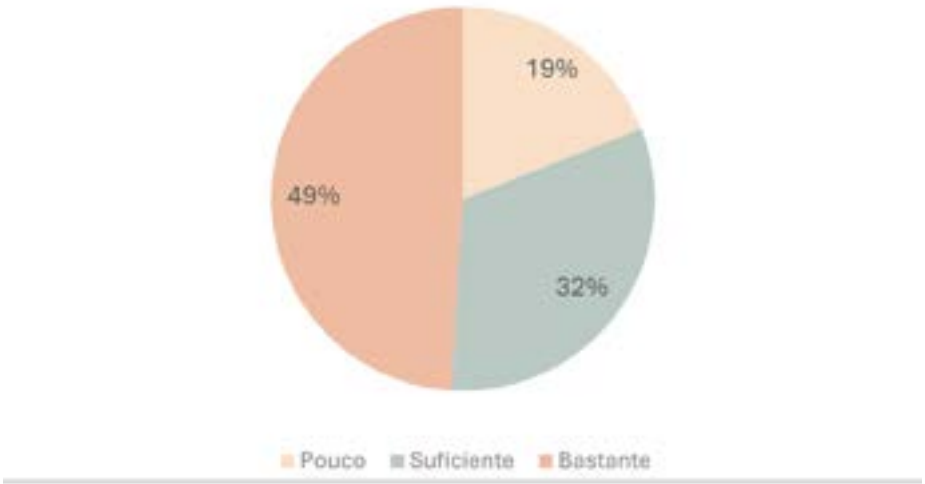
[28] Quadro 28: Capacidade do mobiliário de encorajar a parar e repousar (%)

[29] Quadro 29: Conforto do mobiliário urbano (%)

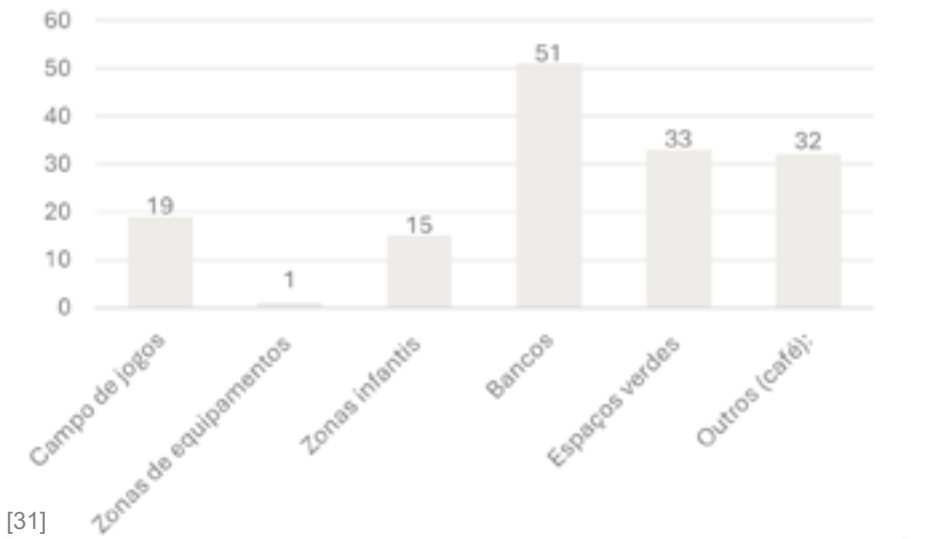
Esta dualidade sugere que, embora uma parte significativa da população reconheça o desconforto físico do betão, um material rígido e sujeito a variações térmicas significativas, muitos utilizadores manifestam uma atitude mais pragmática, valorizando a capacidade do mobiliário em cumprir a sua função elementar: garantir de um suporte físico que viabilize o ato de sentar e permanecer no espaço público.

A perceção de segurança e bem-estar, nestas zonas, é também reforçada pela iluminação pública, uma vez que quase metade dos respondentes (49%) classificou as áreas de permanência como “bastante iluminadas”. Este dado constitui um indicador relevante para compreender o sentimento de segurança dos moradores e a possibilidade de usufruto do espaço público, em diferentes períodos do dia [Quadro 30].

Partindo do princípio de que um espaço recreativo multifuncional pode também assumir o papel de espaço de estar, dependendo da apropriação que cada indivíduo lhe confere, procurou-se identificar quais as zonas recreativas mais frequentadas através de uma questão de resposta múltipla. Os resultados evidenciam a complexidade do uso dos espaços do bairro, pois embora 51% dos inquiridos indiquem os bancos como o espaço mais utilizado, 33% também referem os espaços verdes, 19% o campo de jogos e 15% as zonas de recreação infantil. Contudo, 32% dos inquiridos indicaram o café na categoria “outro”, introduzindo uma componente importante para a análise e demonstrando que, embora os espaços de estar devam ser dotados de mobiliário urbano, capaz de promover o conforto e a permanência, a sua apropriação pode também ser fortemente influenciada pela presença de serviços de proximidade [Quadro 31]. Neste contexto, o café assume-se como uma extensão funcional e social do espaço público e como um catalisador de relações de proximidade. Ao conjugar a função comercial com uma localização central no bairro, transforma-se num importante ponto de encontro e de convívio intergeracional. No geral, 68% dos inquiridos reconhecem que estes espaços incentivam efetivamente o convívio entre as pessoas, validando a importância da dimensão social na análise do desenho urbano.



[30]



[31]

[30] Quadro 30: Perceção dos inquiridos sobre a iluminação (%)

[31] Quadro 31: Espaços utilizados para permanência (%)

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta

**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

Assim, a partir do contacto estabelecido com os utilizadores, é possível densificar esta leitura qualitativa, destacando duas dinâmicas fundamentais. Por um lado, devido à forte presença de uma população mais envelhecida, os bancos localizados junto às transições entre o espaço privado e o espaço público, mais especificamente nas entradas dos edifícios, adquirem um valor estratégico, funcionando como espaços de repouso integrados numa rede de mobilidade pedonal. As pessoas utilizam-nos como zonas de pausa ao longo dos seus percursos quotidianos e como espaços de conversação, estimulando o contacto entre a vizinhança e atraindo, progressivamente, mais pessoas, ao longo do dia. Por outro lado, no parque infantil, os acompanhantes das crianças sublinharam o papel duplo dos bancos ali instalados. Além de permitirem a monitorização confortável das crianças, estes funcionam também, como um elemento de mediação espacial, devido à sua disposição geométrica. Sem isolar visualmente o parque do exterior, esta configuração cria uma barreira física passiva que dificulta saídas intempestivas, em direção às vias de circulação, incrementando a segurança ativa do local.

Apesar destes indicadores genericamente favoráveis, o estudo identificou um desfasamento significativo entre a oferta de mobiliário e a procura real em momentos de maior afluência. Nos dias de uso mais intenso, com particular incidência na envolvente da sede desportiva, a quantidade de bancos revela-se insuficiente, forçando os moradores a adotarem táticas de apropriação informal. Nestas ocasiões, torna-se frequente ver a população transportar cadeiras e bancos das suas casas para o espaço público, fenómeno que constitui um indicador claro de que, embora o desenho urbano atual configure áreas de estar funcionais, a sua densidade e capacidade de resposta estão aquém das necessidades socioculturais e quotidianas da comunidade do bairro do Falcão.



[74]



[75]



[76]



[77]





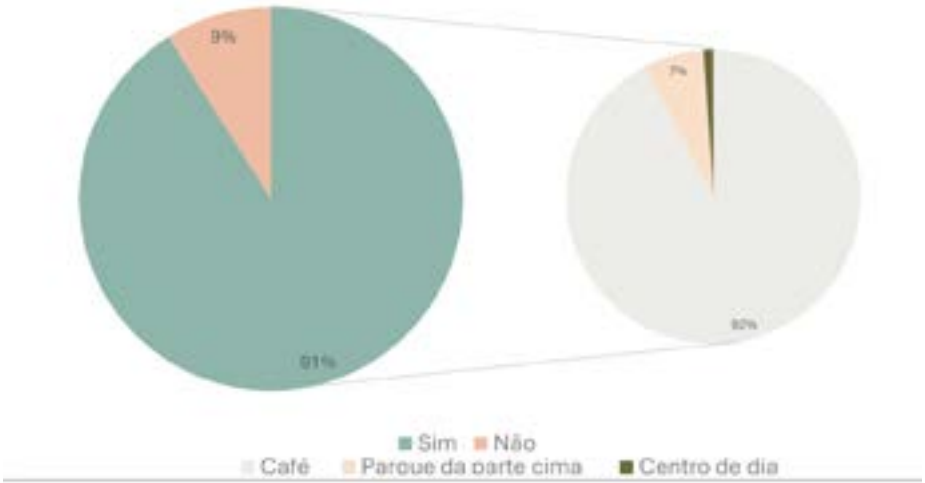
4.3. O cuidar

Os espaços de cuidar podem ser definidos como áreas urbanas que envolvem ativamente os moradores e utilizadores, estimulando nestes o desejo de participar e colaborar para uma melhor qualidade do espaço comum. O conceito de “cuidar” sugere uma relação de reciprocidade e codependência entre o Homem e o objeto construído, estabelecendo uma conexão afetiva com o território. Com o intuito de explorar essa dimensão, esta secção do inquérito estruturou-se de forma distinta das anteriores e, embora dirigida a quem usufrui dos espaços públicos do bairro do Falcão, um conjunto específico de questões foi reservado exclusivamente para os moradores locais. Partiu-se do pressuposto de que os residentes, devido à proximidade quotidiana, desenvolvem uma ligação identitária mais profunda com o bairro, tornando imperativo compreender o sentimento de pertença que nutrem pelo lugar onde vivem.

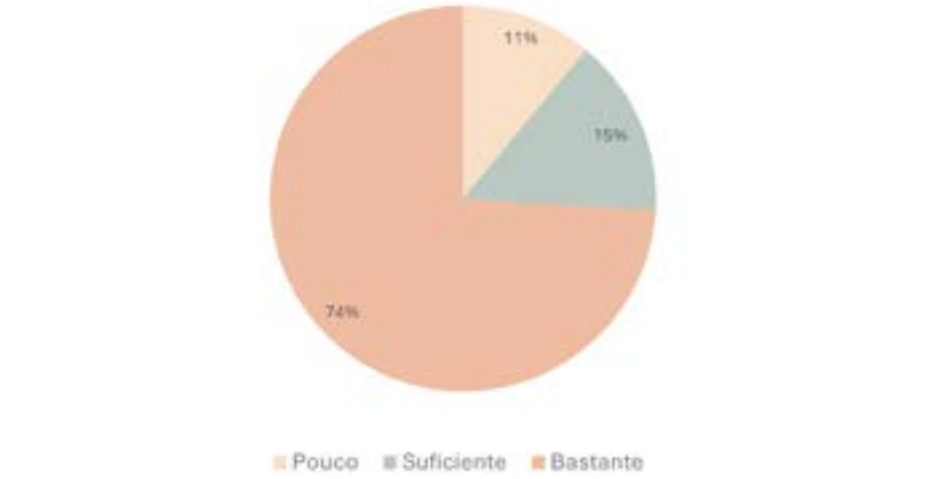
Questionou-se a totalidade dos respondentes sobre a perceção de uma centralidade no bairro, tendo 91% dos inquiridos sugerido a existência de uma zona de maior reunião. Destes, a sua maioria, 92%, apontou o café e sede desportiva como o polo dinamizador principal, enquanto apenas 7% identificaram os parques localizados na cota superior do bairro [Quadro 32]. Estes dados confirmam a tendência observada anteriormente, reiterando a forte concentração de fluxos sociais e a preferência da comunidade pelas áreas dotadas de comércio e associativismo.

Paralelamente, avaliou-se o sentimento de segurança sob uma perspetiva geracional e familiar, questionando-se os utilizadores sobre a confiança que tinham em deixar crianças a brincar livremente no espaço público. A resposta favorável, de 74% dos inquiridos, revela que o desenho urbano e a vigilância natural, exercida pela própria comunidade do bairro do Falcão, geram um ambiente percecionado como seguro e protetor. [Quadro 33].

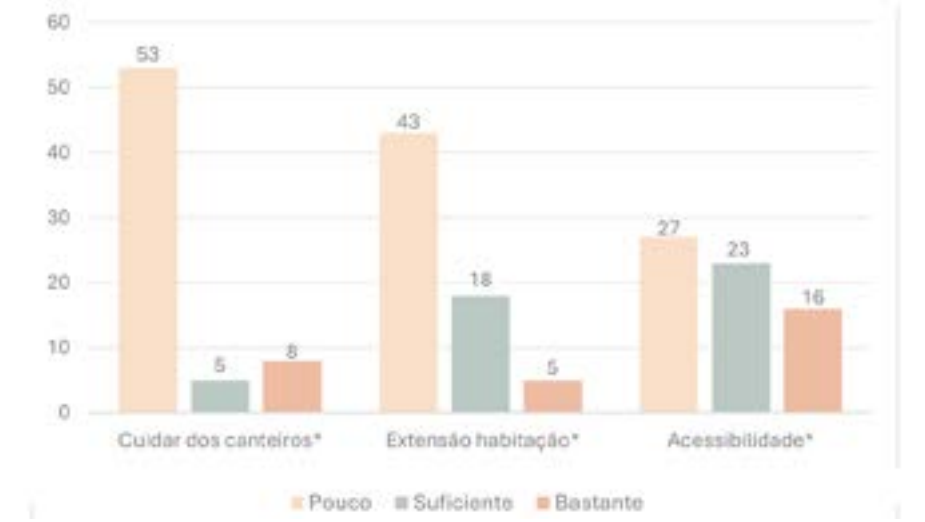
No entanto, as questões exclusivas aos residentes evidenciaram descomprometimento e barreiras na apropriação do espaço envolvente à habitação. Ao serem questionados sobre a motivação para zelar pelos canteiros e floreiras, integrados nas caixas de escadas dos edifícios, 53% manifestaram “pouco” interesse, contrastando com uns escassos 8% que afirmaram sentir-se “bastante” motivados [Quadro 34].



[32]



[33]



[34]

[32] Quadro 32: Definição de uma zona de reunião e a sua localização (%)

[33] Quadro 33: Perceção dos inquiridos relativamente à segurança (%)

[34] Quadro 34: Perceção de apropriação dos espaços de cuidar, pelos habitantes (%)

**Percentagem referente a um total de 66 inquiridos.

Esta última percentagem reflete um perfil demográfico muito específico, composto maioritariamente por mulheres mais idosas. Em contrapartida, registou-se um distanciamento geracional e de género, com os homens, a demonstrarem apatia em relação ao tema, e com os jovens a delegarem essa responsabilidade às figuras parentais.

Esta ausência de implicação direta correlaciona-se com a perceção do limiar entre o público e o privado, pois 43% dos moradores afirmaram sentir "pouco" o espaço em frente à sua habitação como uma extensão da mesma [Quadro 34]. Este indicador revela que, apesar de partilharem um forte sentido de comunidade e de sociabilidade, os residentes mantêm uma delimitação rígida da propriedade, circunscrevendo o "seu" domínio estritamente ao interior do fogo habitacional e recusando-se a expandir a vivência doméstica para o exterior.

Esta retração na transição do espaço privado para o público é também agravada por barreiras físicas pois, quando questionados sobre a acessibilidade da sua entrada no bloco habitacional, 27% dos inquiridos consideraram-na como "pouco" acessível, 23% como "suficientemente" acessível e apenas 16% a consideraram "bastante" acessível [Quadro 34]. Estes resultados denunciam a presença generalizada de barreiras arquitetónicas, tais como escadas ou desníveis abruptos, que comprometem a mobilidade inclusiva e dificultam a locomoção quotidiana da população mais vulnerável.

Emerge, assim, um paradoxo socioespacial, embora os habitantes valorizem a estética visual da sua envolvente urbana e apontem frequentemente as floreiras como elementos de qualidade ambiental, a maior parte dos residentes não demonstra interesse na sua conservação ativa. Parece, assim, existir o desejo de usufruir de um bairro ordenado e visualmente atrativo, mas sem que isso implique uma corresponsabilização financeira ou temporal na sua manutenção. Os moradores recorrem ainda ao argumento de que o espaço público é propriedade municipal e, por conseguinte, a manutenção das infraestruturas e dos espaços verdes constitui um dever exclusivo da autarquia.

Em suma, o estudo dos “espaços de cuidar” expõe uma dissonância entre o que os habitantes acreditam ser elementos qualitativos do bairro e as ações que exercem para os manter cuidados. Verifica-se que o forte sentido de convívio comunitário não se traduz, necessariamente, numa atitude de custódia partilhada sobre o território, apurando-se um claro distanciamento dos habitantes face à gestão e preservação do espaço que, sendo de todos, acaba por ser percecionado como alheio.



[78]



[79]



[80]



[81]





4.4. O circular

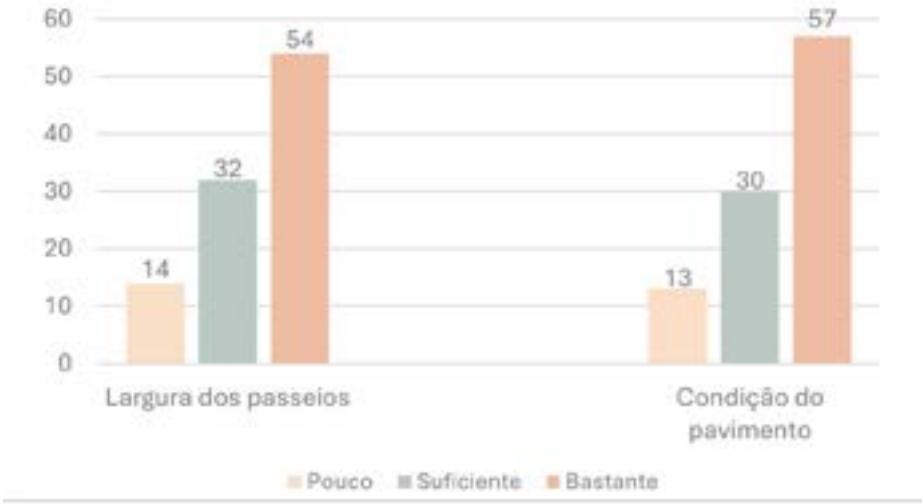
Os espaços de circular são definidos como as redes infraestruturais que permitem a circulação e a conectividade interna do tecido urbano, garantindo não só a coesão entre os diferentes pontos do bairro, mas também a articulação deste com a malha urbana envolvente.

Para avaliar o desempenho destas vias e o cumprimento das suas funções elementares, inquiriu-se a população sobre o dimensionamento e a acessibilidade dos passeios, especificamente no que concerne à viabilidade de circulação de carrinhos de bebé ou de pessoas com mobilidade reduzida. Neste parâmetro, 86% dos respondentes manifestaram uma opinião positiva, um resultado que converge com os 87% de inquiridos que consideraram que os canais de circulação, do bairro do Falcão, se apresentavam bem conservados, desprovidos de buracos ou pavimentos degradados [Quadro 35].

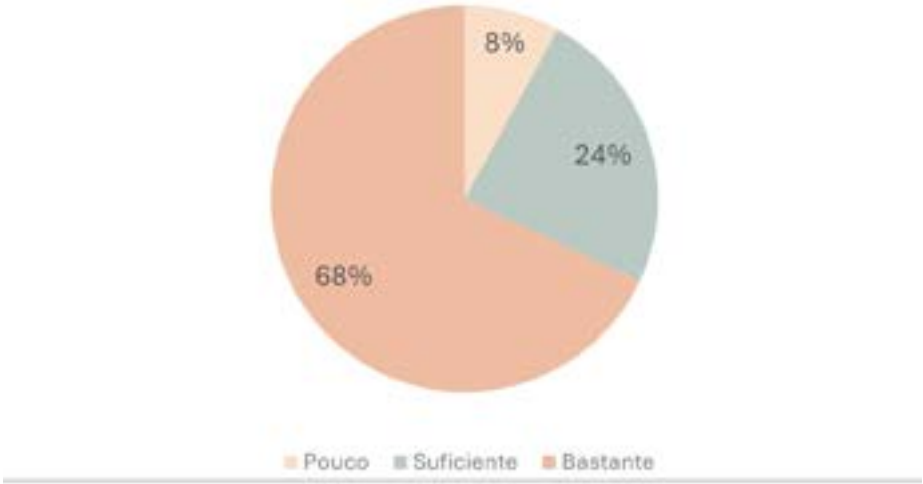
Adicionalmente, questionou-se sobre a visibilidade e a segurança rodoviária e pedonal, percecionada nestes eixos de ligação, tendo 68% da amostra afirmado sentir-se “bastante” segura e considerar que a configuração espacial oferece boas condições de visibilidade mútua entre os diferentes modos de transporte [Quadro 36]. Este sentimento de segurança correlaciona-se diretamente com a eficácia da iluminação pública, cuja cobertura e intensidade foram classificadas como “suficientes” por 83% dos utilizadores.

Desta forma e no que respeita à macroescala urbana, a inserção territorial do bairro na estrutura da cidade foi amplamente elogiada, por 97% dos inquiridos, refletindo um bairro consolidado, dotado de boas acessibilidades, tanto a nível pedonal como através da rede viária.

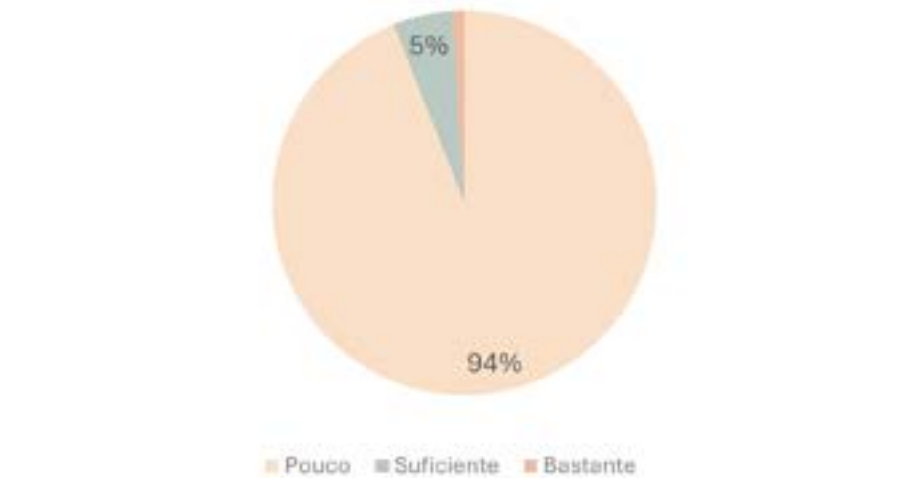
Contudo, a gestão do espaço de circulação e a distribuição do número de lugares de estacionamento disponíveis revelaram-se os temas mais polémicos e com maior taxa de rejeição, por parte da comunidade. Em particular, no que concerne ao estacionamento e à sua adequação às necessidades quotidianas, 97% dos moradores afirmaram que os automóveis ocupam indevidamente as áreas de circulação, exclusivas aos peões, indicador que se articula com os 94% de respondentes que apontam um défice crónico de lugares de estacionamento face à procura [Quadro 37].



[35]



[36]



[37]

[35] Quadro 35: Largura e condições do pavimento (%)

[36] Quadro 36: Perceção dos inquiridos sobre visibilidade e segurança (%)

[37] Quadro 37: Presença de lugares de estacionamento face às necessidades (%)

O contraste entre a perceção da comunidade e a realidade ganha fundamentação normativa, aquando confrontado com os parâmetros atuais do planeamento urbanístico. À luz da Portaria n.º 75/2024, de 29 de fevereiro, os projetos de habitação pública, de custos controlados ou destinados ao arrendamento acessível devem prever a dotação de um lugar de estacionamento por cada fogo. Adicionalmente, é estipulado que a este número de lugares sejam adicionados mais 10%, caso sejam lugares de estacionamento público. A aplicação desta regra previa um planeamento de cerca de 436 lugares, quando na realidade, o espaço público deste bairro dispõe de 120[97]. Emerge aqui o principal conflito de uso detetado nestes canais de fluxo, uma vez que a escassez de estacionamento gera fenómenos de ocupação ilícita do espaço público, culminando na invasão física dos passeios, por viaturas privadas. Esta apropriação indevida colide com os direitos de mobilidade dos peões, forçando-os frequentemente a desviarem-se para a faixa de rodagem e a exporem-se a situações de perigo e vulnerabilidade, face ao tráfego em movimento.

Apesar da gravidade destes indicadores quantitativos, a análise morfológica e o trabalho de campo sugerem a necessidade de introduzir uma perspetiva crítica e de distanciar os factos da perceção imediata dos utilizadores. As observações diretas efetuadas durante as visitas técnicas, ao bairro do Falcão, demonstraram que a acessibilidade automóvel e a oferta de estacionamento nas áreas circundantes ao bairro não apresentam estrangulamentos severos, identificando-se uma disponibilidade constante de lugares livres nas imediações, com particular destaque para a Praça da Corujeira.

Este cenário contraditório indicia que as críticas generalizadas da população se focam, fundamentalmente, na ausência de estacionamento de proximidade imediata, isto é, dentro do próprio bairro, desconsiderando a opção de estacionar a uma curta distância pedonal. A preferência pelo estacionamento informal e abusivo sobre o passeio, em detrimento de uma caminhada periférica de poucos minutos até à habitação, expõe um padrão de comportamento cultural assente na conveniência individual.

[97] Número referente a ambas as fases de construção do bairro do Falcão

Conclui-se, por conseguinte, que os próprios utilizadores constituem, frequentemente, os autores dos constrangimentos de mobilidade que contestam, podendo-se transferir parte da responsabilidade de resolução para a esfera cívica e comportamental das pessoas. Demonstramos, assim, que os principais conflitos no espaço de circular do bairro do Falcão não decorrem exclusivamente de erros de planeamento ou de falhas intrínsecas ao desenho arquitetónico do bairro, mas também das práticas quotidianas de apropriação e uso do solo pela comunidade automóvel.



[82]



[83]



[84]



[85]



[86]



[87]



[88]



[89]

Considerações finais

O percurso metodológico desenvolvido, ao longo desta dissertação, permitiu consolidar uma leitura crítica do espaço público do bairro municipal do Falcão.

Num primeiro momento, a revisão teórica revelou-se fundamental para alicerçar o entendimento do espaço público enquanto extensão da habitação. A análise crítica dos autores selecionados não só validou esta premissa, como permitiu construir a matriz metodológica que orientou a investigação prática, garantindo que o olhar sobre o território estivesse teoricamente fundamentado. Esta articulação teórica demonstrou como a perda de qualidade do espaço público afeta diretamente os habitantes, pois os espaços exteriores às habitações de baixa renda funcionam como uma zona comum que deveria compensar as limitações sentidas no interior da habitação.

A aplicação desta matriz ao contexto do *Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto* (PMP) e, especificamente, ao bairro do Falcão, revelou a importância de compreender a génese destes conjuntos habitacionais. A análise evolutiva das intervenções e da morfologia do bairro evidenciou como as transformações físicas, acumuladas ao longo do tempo, moldaram a sua configuração espacial e o seu estado de conservação atual. Compreendeu-se que, apesar de focado na eficência habitacional, o desenho urbano dos bairros do PMP acabou por estar focado na eficiência habitacional, este acabou por gerar barreiras morfológicas que contribuíram para a segregação dos bairros e consequentemente o isolamento dos seus habitantes em relação à cidade.

Esta leitura física ganhou uma nova escala com o aprofundamento do estudo da inserção urbana e da composição social do bairro. A caracterização demográfica construiu uma premissa essencial, ao permitir identificar vulnerabilidades, potencialidades e dinâmicas socioculturais que, posteriormente, se observaram no trabalho de campo. Desta forma, compreende-se como numa população mais envelhecida, deve ser dada, cada vez mais importância aos percursos pedonais e à acessibilidade, de modo a facilitar a locomoção de todos.

Adicionalmente, as observações preliminares de campo revelaram que, em contraponto com a estigmatização social frequentemente associada a estes territórios, subsiste um forte sentido de pertença comunitária. Este fenómeno materializa-se em formas de convívio espontâneo e em ajuntamentos informais no espaço público, lançando o desafio projetual de compreender se o desenho urbano atual potencia ou constrange estas dinâmicas de apropriação.

A auscultação direta da população através de questionários representou o culminar desta investigação, ao confrontar o espaço projetado com o espaço vivido. Os dados recolhidos permitiram compreender a perceção real da população, a apropriação e os afetos construídos em torno do bairro. A análise das respostas revelou um dado crucial, pois o espaço público do bairro do Falcão funciona como uma zona de convívio e encontro, sendo frequentemente escolhido e frequentado por habitantes de bairros vizinhos.

Este fenómeno de apropriação externa ganha particular relevância quando contrastado com a realidade da envolvente, onde existem conjuntos habitacionais com espaços públicos que, no entanto, se revelam pouco utilizados. O sucesso do bairro do Falcão neste domínio demonstra que a resiliência e a atratividade de um espaço não dependem apenas do desenho ou dos materiais, mas sim da sua escala humana e da capacidade de gerar dinâmicas de vizinhança e segurança informal.

Ao estratificar o espaço público através de quatro dimensões de análise — exercitar, estar, cuidar e circular — foi possível mapear a diferença entre o desenho urbano planeado e a apropriação real e quotidiana, levada a cabo pelos seus utilizadores. Esta discrepância sublinha que o espaço público não é definido apenas pela sua materialidade e pelo seu desenho, mas também, pelas dinâmicas sociais que acolhe e possibilita.

No que concerne à espacialidade do bairro, a análise previamente feita previa que as zonas de maior afluência resultariam da sobreposição de diferentes funções. Esta leitura teórica apontava para o setor oeste, impulsionado pela presença do parque infantil, e para a zona mais central, marcada pelo campo de jogos e pelo estabelecimento comercial. Em contrapartida, os espaços expectantes, localizados nas traseiras do edificado, devido ao ser carácter mais transitório, à ausência de frentes ativas e com pouca ligação visual com os outros espaços, foram inicialmente interpretados como zonas de menor afluência.

Os resultados obtidos através dos inquéritos aos utilizadores do espaço público validaram parcialmente esta leitura, introduzindo, contudo, uma nuance anteriormente não considerada: o peso das infraestruturas informais de convívio na coesão social e no bem-estar comum. O café/ Sede da Associação Cultural e Desportiva emergiu como principal zona de convívio, sendo referenciado por 85% dos inquiridos como o local de reunião preferencial. Em contraste, o parque infantil captou o interesse de apenas 6% dos inquiridos.

Esta disparidade permite concluir que a centralidade social, neste bairro, não é determinada exclusivamente pela qualidade infraestrutural ou pelo desenho do espaço, mas também pelo sentido de pertença comunitária e pela dinamização de determinados lugares enquanto polos de convivência. O espaço edificado ganha relevância quando atua como suporte de encontros espontâneos, colocando em evidência a função social, para além da sua configuração espacial.

A forte ligação afetiva ao bairro reflete-se na avaliação qualitativa dos inquiridos ao bairro. A maioria, correspondente a 87%, reconhece a singularidade do bairro do Falcão, associando-a a valores imateriais como o sossego, a tranquilidade, a segurança e o convívio entre as pessoas. Esta leitura subjetiva converge com uma perceção positiva da materialidade do edificado, sendo que 72% dos inquiridos consideram este bairro atrativo e validam a escolha de materiais utilizados, descrevendo-o como bonito, convidativo e pontuado por elementos vegetais, nomeadamente pelas floreiras nas fachadas. Consequentemente, o índice de satisfação global com o espaço público é positivo, uma vez que 61% dos inquiridos o classificam como “satisfatório” e 33% como “muito satisfatório, registando-se uma taxa de rejeição de apenas 6%.

Contudo, o cruzamento entre a análise arquitetónica e as considerações dos inquiridos expõe algumas divergências e paradoxos. Se, por um lado, a população reconhece o potencial das zonas de circulação, elogiando-as como amplas e inclusivas, do ponto de vista do desenho urbano, por outro, aponta a invasão automóvel das zonas pedonais como um dos principais conflitos na articulação entre o peão e o veículo.

Um segundo paradoxo emerge na análise da dimensão do “cuidar”, focado especificamente na relação dos habitantes com as floreiras nas suas caixas de escadas. Os resultados do trabalho de campo revelaram que as floreiras exteriores são amplamente reconhecidas pela comunidade como um elemento de forte impacto visual e um ponto de atração central, sendo valorizadas pela beleza que conferem ao conjunto edificado. Contudo, em contraponto com este apreço estético, as respostas ao inquérito demonstraram um claro distanciamento e falta de interesse dos moradores no que concerne à manutenção direta destas estruturas. Este desfasamento indicia uma linha difusa no sentimento de pertença e de responsabilidade coletiva, pois embora o elemento vegetal seja apropriado visualmente como um marco de identidade

e valorização do bairro, a sua conservação física é remetida para a esfera pública municipal, evidenciando as complexas fronteiras entre o espaço que se “habita” e o espaço comum que se “cuida”.

Desta forma, a presente dissertação demonstra que, embora o espaço público do bairro do Falcão responda de forma eficaz e satisfatória às necessidades genéricas dos seus utilizadores, o sucesso da sua implementação está condicionado pelos processos de apropriação e pelo sentimento de pertença que a população nele deposita. A discrepância entre o uso dos espaços previsto pelo arquiteto e o uso efetivamente reivindicado pelos seus utilizadores reitera a necessidade integrar a população e as suas necessidades na discussão de projeto.

A auscultação da população em fases preliminares do desenho urbano não deve constituir um mero formalismo burocrático, mas antes, ser entendida como uma ferramenta metodológica capaz de contribuir para a mitigação dos desfasamentos entre a forma e o uso. O diálogo entre o arquiteto e os habitantes pode ser um meio de garantir que o espaço planeado não se cristalize como um cenário estático, mas se afirme como suporte dinâmico, apropriado e capaz de sustentar, apoiar e estimular a vida em comunidade.

O diálogo contínuo e a integração ativa da população nos processos de requalificação urbana não se traduzem apenas na conceção de um desenho mais adaptado às reais necessidades e aspirações da comunidade, um modelo participativo atua, fundamentalmente, como um catalisador para a apropriação identitária do espaço. Os habitantes, ao serem integrados nas tomadas de decisão, transitam de meros espetadores a co-criadores do seu ambiente, fomentando um sentimento de pertença e, consequentemente, uma responsabilização pelo cuidado e preservação do bem comum.

Em contrapartida, as intervenções planeadas de forma unidirecional tendem a ser percecionadas como imposições sobre um território que, por direito, pertence aos seus habitantes. Esta desconexão aliena a comunidade e traduz-se, frequentemente, em atos de desrespeito, sublinhando a premissa de que a qualidade e a sustentabilidade de um espaço público não decorrem apenas do seu desenho físico, mas sim da relação de respeito e civismo que a população com ele estabelece.

Bibliografia

Abrantes, N. P. F. (2016). A requalificação dos espaços públicos nos conjuntos de habitação económica no Porto Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

Agarez, R. C. (2018). Habitação: Cem anos de Políticas Públicas em Portugal 1918-2018.

Alexander, C., et al. (1977). A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction. OUP USA.

Alves, F. B., & Costa, E. M. S. (2022). Adaptação Climática para Pessoas Idosas que Vivem em Áreas Urbanas Vulneráveis. https://ceau.arq.up.pt/pt/research/projects/adaptacao-climatica-para-pessoas-idosas-que-vivem-em-areas-urbanas-vulneraveis

Alves, F. M. B. (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Fundação Calouste Gulbenkian.

Arquitectos, C. (2020). Bairro do Falcão- Espaço Urbano. https://calapezarquitectos.com/project/bairro-do-falcao-espaco-urbano/

Azevedo, A. C. (2021). Da Revolução Industrial à industrialização portuguesa. Jornalissimo. https://jornalissimo.com/historia/da-revolucao-industrial-a-industrializacao-portuguesa/

Bandeirinha, J. A. (2019). Antes de Abril. A questão da habitação. In FAUP (Ed.), Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP).

Barbosa, M. L. T. M. (2014). Espaço público urbano, em constante transformação Faculdade de engenharia da Universidade do Porto

Bessa, A. R. (2010/2011). O espaço “ENTRE” o bairro e a cidade FAUP. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Bordin, I. (2021). Vulnerabilidade e Isolamento. Reflexões sobre o papel da arquitetura na solidão a partir da análise de três bairros na cidade do Porto Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Borja, J., & Muxi, Z. (2003). El espacio público: ciudad y ciudadania. Electa.

Boyko, C. T., et al. (2021). Designing Future Cities for WellBeing. Routledge Taylor&Francis.

Brandão, A., & Brandão, P. (2018). Lugares do comum- Guia de avaliação e interpretação do espaço público.

Brandão, P. (2002). O chão da cidade: Guia de avaliação do design de espaço público.

Bridging the gap: Proceedings of the ECLAS Conference. (2016). (P. Bauer, et al., Eds.). Series of the Institute for Landscape and Open Space, HSR Hochschule für Technik Rapperswil.

Coelho, A. B. (2011). Qualidade Arquitetónica e Satisfação Residencial na Habitação de Interesse Social em Portugal no Final do Século XX. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Coelho, A. P. (2017). Espaço público e as suas formas de interação Faculdade de arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Colomina, B. (2019). X-Ray Architecture. Lars Müller.

Conceição, A. R. F. (2023). Crescer no Bairro do Cerco do Porto: Uma proposta de redesenho do espaço público Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Conceição, P. S. (2002). Modelos de produção e gestão de habitação social: Estratégias locais de habitação e sistemas de bem-estar social num contexto de mudança Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

Construção, C.E. (2017). Bairro do Falcão. https://ccr-ec.pt/portfolio/bairro-do-falcao

Costa, A. A., et al. (2019). Cidade Participada: Arquitetura e Democracia. Autores e Edições tinta da china, Lda.

Costa, P. A. (2021). (Re) Habilitar_ O bairro do Cerco Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Domus Social, E. M. (2024). Domus Social 20 anos a fazer do Porto casa Domus Social, Empresa Municipal.

Fernandes, A. C. T. D. (2012). Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos FEUP. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Forty, A. (2000). Words and Buildings: A vocabulary of modern architecture. Thames & Hudson.

Francisco, M. D. (2005). Espaço Público Urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada.

Garret, A. A. (1952). Plano Regulador Cidade do Porto, 1952. Câmara Municipal do Porto Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-cidade-do-porto-1947-1952

Gehl, J. (2010). Cities for people. IslandPress.

Gehl, J. (2010). Life between buildings: Using public space. The Danish Architectural press.

Gehl, J., et al. (2006). New city life. The Danish Architectural Press.

Geus, M. d. (2021). Aldo Van Eycks Interstitialy: turning leftover spaces into meaningful places. Hayball.

Gonçalves, E. M. V. (2014). Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933

Guilherme, I. S. (2023). Habitação Intergeracional. Contributos para Boas Práticas. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Hertzberger, H. (2005). Lessons for students in architecture .010 Publishers.

Hillier, B., & Hanson, J. (1984). The social logic of space. Cambridge Uniersity Press.

Instituto Nacional de Estatística. (2021). Censos 2021: XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação. INE. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

Jacobs, J. (1992). The death and life of great american cities. Vintage Books.

Klein, E., & Svensson, J. (2021). Spatial Interfaces- transitions between private and public in residential architecture Chalmers University of Technology.

Kopec, D. (2017). Health and Well-Being for Interior Architecture. Routledge Taylor&Francis.

Lameira, G., & Rocha, L. (2019). Mapa da Habitação- Guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974).

Lefebvre, H. (1991). The production of space. Blackwell.

Lefebvre, H. (2000). O direito à Cidade (E. e. L. L. Livre, Ed.).

Ligtelijn, V. (2019). Aldo Van Eyck and the Amsterdam playgrounds. Docomomo, 61(2019/3).

Local diagnosis report for each frontrunner city. (2019).

Lopes, J. T. (2019). A crianças e a cidade- uma reflexão sobre usos e contra-usos no espaço público. In InfantiCidades: Pelo Direito a Brincar. Instituto Politécnico do Porto, Escola Superior de Educação. https://hdl.handle.net/10216/124069

Lopes, J. T., et al. (2023). Praticar espaços e criar lugares- Usos e contrausos das crianças em espaços públicos urbanos. In O direito das crianças à cidade: estudos sobre as cidades de Lisboa e do Porto. Lisboa: Mundos Sociais.

Maia, J. F. (2011). Brincar na rua: desenhar (n)o espaço público Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Marques, P. F., et al. (2014). Morfologia e Biodiversidade nos Espaços Verdes da Cidade do Porto. Livro 1 - Seleção das áreas de estudo. CIBIO- Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos.

Marques, P. F., et al. (2015). Morphology & Biodiversity in the Urban Green Spaces of the City of Porto. Book II - Habitat Mapping and Characterization. CIBIO- Research Centre in Biodiversity and Genetic Resources.

Martinho, J. I. P. (2014). O espaço para a criança na cidade: um estudo crítico a partir da experiência de Aldo van Eyck Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

MPH, K. M., et al. (2022). Programming for Health and Wellbeing in Architecture. Routledge Taylor&Francis.

Newman, O. (1996). Creating Defensible Space. Institute for Community Design Analysis.

Nunez, A. (2009). De la alienacíon, al dercho a la ciudade.

Oro, A. V. (2022). Ilhas do porto: reabilitar para incluir.

Paddison, R., & Sharp, J. (2008). Questioning the End of Public Space: Reclaiming Control of Local Banal Spaces. Scottish Geographical Journal. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14702540701615236

Pereira, G. M. (2014). SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário. História. Revista da FLUP, IV, 13-31.

Pimenta, Manuel., et al.(2001), As ‘ilhas’ do Porto. Estudo socioeconómico. Porto, Câmara Municipal do Porto/ Pelouro de Habitação e Acção Social.

Porto, C. M. d. (1962). Plano Director da Cidade do Porto, 1962. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-diretor-cidade-do-porto-1962

Porto, C. M. d. (1966). Plano de Melhoramentos 1956-66. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966

Porto, C. M. d. (2005). Plano Diretor Municipal, 2005. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/pdm-2006

Porto, C. M. d. (2017). Começam as obras e reabilitação do Bairro do Falcão em Campanhã. https://www.porto.pt/pt/noticia/comecam-as-obras-para-reabilitacao-do-bairro-do-falcao-em-campanha

Porto, C. M. d. (2017). Reabilitação do Bairro do Falcão entra na 2.a fase com obras em quatro blocos. https://www.porto.pt/pt/noticia/reabilitacao-do-bairro-do-falcao-entra-na-segunda-fase-com-obras-em-quatro-blocos

Porto, C. M. d. (2021). Espaço de Jogo e Recreio do Bairro do Falcão. https://ambiente.cm-porto.pt/parques-infantis-desportivos/espaco-de-jogo-e-recreio-do-bairro-do-falcao

Porto, C. M. d. (2021). Espaço de Jogo e Recreio do Bairro do Falcão. https://ambiente.cm-porto.pt/parques-infantis-desportivos/espaco-de-jogo-e-recreio-do-bairro-do-falcao

Porto, C. M. d. (2021). Os melhoramentos da Cidade, 1916. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/os-melhoramentos-da-cidade-1916

Porto, C. M. d. (2021). Plano Diretor Municipal do Porto, 2021. https://pdm.cm-porto.pt/

Porto, C. M. d. Arquivo Municipal do Porto. https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/?order_by=TITLE&q=bairro+do+falcao_

Porto, C. M. d. PDM, “Porto Projeto Cidade Nova”, 1993. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/pdm-1993-porto-projeto-cidade-nova

Porto, C. M. d. Plano de Melhoramentos, 1784. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-de-melhoramentos-1784

Porto, C. M. d. Plano de Melhoramentos, 1881. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1881

Porto, C. M. d. (1955). Plano de Salubrização das “Ilhas” do Porto. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966

Porto, C. M. d. Plano Geral de Urbanização, 1987. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-urbanizacao-1987

Porto, C. M. d. Plano Geral Urbanização, 1938-1940. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-urbanizacao-1938-1940

Porto, C. M. d. Plano Geral Urbanização, 1940-1942. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-geral-urbanizacao-1940-1942

Porto, C. M. d. Prólogo ao Plano Cidade do Porto, 1932. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/prologo-ao-plano-cidade-do-porto-1932

Porto, C. M. d. Reformulação da Área Central, 1913. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/reformulacao-da-area-central-1913

Porto, C. M. d. Renovação das Áreas Centrais, 1915. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/renovacao-das-areas-centrais-1915

Portuguesa, J. O. d. R. (2024). https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/75-2024-853918465

Quelhas, M. A. V. d. S. (2013). Circunstância, Desenho e Apropriação- o caso do Aleixo Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Ramos, R. J. G., et al. (2014). From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal. Modern Housing. Patrimonio Vivo, No. 51. https://docomomojournal.com/index.php/journal/issue/view/dj-51

Ramos, R. J. G., et al. (2018). Segregation in Housing and Urban Forms: an Issue of Private and Public Concern. MDPI(Social Sciences). https://www.mdpi.com/2076-0760/7/9/145

Ramos, R. J. G., et al. (2019). Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP).

Remy, J., & Voyé, L. (1994). A cidade: rumo a uma nova definição? (J. D. Almeida, Trans.). In Porto: Edições Afrontamento.

Restivo, J. C. A. (2014). Habitação Pública no Porto: Intervir para requalificar Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. FEUP.

Rocha, L. (2014). The Preservation of Authenticity and the Awareness of the Necessary-3 Buildings, 3 Case Studies, 3 Levels of Intervention. Modern Housing. Patrimonio Vivo, No. 51. https://docomomojournal.com/index.php/journal/issue/view/dj-51

Rocha, L. S. (2016). Intervenção no moderno: Reconhecimento, caracterização e salvaguarda de edifícios de habitação plurifamiliar Faculdade de arquitetura da Universidade do Porto. FAUP.

Rocha, L., & Póvoas, R. F. (2023). Bairro do Falcão. Tectonic Series 03. Well-Balanced Energy Housing (WellBEH). https://hdl.handle.net/10216/156156

Rocha, L., et al. (2023). The Right to Comfort in Social Housing: Energy and Thermal Performances as Parameters of a Systemic Analysis. MDPI(Buildings). https://www.mdpi.com/2075-5309/13/5/1173

Seixas, R. A. C. (2015). Qualidade do Espaço Público: Metodologias de Avaliação Instituto Superior de Agronomia. U Lisboa.

Sherwani, A. B., et al. (2025). Spatiality of Outdoor Social Activities in Neighborhood Urban Spaces: An Empirical Investigation in Erbil City Neighborhoods. MDPI(Buildings).

Silva, F. M. S. (2021). Bairro do Carvalhido no Porto: Projeto, Reabilitação e Valorização Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto FAUP.

Silva, M. C., et al. (2020). Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito. Edições Húmus.

Social, D. (2017). ARU Corujeira: Fichas de Caracterização dos Bairros Municipais. Retrieved from https://www.domussocial.pt/
Social, D. Caracterização Socioeconómica e Demográfica / Brigadas e Pedidos de Intervenção. https://www.domussocial.pt/bairros/caracterizacao-socioeconomica-e-demografica-brigadas-e-pedidos-de-intervencao

Stokols, D., & Altman, I. (1987). Handbook of Environmental Psychology.

Storie, J. T., & Bell, S. (2016). Putting people first!

Teixeira, S. C. M. (2012). Espaços públicos, processos de desenvolvimento urbano e períodos morfológicos da cidade do Porto Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto FEUP.

Tostões, A. (2014). The House, the Home and the Housing Question. Modern Housing. Patrimonio Vivo, No. 51. https://docomomojournal.com/index.php/journal/issue/view/dj-51

Una lectura (posible) sobre Henri Lefebvre. THEOMAI Journal, 20, 34-48.

URBiNAT- D4.2 Healthy Corridor Concept. (2021). (G. C. Moniz, et al., Eds.). https://urbinat.eu/cities/porto/

Viegas, L. S. d. C., et al. (2019). Arquitetura do Espaço Público, Hoje.

Iconografia

[1] Gonçalves, E. M. V. (2014). Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitetura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.14

[2] Gonçalves, E. M. V. (2014). Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933. A prática de uma arquitetura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. FAUP. P.14

[3] Porto, C. M. d. (1955). Plano de Salubrização das “Ilhas” do Porto. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966 (consultado a 30/05/26)

[4] Porto, C. M. d. (1955). Plano de Salubrização das “Ilhas” do Porto. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966 (consultado a 30/05/26)

[5] Garret, A. A. (1952). Plano Regulador Cidade do Porto, 1952. Câmara Municipal do Porto Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-regulador-cidade-do-porto-1947-1952 (consultado a 30/05/26)

[6- 11]https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/ documents/276169/?q=ilhas+do+porto (consultado a 29/05/26)

[12] Porto, C. M. d. (1966). Plano de Melhoramentos 1956-66. Retrieved from https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/plano-melhoramentos-1956-1966 P.20 (consultado a 30/05/26)

[13] https://www.domussocial.pt/bairros-lista/bom-sucesso (consultado a 30/05/26)

[14] https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/ documents/614680/?q=cerco (consultado a 30/05/26)

[15] https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/ documents/291870/?q=bairro+falcao (consultado a 30/05/26)

[16]https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/ documents/363947/?q=bairro+carvalhido (consultado a 30/05/26)

[17] https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/ documents/614800/?q=fernao+magalhaes (consultado a 30/05/26)

[18] Oro, A. V. (2022). Ilhas do porto: reabilitar para incluir. P.24-25

[19] Porto, C. M. d. PDM, “Porto Projeto Cidade Nova”, 1993. https://www.cm-porto.pt/os_planos_do_porto/pdm-1993-porto-projeto-cidade-nova (consultado a 30/05/26)

[20] https://surl.li/qyyecv (consultado a 02/06/26) https://eumiesawards.com/heritageobject/building-rehabilitation-of-the-bairro-do-cerco-do-porto/ (consultado a 01/06/26)

[21] https://comporto.pt/portfolio-item/bairro-fernao-magalhaes/ (consultado a 01/06/26)

[22-23] https://d-a.pt/project/renovacao-de-edificios-no-bairro-do-lagarteiro-porto/ (consultado a 01/06/26)

[24-25] https://www.vaconsultores.com/projetos.php (consultado a 01/06/26)

[26] https://calapezarquitectos.com/project/bairro-do-falcao-blocos-1-a-9/ (consultado a 01/06/26)

[27] https://cprataarquitetos.com/portfolio/bairro-do-falcao/?lang=en (consultado a 01/06/26)

[28-29] https://eumiesawards.com/heritageobject/building-rehabilitation-of-the-bairro-do-cerco-do-porto/ (consultado a 01/06/26)

[30-32] https://www.menosemais.com/conteudo/bairros-contumil-e-pio-xii (consultado a 01/06/26)

[33-34] https://calapezarquitectos.com/project/bairro-do-falcao-espaco-urbano/ (consultado a 01/06/26)

[35-36] https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/640644/?q=bairro+falcao (consultado a 01/06/26)

[37-38] https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/639686/?q=bairro+falcao (consultado a 01/06/26)

[39] https://calapezarquitectos.com/project/bairro-do-falcao-blocos-1-a-9/ (consultado a 01/06/26)

[40] https://cprataarquitetos.com/portfolio/bairro-do-falcao/?lang=en (consultado a 01/06/26)

[41] https://calapezarquitectos.com/project/bairro-do-falcao-espaco-urbano/ (consultado a 01/06/26)

[42-45] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[46] Ligtelijn, V. (2019). Aldo Van Eyck and the Amsterdam playgrounds. Docomomo, 61(2019/3). P.34 (consultado a 29/05/26)

[47] Ligtelijn, V. (2019). Aldo Van Eyck and the Amsterdam playgrounds. Docomomo, 61(2019/3). P.40 (consultado a 29/05/26)

[48] Ligtelijn, V. (2019). Aldo Van Eyck and the Amsterdam playgrounds. Docomomo, 61(2019/3). P.33 (consultado a 29/05/26)

[49-50] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[51-52] https://divisare.com/projects/384854-hugo-santos-silva-fernando-guerra-fg-sg-praca-fonte-nova (consultado a 01/06/26)

[53] https://www.frankmultari.com/blog/page/2 (consultado a 01/06/26)

[54-55] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[56-58] https://www.moma.org/artists/3520-helen-levitt (consultado a 01/06/26)

[59-60] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[61-63] https://divisare.com/projects/384854-hugo-santos-silva-fernando-guerra-fg-sg-praca-fonte-nova (consultado a 01/06/26)

[64-69] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[70-73] https://www.facebook.com/profile.php?id=100010315597779&sk=photos_by (consultado a 01/06/26)

[74-76] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

[77] https://www.facebook.com/profile.php?id=100010315597779&sk=photos_by (consultado a 01/06/26)

[78-89] Fotografias: Raquel Ribeiro, 2026

Apêndices

Análise do espaço público do Bairro do Falcão: estudo de satisfação dos utilizadores do mesmo, no âmbito de uma dissertação de mestrado na FAUP, Fevereiro de 2026

Apresentação

Raquel Ribeiro, aluna de mestrado na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, está a desenvolver um estudo sobre o espaço público como extensão da habitação, no bairro do Falcão. Com este questionário, pretende-se perceber a opinião dos utilizadores relativamente ao espaço público deste bairro e compreender o seu grau de satisfação.

São inquiridos moradores e utilizadores do espaço público do bairro. A informação recolhida será tratada estatisticamente, garantindo-se a confidencialidade das opiniões de cada um.

1. Perfil

1.1. Idade:_____

1.2. Sexo: _____

1.3. Ocupação: _____

1.4. Vive no bairro do Falcão?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo:

1.4.1. Há quanto tempo?_____

1.4.2. Em que bloco habita?_____

Em caso negativo:

1.4.3. Em que zona habita?_____

2. O uso do Espaço Público

2.1. Com que frequência utiliza o espaço público do bairro?

(jardins, parques, largos)

☐ Todos os dias ☐ Várias vezes por dia

☐ Uma vez por semana ☐ Raramente ☐ Nunca

2.2. Que tipo de atividade costuma praticar nestes espaços?

☐ Caminhar ☐ Conviver com amigos/ família

☐ Brincar ☐ Praticar desporto

☐ Passear o cão ☐ Ler/descansar

☐ Outros:_____

2.3. Em que horários mais costuma usufruir dos espaços durante a semana?

☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite

2.4. Em que horários mais costuma usufruir dos espaços no fim de semana?

☐ Manhã ☐ Tarde ☐ Noite

3. Espaços de exercitar

3.1. Acha que as zonas para praticar exercício físico estão aptas ao uso por diferentes faixas etárias?

☐ Sim ☐ Não

3.2. Os espaços recreativos acomodam desportos de grupo?

☐ Sim ☐ Não

3.3. Os espaços têm equipamentos de exercício variados?

☐ Poucos ☐Suficientes ☐ Bastantes

3.4. Considera que os equipamentos de exercício estão em bom estado de preservação?

☐ Sim ☐ Não

3.5. Estes espaços dispõem de iluminação?

☐ Pouca ☐ Suficiente ☐ Bastante

3.6. Os espaços são amplos de modo a albergar diferentes pessoas ao mesmo tempo?

☐ Sim ☐ Não

3.7. Sente-se confortável a utilizar estes espaços à noite?

☐ Sim ☐ Não

3.8. Sente a presença de vegetação ao redor destes espaços?

☐ Pouca ☐ Suficiente ☐ Bastante

3.9. Consegue utilizar estes espaços para atividades diferentes?

☐ Sim ☐ Não

3.10. Que atividades pratica nestes espaços?

☐ Corrida ☐ Exercício em máquinas

☐ Brincar ☐ Praticar desportos coletivos

☐ Outros:_____

4. Espaços de estar

4.1. Acha que o mobiliário urbano é suficiente para encorajar a parar e repousar?

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

4.2. Que tipo de mobiliário mais utiliza quando está no exterior?

☐ Mesas ☐ Bancos ☐ Bebedouros

☐ Outros:_____

4.3. Sente que o mobiliário urbano é resistente, ao longo dos anos?

☐ Sim ☐ Não

4.4. O mobiliário é confortável de usar?

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

4.5. Sente que a iluminação nestas zonas é suficiente?

☐ Pouca ☐ Suficiente ☐ Bastante

4.6. Os passeios e as praças oferecem boas condições de mobilidade?

(passeios com largos, boa transição entre espaços ou ausência de barreiras físicas)

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

4.7. Que zonas recreativas mais utiliza?

☐ Campo de jogos ☐ Zonas com equipamentos de exercício

☐ Zonas de espaços infantis ☐ Bancos

☐ Espaços verdes ☐ Outros:_____

Porquê?_____

4.8. Estas zonas incentivam ao convívio entre os moradores?

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

4.9. Sente falta de cafés junto às zonas recreativas?

☐ Sim ☐ Não

5. Espaços de cuidar

5.1. Sente que os diferentes espaços exteriores têm boa visibilidade entre eles?

☐ Pouca ☐ Suficiente ☐ Bastante

5.2. Sente que existe no bairro alguma zona em que os vizinhos se reúnam mais frequentemente?

☐ Sim ☐ Não

Em caso afirmativo, onde? _____

Em caso negativo, acha que faz falta? _____

5.3. Sente-se motivado a cuidar dos canteiros junto do seu prédio? [R]

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

5.4. Sente o espaço em frente à sua casa como uma extensão da mesma?[R]

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

5.5. Consegue ver o espaço exterior a partir da sua varanda ou janela?[R]

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

5.6. Sente-se seguro em deixar as crianças brincar no exterior?

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

5.7. Considera que os espaços de entrada no prédio são acessíveis (mobilidade)?[R]

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

6. Espaços de circular

6.1. Acha que a largura dos passeios é suficiente?

(para cadeiras de rodas ou carrinhos de bebés)

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

6.2. Como avalia a condição do pavimento dos passeios?

☐ Insuficiente ☐ Suficiente ☐ Muito boa

6.3. Sente que os automóveis ocupam espaços destinados a peões?

☐ Sim ☐ Não

6.4. Como avalia os lugares de estacionamento em relação às necessidades dos moradores?

☐ Poucos ☐ Suficientes ☐ Bastantes

6.5. Os espaços exteriores, nomeadamente as áreas pedonais, tem boa visibilidade e segurança?

☐ Pouco ☐ Suficiente ☐ Bastante

6.6. A iluminação dos caminhos pedonais é suficiente, à noite?

☐ Sim ☐ Não

6.7. As ruas que existem permitem uma boa ligação do bairro com o resto da cidade?

☐ Sim ☐ Não

7. Perceção da qualidade do bairro

7.1. O bairro distingue-se pelo seu carácter singular?

☐ Sim ☐ Não

Porquê?_____

7.2. A escolha dos materiais contribui para a atratividade do bairro?

☐ Sim ☐ Não

Porquê?_____

7.3. No geral, como avalia a qualidade do espaço público deste bairro?

☐ Nada satisfatória ☐ Pouco satisfatória

☐ Satisfatória ☐ Muito satisfatória

Data:___/___/_____

[R] – Questões feitas apenas aos moradores do bairro do Falcão

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, abaixo-assinado(a), declaro, sob compromisso de honra, que autorizo a recolha e utilização dos dados fornecidos no questionário anexo relativo ao estudo sobre o espaço público como extensão da habitação no bairro do Falcão, após ter sido devidamente informado(a) sobre os objetivos, a metodologia e os termos da minha participação. Este estudo é conduzido pela estudante Raquel Ribeiro, no contexto da sua dissertação de mestrado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Para os devidos efeitos, fui informado(a) de que:
• A minha participação envolve o registo das respostas em papel pelo(a) estudante;

• A minha participação é voluntária e posso desistir a qualquer momento sem qualquer prejuízo;

• Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para fins académicos e científicos;

• Não será realizado qualquer registo de som, nem será permitido qualquer uso comercial da informação;

• A qualquer momento poderei solicitar o exercício dos direitos de acesso, retificação, apagamento ou limitação do tratamento dos meus dados, enviando este pedido por e-mail para o e-mail da estudante. O exercício destes direitos poderá ser limitado, se já não for possível identificar o conjunto de dados que lhe diz respeito.

Para solicitar o exercício dos meus direitos ou para solicitar o esclarecimento de possíveis questões adicionais, poderei contactar a estudante Raquel Ribeiro através do e-mail: up202005102@edu.arq.up.pt

Assinatura:_____
Porto, Data: ___/___/_____

U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

DECLARAÇÃO

Declaro que forneci a informação ao participante e certifiquei-me de que foi compreendida.

O/a participante teve oportunidade de fazer perguntas, obter respostas sobre a dissertação de mestrado e sobre a aplicação do inquérito através de um questionário.

Confirmo que o/a participante deu o seu consentimento de forma livre e voluntária.

Assinatura do/a estudante:_____
Data:___/___/_____

A.1. Análise do espaço público do bairro do Falcão: estudo de satisfação dos utilizadores

A.1.2. Relatório das visitas de campo

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 02/03/2026

Período horário: 10:00- 12:00

Localização Específica: Sede da associação cultural e desportiva do bairro do Falcão/ Café

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 11 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas mais velhas, reformadas, mas alguns jovens e pessoas de meia-idade

Recetividade: Bastante recetivos, bastou a primeira pessoa começar a falar que as seguintes foram querendo participar

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Estes espaços não eram utilizados pela maioria das pessoas, estas não se exercitavam, apenas usavam estas zonas para caminhar. No entanto, dizem que veem algumas crianças e jovens a utilizá-los para brincar.

Espaços de estar: A maior parte das pessoas disse não se sentar no espaço público, muitos porque acham que não tem muita luz e outros porque não estão abrigados do vento ou da chuva, por isso preferem ficar no café. Apesar de acharem que há vegetação e luz suficientes, acham que o problema é o posicionamento dos bancos que não incita à permanência. Os mais novos dizem usar estes espaços para brincar e estar com amigos.

O café/sede é o espaço de convívio e reunião entre todos, sendo o espaço mais frequentado por todos com quem falamos.

Espaços de cuidar: Algumas das pessoas que habitam o bairro dizem que cuidam dos canteiros nas caixas de escadas, enquanto outras acham que não devem gastar dinheiro com isso.

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos.

Perceção de qualidade do bairro: Todos os inquiridos consideram este bairro muito apelativo quer pela sua beleza, mas também por ser sossegado, calmo e dar-lhes muita segurança.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Segurança e tranquilidade, um ambiente onde toda a gente se conhece, então não há problemas com crianças a brincar na rua, nem no café.

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

Citações “Chave”:

“Antigamente existiam aqui baloiços e escorregas e agora só tem umas barras de ferro para brincar”

“Apesar de ser um bairro muito seguro, passa aqui muita gente e às vezes não traz muita segurança”

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Falou-se com bastantes pessoas ao longo desta manhã.

Inicialmente, os homens diziam apenas usar o espaço público para ir para o café e que os bancos lá fora não são muito usados por não estarem abrigados. Estes dizem que os espaços são amplos e usados por várias faixas etárias, mas denotam e apontam a falta de estacionamento face às necessidades.

De seguida algumas mães com filhas apontaram também o problema dos carros nos passeios, mas também o cuidado que tem com as floreiras das caixas de escadas, embora uma das senhoras tenha dito que não gasta dinheiro com isso.

Denota-se que as pessoas mais jovens utilizam mais as zonas de exercitar, do espaço público, quer para atividades em grupo, quer apenas para conviver e, apesar de dizerem que o campo de jogos precisa de obras, apresentam-se satisfeitas.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 03/03/2026

Período horário: 10:00- 12:00

Localização Específica: Sede da associação cultural e desportiva do bairro do Falcão/ Café

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 8 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas mais velhas, reformadas, mas falei com uma criança

Recetividade: Mantiveram-se bastante recetivos

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Os espaços não eram muito usados, com a exceção da criança que falou comigo e que disse que gostava de brincar no ringue e no parque infantil. Muitos dos adultos disseram que não usavam estas zonas, mas que o ringue precisava de obras e reparações.

Espaços de estar: Algumas pessoas sentam-se no espaço público, como forma de arejar o lugar de variada de ambiente, já que dentro de casa não tem muito por onde fugir.

O café/sede continua a ser o espaço de convívio e reunião entre todos.

Espaços de cuidar: Poucas destas pessoas cuidavam das floreiras. Mas acham que as janelas têm boa visibilidade e deixariam/ deixam as crianças brincar à vontade no exterior.

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: Todos os inquiridos consideram este bairro muito apelativo quer pela sua beleza, mas também por ser sossegado. Dizem que o problema não é quem lá vive, mas quem por lá passa.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Segurança e tranquilidade, um ambiente onde toda a gente se conhece, então não há problemas com crianças a brincar na rua, nem no café.

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Nesta manhã comecei por falar com pessoas no café, que mantiveram as opiniões e falas das pessoas com quem tinha falado antes, mas, entretanto, veio para o café um menino chamado André.

Este menino estava lá com a avó, mas toda a gente já o conhecia porque ele passa lá as manhãs com a mesma. Ele estava a brincar e depois veio brincar comigo, divertimo-nos muito e ele era muito simpático

Ao longo da manhã várias pessoas me disseram que o rinque precisava de obras, mas que as crianças e os jovens o utilizam diariamente.

Uma das críticas feitas foi também o estado abandonado das zonas periféricas do bairro, as traseiras dos blocos apresentam uma vegetação descuidada e que desincentiva ao seu uso.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 06/03/2026

Período horário: 15:00- 17:00

Localização Específica: Sede da associação cultural e desportiva do bairro do Falcão/ Café

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 7 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas de meia-idade

Recetividade: Mantiveram-se bastante recetivos

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Estas zonas não eram muito usadas pelos inquiridos, no entanto, alguns disseram que viam as crianças a usá-las e outros disseram que eram inúteis porque nunca ninguém as usava

Espaços de estar: A maioria das pessoas queixou-se dos bancos e dos espaços de descanso, dizem ser desconfortáveis e mal posicionados e que ninguém os usa.

O café/sede continua a ser o espaço de convívio e reunião entre todos.

Espaços de cuidar: Uma das senhoras disse adorar as floreiras e gosta muito de cuidar delas, enquanto outra diz que vive no R/Chão então não tem flores dela, mas que gostava

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: É um bairro com muito movimento de pessoas de outras zonas e bairros, mas os que lá vivem não acham que seja por ser visualmente apelativo.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Segurança

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Esta tarde comecei os inquéritos com a senhora que trabalha no café, da parte da tarde, ela gosta de lá trabalhar e acha um ambiente muito tranquilo. Depois falei com algumas pessoas que lá moram, mas que apenas usam o espaço público para ir ao café ou para sair do bairro, não usam nem veem utilidade nos bancos ou nos espaços de exercício.

Por fim, falei com uns senhores que param à porta do café, mas não são de lá e dizem que apesar de não usarem os espaços de exercitar, que veem as crianças no ringue e assim.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 17/03/2026

Período horário: 14:00- 15:00

Localização Específica: Vaguear pelas ruas do bairro

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 7 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas de meia-idade

Recetividade: Pessoas simpáticas e prestáveis

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Estas zonas não eram muito usadas pelos inquiridos, apenas se tivessem alguém mais pequeno a visitá-los ou com eles

Espaços de estar: Não se mostraram utilizadores dos espaços exteriores, apenas em situações pontuais

O café/sede continua a ser o espaço de convívio e reunião entre todos.

Espaços de cuidar: Não mostraram interesse em cuidar das floreiras e alguns ainda disseram não ter visibilidade sobre o espaço público e não sentirem seguros em deixar as crianças brincar na rua sozinhas

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma). Desta vez algumas pessoas disseram não haver falta de estacionamento, mas sim excesso de carros

Perceção de qualidade do bairro: Disseram notar bairrismo e um senso de comunidade entre as pessoas

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Segurança

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Neste dia passei por lá para ver se encontrava pessoas enquanto fazia um levantamento do local e fui falando com pessoas estavam ou a ir ou a sair da sede para tomarem o café depois do almoço.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 21/03/2026

Período horário: 14:00- 17:00

Localização Específica: Sede da associação cultural e desportiva do bairro do Falcão, campo de jogos

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 12 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Pessoas de meia-idade e crianças

Recetividade: Simpáticas e disponíveis para ajudar

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Espaços não muito usados pelos adultos, mas para as crianças é o ponto de encontro entre os amigos.

Espaços de estar: Os bancos e os espaços de estar ao longo do espaço público são usados pelos mais velhos, as pessoas mais jovens convivem no café e à porta do mesmo.

Espaços de cuidar: A maior parte das pessoas não cuida das floreiras, mas uma das senhoras diz que queria cuidar mais da dela.

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: É um bairro com muito movimento de pessoas de outras zonas. Houve pessoas que se queixaram que não gostam do ambiente das pessoas que param pela sede e pelo café, sentem que estes trazem mau ambiente e maus hábitos.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Segurança, para alguns não é assim tão seguro

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Esta tarde comecei por passear pelo espaço público onde fui falando com pessoas e algumas se queixaram do ambiente das pessoas na sede e muitos também não gostam dos bancos por serem desconfortáveis.

Por outro lado, as crianças disseram gostar muito de brincar nas máquinas de exercício e no ringue, que se reúnem lá com os amigos e brincam todos juntos.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 27/03/2026

Período horário: 13:30- 15:00

Localização Específica: Vaguear pelo espaço público

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 9 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas de meia-idade

Recetividade: Pessoas com alguma pressa, mas disponíveis para responder

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Estas zonas não são muito usadas pelos inquiridos, no entanto, alguns levavam lá os filhos/ crianças para ir lá brincar, outros disseram que a máquinas que tem não são muito indicadas para as crianças.

Espaços de estar: Algumas pessoas usam para se sentar no exterior e descansar, mas acham desconfortáveis.

As pessoas acham que café/sede continua a ser o espaço de convívio e reunião entre todos.

Espaços de cuidar: Algumas pessoas dão valor a cuidar das floreiras, mas quem não é de lá acha as mesmas um ponto positivo no bairro.

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: As pessoas gostam do aspeto apelativo do bairro, muito pela calma e sossego deste, mas também pelas floreiras que o adornam.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Calma e sossego

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Hoje fui para o bairro de modo a fazer levantamentos no espaço público, mas aproveitar para falara com algumas pessoas, caso as encontrasse. Falei com muitas pessoas que não eram de lá, mas passam por la para chegar a casa ou ao trabalho e dizem levar os filhos para brincarem lá.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 28/03/2026

Período horário: 15:00- 18:00

Localização Específica: Vaguear pelo bairro

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 16 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Predominantemente pessoas mais velhas

Recetividade: Bastante recetivos

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: Estes espaços não são muito utilizados pelas pessoas mais velhas, algumas dizem que as máquinas que lá estão não são muito adequadas a eles e outras pessoas queixaram-se do espaço para as crianças porque os brinquedos dantes eram melhores, mais adequados às crianças, com escorregas e assim. Apesar de tudo algumas crianças ainda o usam.

Espaços de estar: A maioria das pessoas queixou-se dos bancos e dos espaços de descanso, dizem ser desconfortáveis e mal posicionados e que ninguém os usa.

O café/sede continua a ser o espaço de convívio e reunião entre todos.

Espaços de cuidar: Algumas pessoas gostam de cuidar das floreiras e outras não, mas as pessoas de fora que lá passam, dizem gostar do aspeto que elas dão ao conjunto.

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: É um bairro com muito movimento de pessoas de outras zonas e bairros e algumas pessoas acham no calmo e bonito

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Beleza e segurança como um todo

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Esta tarde comecei os inquéritos passeando pelo bairro e encontrei algumas pessoas que vivem na outra fase do bairro, nota-se que eles não usam o espaço público da outra fase, apenas usam a parte por trás do edificado para chegarem a casa.

As pessoas que vivem no bairro queixaram-se dos espaços de exercitar, pois dizem não ser adequados para crianças, pois são perigosos e porque tinham baloiços e escorregas e tiraram-lhes, a zona de máquinas de exercícios não é usada pelos adultos/idosos, porque eles dizem não ter o hábito de usar os mesmos. A queixa da falta de estacionamento e dos carros em cima dos passeios mantém-se.

Ficha de Campo: Bairro do Falcão

1. Dados de Identificação

Data: 06/04/2026

Período horário: 14:00- 18:00

Localização Específica: Pelo bairro todo

2. Caracterização da Amostra

N.º de inquéritos realizados: 30 inquéritos

Perfil predominante dos entrevistados: Pessoas de todas as idades

Recetividade: Muito simpáticos e disponíveis para responder

3. Diário de Observação

Espaços de exercitar: As pessoas mais velhas dizem não usar muito estes espaços, mas os mais novos usam-nos muito e gostam de se reunir lá, quer seja no ringue quer no parque de cima para brincarem, porém as mães de crianças queixam-se dos apetrechos dos parques porque dizem não ser apropriados para crianças, preferiam baloiços e escorregas normais.

Espaços de estar: As pessoas disseram usar estas zonas principalmente agora com o bom tempo, vem apanhar um pouco de sol e acabam por encontrar pessoas com quem conversam. O espaço da sede continua a ser uma zona de atração para as pessoas que param lá para beber qualquer coisa e conversar.

Espaços de cuidar: Poucas pessoas disseram cuidar das floreiras e outras disseram que vivem lá a pouco tempo, mas que as pessoas mais velhas do prédio dela gostam de cuidar

Espaços de circular: Os espaços de circular são muito amplos e inclusivos, no entanto, há falta de estacionamento, então os carros estão sempre em cima do passeio e da relva. O estacionamento indevido dificulta muito a circulação pelos passeios, apesar de serem inicialmente muito largos. (A crítica manteve-se a mesma)

Perceção de qualidade do bairro: É um bairro movimentado, bonito e sossegado.

4. Síntese das Opiniões e Discursos

Pontos Positivos Recorrentes: Beleza e segurança como um todo

Principais Queixas/Carências: Falta de estacionamento suficiente que consequentemente leva as pessoas a estacionar em cima dos passeios e das zonas verdes.

Citações “Chave”:

“Podiam trazer de volta os baloiços e os escorregas que nisto as crianças nem sabem brincar”

5. Notas de Análise Arquitetónica (Análise pessoal/descrição das entrevistas)

Esta tarde começou a falar com pessoas no café e todas elas dizem reunir se la e gostar do espaço público e dizer que as crianças brincam muito no ringue e nos espaços de estar. Depois falamos com dois amigos que estavam a brincar e disseram que brincam nos parques de cima porque os pais não os deixam ir para a beira da sede sozinhos. Também falamos com umas meninas que estavam a passear todas juntas e dizem gostar dos espaços de brincar, que é onde se reúnem todos, e até jogam futebol de vez em quando. Também falamos com um senhor que nos disse que faz muitas caminhadas com os amigos que também la vivem e que gosta muito da preparação das rusgas que muitas das vezes é lá no ringue os ensaios e assim. Ele sente-se muito seguro e acha que é um bairro muito calmo tanto que deixa sempre a porta encostada caso lhe aconteça alguma coisa alguém o poder ir ajudar.

Falamos com uma mãe e uma filha com uma bebé e elas disseram viver lá há pouco tempo, mas estar a gostar muito o nico problema para além da falta de estacionamento que apontaram foi o facto de os parques para crianças serem perigosos e pouco adaptados às crianças e ao que eles brincam.

A.1. Análise do espaço público do bairro do Falcão: estudo de satisfação dos utilizadores

A.1.3. Apuramento dos resultados do questionário

1.1. Idade?

	Nr respostas	%
0 - 20	14	14%
20 - 40	17	17%
40 - 60	32	32%
60 - 80	29	29%
80 - 100	08	8%

1.2. Sexo?

	Nr respostas	%
Feminino	68	68%
Masculino	32	32%

1.3. Ocupação?

	Nr respostas	%
Trabalhador	51	51%
Desempregado	04	4%
Estudante	11	11%
Reformado	32	32%
Outro	02	2%

1.4. Vive no bairro do Falcão?

	Nr respostas	%
Sim	66	66%
Não	34	34%

2.1. Com que frequencia utiliza o espaço público?

	Nr respostas	%
Todos os dias	76	76%
Várias vezes por dia	05	5%
Uma vez por semana	09	9%
Raramente	09	9%
Nunca	01	1%

2.2. Que tipo de atividade costuma praticar nestes espaços?

	Nr respostas	%
Caminhar	50	50%
Conviver com amigos/famiília	50	50%
Brincar	07	7%
Praticar desporto	01	1%
Passear o cão	13	13%
Ler/Descansar	01	1%
Outro	09	9%

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta
**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

2.3. Em que horários mais costuma usufruir dos espaços durante a semana?

	Nr respostas	%
Manhã	32	32%
Tarde	77	77%
Noite	17	17%

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta
**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

2.4. Em que horários mais costuma usufruir dos espaços durante o fim de semana?

	Nr respostas	%
Manhã	41	41%
Tarde	83	83%
Noite	22	22%

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta
**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

3.1. Acha que as zonas para praticar exercício físico estão aptas ao uso por diferentes faixas etárias?

	Nr respostas	%
Sim	67	67%
Não	33	33%

3.2. Os espaços recreativos acomodam desportos de grupo?

	Nr respostas	%
Sim	93	93%
Não	07	7%

3.3. Os espaços têm equipamentos de exercício variados?

	Nr respostas	%
Poucos	42	42%
Suficientes	41	41%
Bastantes	17	17%

3.4. Considera que os equipamentos de exercício estão em bom estado de preservação?

	Nr respostas	%
Sim	91	91%
Não	09	9%

3.5. Estes espaços dispõem de iluminação?

	Nr respostas	%
Pouca	22	22%
Suficiente	37	37%
Bastante	41	41%

3.6. Os espaços são amplos de modo a albergar diferentes pessoas ao mesmo tempo?

	Nr respostas	%
Sim	93	93%
Não	07	7%

3.7. Sente-se confortável a utilizar estes espaços à noite?

	Nr respostas	%
Sim	62	62%
Não	38	38%

3.8. Sente a presença de vegetação ao redor destes espaços?

	Nr respostas	%
Poucos	08	8%
Suficientes	51	51%
Bastantes	41	41%

3.9. Consegue utilizar estes espaços para atividades diferentes?

	Nr respostas	%
Sim	83	83%
Não	17	17%

3.10. Consegue utilizar estes espaços para atividades diferentes?

	Nr respostas	%
Corrida	03	3%
Exercício em máquinas	05	5%
Brincar	16	16%
Praticar Desporto	10	10%
Outro:	72	72%
Não utiliza	57	57%
Convívio	06	6%
Brincar com crianças	07	7%
Para as rusgas	02	2%

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta
**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

4.1. Acha que o mobiliário urbano é suficiente para encorajar a parar e repousar?

	Nr respostas	%
Pouco	22	22%
Suficiente	43	43%
Bastante	35	35%

4.2. Que tipo de mobiliário mais utiliza quando está no exterior?

	Nr respostas	%
Mesas	0	
Bancos	88	88%
Bebedouros	0	
Outros:	12	12%
Não usa	10	10%
Campo de jogos	02	2%

4.3. Sente que o mobiliário é resistente ao longo dos anos?

	Nr respostas	%
Sim	99	99%
Não	01	1%

4.4. O mobiliário é confortável de usar?

	Nr respostas	%
Pouco	50	50%
Suficiente	41	41%
Bastante	09	9%

4.5. Sente que a iluminação nestas zonas é suficiente?

	Nr respostas	%
Pouca	19	19%
Suficiente	32	32%
Bastante	49	49%

4.6. Os passeios e praças oferecem boas condições de mobilidade?

	Nr respostas	%
Pouco	08	8%
Suficiente	27	27%
Bastante	65	65%

4.7. Que zonas recreativas mais utiliza?

	Nr respostas	%
Campo de jogos	19	19%
Zonas com equipamento de exercício	01	1%
Zonas de espaços infantis	15	15%
Bancos	51	51%
Espaços verdes	33	33%
Outros: Café	32	32%

*Admitiu-se referência a um ou mais aspetos por resposta
**Percentagem referente a um total de 100 inquiridos.

4.8. Estas zonas incentivam ao convívio entre moradores?

	Nr respostas	%
Pouco	13	13%
Suficiente	19	19%
Bastante	68	68%

4.9. Sente a falta de cafés junto às zonas recreativas?

	Nr respostas	%
Sim	07	7%
Não	93	93%

5.1. Sente que os diferentes espaços exteriores têm boa visibilidade entre eles?

	Nr respostas	%
Pouca	04	4%
Suficiente	31	31%
Bastante	65	65%

5.2. Sente que existe no bairro alguma zona em que os vizinhos se reúnam mais frequentemente?

	Nr respostas	%
Sim	91	91%
Não	09	9%

5.2. Sente que existe no bairro alguma zona em que os vizinhos se reúnam mais frequentemente?

Em caso afirmativo, onde?	Nr respostas	%
Café	85	92,39%
Parque infantil	06	6,52%
Centro de dia	01	1,08%

**Percentagem referente a um total de 92 inquiridos que responderam “Sim” à questão 5.2.

5.3. Sente-se motivado a cuidar dos canteiros junto do seu prédio?R

	Nr respostas	%
Pouco	53	80,30%
Suficiente	05	7,57%
Bastante	08	12,12%

**Percentagem referente a um total de 66 inquiridos que vivem no Falcão.

5.4. Sente o espaço em frente à sua casa como uma extensão da mesma?R

	Nr respostas	%
Pouco	43	65,15%
Suficiente	18	27,27%
Bastante	05	7,57%

**Percentagem referente a um total de 66 inquiridos que vivem no Falcão.

5.5. Consegue ver o espaço exterior a partir da sua varanda ou janela?R

	Nr respostas	%
Pouco	05	7,57%
Suficiente	23	34,84%
Bastante	38	57,57%

**Percentagem referente a um total de 66 inquiridos que vivem no Falcão.

5.6. Sente-se seguro em deixar as crianças brincar no exterior?

	Nr respostas	%
Pouco	11	11%
Suficiente	15	15%
Bastante	74	74%

5.7. Considera que os espaços de entrada no prédio são acessíveis?R

	Nr respostas	%
Pouco	27	40,90%
Suficiente	23	34,84%
Bastante	16	24,24%

**Percentagem referente a um total de 66 inquiridos que vivem no Falcão.

6.1. Acha que a largura dos passeios é suficiente?

	Nr respostas	%
Pouco	14	14%
Suficiente	32	32%
Bastante	54	54%

6.2. Como avalia a condição do pavimento dos passeios?

	Nr respostas	%
Insuficiente	13	13%
Suficiente	30	30%
Muito boa	57	57%

6.3. Sente que os automóveis ocupam espaços destinados a peões?

	Nr respostas	%
Sim	97	97%
Não	03	3%

6.4. Como avalia os lugares de estacionamento em relação às necessidades dos moradores?

	Nr respostas	%
Poucos	94	94%
Suficientes	05	5%
Bastantes	01	1%

6.5. Os espaços exteriores, nomeadamente as áreas pedonais, tem boa visibilidade e segurança?

	Nr respostas	%
Pouco	08	8%
Suficiente	24	24%
Bastante	68	68%

6.6. A iluminação dos caminhos pedonais é suficiente, à noite?

	Nr respostas	%
Sim	83	83%
Não	17	17%

6.7. As ruas que existem permitem uma boa ligação do bairro com o resto da cidade?

	Nr respostas	%
Sim	97	97%
Não	03	3%

7.1. O bairro distingue-se pelo seu carácter singular?

	Nr respostas	%
Sim	87	87%
Não	13	13%

7.2. A escolha dos materiais contribui para a atratividade do bairro?

	Nr respostas	%
Sim	72	72%
Não	28	28%

7.3. No geral, como avalia a qualidade do espaço público deste bairro?

	Nr respostas	%
Nada satisfatória	02	2%
Pouco satisfatória	04	4%
Satisfatória	61	61%
Muito satisfatória	33	33%

O espaço público como extensão da habitação:
O caso do bairro municpial do Falcão

Raquel Sofia Correia Ribeiro

FACULDADE DE ARQUITETURA